UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ- UNITAU

MESTRADO EM GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

LEONARDO SANTOS GOMES

INSTITUIÇÕES DE ENSINO E FORMAÇÃO DE CAPITAL HUMANO COMO FATORES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO LITORAL NORTE DE SÃO PAULO.

CARAGUATATUBA – SP.

2025.

LEONARDO SANTOS GOMES

INSTITUIÇÕES DE ENSINO E FORMAÇÃO DE CAPITAL HUMANO COMO FATORES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO LITORAL NORTE DE SÃO PAULO.

Dissertação de mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós- Graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.
Linha de pesquisa: Avaliação e Políticas de Desenvolvimento Regional.
Orientador: Prof. Dr. Moacir José dos Santos.

CARAGUATATUBA- SP.

2025.

LEONARDO SANTOS GOMES

INSTITUIÇÕES DE ENSINO E FORMAÇÃO DE CAPITAL HUMANO COMO FATORES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO LITORAL NORTE DE SÃO PAULO.

Dissertação de mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós- Graduação em Administração do Departamento de Comunicação e Negócios - CEN da Universidade de Taubaté.

Resultado:

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Prof. Dr(a) Moacir José dos Santos - Universidade de Taubaté- UNITAU.

Membro (a): Lourival da Cruz Galvão Junior – Universidade de Taubaté - UNITAU

Membro (a): Carina Elisabeth Maciel – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder a oportunidade de chegar até este momento e por ter sido minha força e amparo em cada etapa desta jornada acadêmica.

Agradeço a mim mesmo, pela perseverança e pela capacidade de transformar dificuldades em inspiração, mantendo a convicção de que a educação é, de fato, o caminho para a transformação pessoal e social.

À minha mãe, Marcia, que sempre me incentivou a estudar e me ofereceu a liberdade e o apoio necessários para seguir o caminho da sabedoria.

Ao meu noivo, Sergio, por todo o apoio moral e paciência nos momentos de maior cansaço e incerteza, estando sempre ao meu lado.

À minha grande amiga e irmã que a vida me deu, Jacqueline, por todo auxílio no processo, pelas conversas e pelas risadas que tornaram até os momentos mais difíceis mais leves e suportáveis.

À Jamily, pela amizade sincera, incentivo constante e palavras de encorajamento que tantas vezes me motivaram a seguir adiante.

À minha sogra, pelo carinho, apoio e compreensão, sendo presença importante nesta caminhada.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Moacir José dos Santos, pessoa de vasto conhecimento, de quem muito aprendi. Sou profundamente grato pelas orientações, correções criteriosas e palavras encorajadoras.

Aos integrantes da banca examinadora, que acolheram minha pesquisa com atenção e generosidade, contribuindo com sugestões valiosas que enriqueceram e refinaram este estudo.

RESUMO

Este estudo aprofunda-se na análise do processo de modernização em curso no Litoral Norte de São Paulo, com foco particular no papel crucial desempenhado pelas instituições públicas de ensino técnico e superior no desenvolvimento regional. A investigação destaca a atuação de entidades centrais como o Instituto Federal de São Paulo (IFSP) e o Centro Paula Souza (CEETEPS), examinando como suas redes de formação profissional se estruturam e impactam as transformações socioeconômicas do território. Para conduzir esta análise, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. A fundamentação metodológica repousa sobre uma criteriosa análise documental e bibliográfica, permitindo mapear o cenário educacional e suas conexões com o desenvolvimento. O objetivo central do trabalho é, portanto, analisar a complexa relação existente entre os processos de desenvolvimento do Litoral Norte de São Paulo e as políticas públicas de educação técnica e superior implementadas na região. De forma específica, a pesquisa busca investigar *como* essas instituições de ensino contribuem efetivamente para a formação de capital humano qualificado.Nesse sentido, a investigação considera a delicada articulação entre três pilares fundamentais: as diretrizes das políticas públicas educacionais, as demandas reais e flutuantes do mercado de trabalho local e os persistentes desafios para a promoção da inclusão social. Um ponto relevante levantado pelo estudo é a constatação de lacunas significativas na literatura, evidenciando a carência de estudos específicos sobre essa dinâmica regional nas bases acadêmicas nacionais.Os resultados apontam para um cenário de dualidade. Por um lado, reconhece-se que o IFSP e o CEETEPS contribuem positivamente para a qualificação da mão de obra e para a promoção da inovação tecnológica no Litoral Norte. Contudo, por outro lado, a pesquisa revela que persistem desafios estruturais significativos. Entre os principais obstáculos, destacam-se as dificuldades em garantir a equidade de acesso ao ensino de qualidade, a frágil integração entre os diversos atores institucionais (públicos, privados e sociedade civil) e a necessidade de uma maior consolidação das redes de formação profissional, para que estas possam atuar de forma mais robusta como vetores de um desenvolvimento sustentável. Finalmente, a pesquisa alinha-se e dialoga diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, notadamente o ODS 4 (Educação de Qualidade), o ODS 10 (Redução das Desigualdades) e o ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação).

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional, Litoral Norte, Modernização, Educação Pública, ODS 4.

ABSTRACT

This study delves into the analysis of the modernization process underway on the northern coast of São Paulo, with a particular focus on the crucial role played by public technical and higher education institutions in regional development. The investigation highlights the role of key entities such as the Federal Institute of São Paulo (IFSP) and the Paula Souza Center (CEETEPS), examining how their professional training networks are structured and impact the socioeconomic transformations of the territory. To conduct this analysis, the research adopts a qualitative, exploratory, and descriptive approach. The methodological basis rests on a careful documentary and bibliographic analysis, allowing for the mapping of the educational scenario and its connections with development. The central objective of the work is, therefore, to analyze the complex relationship between the development processes of the North Coast of São Paulo and the public policies for technical and higher education implemented in the region. Specifically, the research seeks to investigate how these educational institutions effectively contribute to the formation of qualified human capital. In this sense, the investigation considers the delicate articulation between three fundamental pillars: the guidelines of public educational policies, the real and fluctuating demands of the local labor market, and the persistent challenges for promoting social inclusion. A relevant point raised by the study is the finding of significant gaps in the literature, highlighting the lack of specific studies on this regional dynamic in national academic databases. The results point to a scenario of duality. On the one hand, it is recognized that the IFSP and CEETEPS contribute positively to the qualification of the workforce and the promotion of technological innovation on the North Coast. However, on the other hand, the research reveals that significant structural challenges persist. Among the main obstacles are the difficulties in ensuring equitable access to quality education, the fragile integration between the various institutional actors (public, private, and civil society), and the need for greater consolidation of professional training networks so that they can act more robustly as vectors of sustainable development. Finally, the research aligns and dialogues directly with the UN Sustainable Development Goals (SDGs), notably SDG 4 (Quality Education), SDG 10 (Reduced Inequalities), and SDG 17 (Partnerships and Means of Implementation).

Keywords: Regional Development, North Coast, Modernization, Public Education, SDG 4.

LISTA DE SIGLAS

APAMLN - Área de Proteção Ambiental Marinha Litoral Norte.
CEBIMAR – Centro de Biologia Marinha
CEPAL: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
ETEC: Escola Técnica Estadual
FATEC: Faculdade de Tecnologia
FEE: Taxa de evasão escolar no Ensino Fundamental
FEMC: Fator de Ensino Médio Completo
HRLN: Hospital Regional do Litoral Norte
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH: Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.
IDHM-E: Componente do IDHM referente à Educação.
IFSP: Instituto Federal de São Paulo
IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LN: Litoral Norte
MEC: Ministério da Educação
ODS: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU: Organização das Nações Unidas
PIB: Produto Interno Bruto
RPC: Renda Per Capita média do município, ajustada para valores de 2010.
UNITAU: Universidade de Taubaté
UTGCA: Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba

LISTA DE FÍGURAS

FIGURA 1: MAPA DO LITORAL NORTE DE SÃO PAULO. - p.77
FIGURA 2: MAPA DO LITORAL NORTE DE SÃO PAULO. - p.80

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – CRESCIMENTO DO PIB POR MUNICÍPIO. – p. 81

TABELA 2 – ROYALTIES E PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS POR MUNICÍPIO. – p. 89

TABELA 3 – NOTA IDEB ANOS FINAIS DOS MUNICÍPIOS DO LN. – p. 91

TABELA 4 – EVOLUÇÃO DOS ORÇAMENTOS MUNICIPAIS. – p. 93

TABELA 5 – PIB PER CAPITA POR MUNICÍPIO. – p. 96

TABELA 6 – INDICADORES SOCIOECONÔMICOS – CENSO DE 1991. – p. 97

TABELA 7 – INDICADORES SOCIOECONÔMICOS – CENSO DE 2010. –p. 99

TABELA 8 – NÍVEL DE INSTRUÇÃO DA POPULAÇÃO DE SÃO SEBASTIÃO. – p. 113

TABELA 9 – NÍVEL DE INSTRUÇÃO DA POPULAÇÃO DE CARAGUATATUBA. – p. 119

TABELA 10 – NÍVEL DE INSTRUÇÃO DA POPULAÇÃO DE ILHABELA. – p. 143

TABELA 11 – PERCENTUAL DE CONCLUSÃO POR CURSO. – p. 151

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO. p.49
QUADRO 2 – MEGAPROJETOS DO LITORAL NORTE DE SÃO PAULO. – p. 104
QUADRO 3 – CURSOS INICIAIS ETEC SÃO SEBASTIÃO. – p. 112
QUADRO 4 – CURSOS ATUAIS ETEC DE SÃO SEBASTIÃO. – p. 114
QUADRO 5 – CURSOS INICIAIS DA ETEC DE CARAGUATATUBA. –p. 120
QUADRO 6 – CURSOS ATUAIS ETEC CARAGUATATUBA. – p. 122
QUADRO 7 – CURSOS INICIAIS ETEC UBATUBA. – p. 126
QUADRO 8 – CURSOS ATUAIS DA ETEC DE UBATUBA. – p. 128
QUADRO 9 – CURSOS INICIAIS FATEC SÃO SEBASTIÃO. – p. 131
QUADRO 10 – CURSOS ATUAIS FATEC SÃO SEBASTIÃO. –p. 132
QUADRO 11 – CURSOS ATUAIS DA IETEC ILHABELA. – p. 144
QUADRO 12 – CURSOS INICIAIS DO IFSP CARAGUATATUBA. – p. 148
QUADRO 13 – CURSOS 2019-2023 DO IFSP CARAGUATATUBA. – p. 150
QUADRO 14 – CURSOS CONFORME PDI 2024-2028. – p. 158

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO POPULACIONAL DO LITORAL NORTE DE SÃO PAULO- p.86
GRÁFICO 2 - EVASÃO E CONCLUSÃO FATEC -2019-2023. p.135.
GRÁTICO 3 - TAXA DE EVASÃO ENTRE 2016-2022. - p.155.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 14

PROBLEMA 18

OBJETIVO GERAL 20

OBJETIVOS ESPECÍFICOS 20

DELIMITAÇÃO DO ESTUDO 21

RELEVÂNCIA DO ESTUDO 23

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO 24

1. REVISÃO DE LITERATURA 25

1.1 DESENVOLVIMENTO REGIONAL 27

1.2 TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL 32

1.3 DESENVOLVIMENTO LOCAL 40

1.4 POLÍTICA PÚBLICA E O DESENVOLVIMENTO 44

1.5 A EDUCAÇÃO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL 53

2. METODOLOGIA 68

2.1 POPULAÇÃO 70

2.2 PLANO PARA COLETA DE DADOS 71

2.3 PLANO PARA ANÁLISE DE DADOS 73

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO LITORAL NORTE 79

3.2.1 CEETEPS - ETECS E FATEC NO LITORAL NORTE DE SP 108

3.2.2 ETEC DE SÃO SEBASTIÃO 110

3.2.3 ETEC DE CARAGUATATUBA 118

3.2.4 ETEC DE UBATUBA 125

3.2.5 FATEC DE SÃO SEBASTIÃO 130

3.2.6 IETEC DE ILHABELA 143

3.2.7 IFSP CARAGUATATUBA 147

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS 162

5. REFERÊNCIAS 165

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento regional é um processo dinâmico que visa reduzir desigualdades econômicas, sociais e territoriais, promovendo inclusão, crescimento equitativo e melhoria da qualidade de vida.

Esse conceito, amplamente discutido no Brasil, envolve a implementação de políticas públicas que atendam às especificidades de regiões que enfrentam dificuldades em acompanhar o desenvolvimento socioeconômico nacional. Por meio de medidas como investimentos em infraestrutura, estímulos econômicos e ações sociais, busca-se criar condições favoráveis para um crescimento sustentável que integre aspectos econômicos, sociais e ambientais.

Antes da consolidação da noção de desenvolvimento, todo o arcabouço da economia política clássica foi construído com o objetivo de compreender e explicar o processo de formação do sistema capitalista emergente, tendo como base central a ideia de crescimento econômico (Santos et al., 2012).

Nesse contexto, as primeiras definições associavam o crescimento econômico como sinônimo ou, ao menos, como uma condição necessária — embora não suficiente — para se atingir o chamado desenvolvimento econômico. Com isso, evidencia-se a ausência de um consenso mínimo sobre o tema, sendo a economia a primeira área a se debruçar sobre essas questões, justamente em razão de sua orientação teórica e prática.

O desenvolvimento territorial é um elemento central nesse contexto, podendo ser analisado sob duas perspectivas principais: uma vinculada à infraestrutura econômica e aos meios técnicos de produção, e outra relacionada aos aspectos políticos, sociais e ideológicos que moldam um território.

Contrária à perspectiva neoliberal, centrada no mercado, e buscando revisar alguns fundamentos da perspectiva desenvolvimentista, centralizada no Estado, a abordagem do desenvolvimento em sua dimensão territorial destaca a importância da escala local como espaço efetivo de elaboração — embora não exclusivo — do processo de desenvolvimento. (Muls, 2008).

O desenvolvimento territorial não implica a manutenção da política keynesiana stricto sensu, em que o Estado atua como único provedor e protetor do desenvolvimento, nem a liberdade plena para que o mercado conduza as dinâmicas territoriais. Mais do que propor um novo modelo produtivo, trata-se da emergência

de novas formas de intervenção, nas quais tanto o Estado centralizador quanto a ação orientada exclusivamente pelo mercado perdem relevância relativa (Muls, 2008).

Cabe ressaltar que a concepção de desenvolvimento territorial se insere no campo do desenvolvimento regional e local, mas apresenta características que diferem dos planos de desenvolvimento centralizados no Estado, geralmente voltados para políticas industriais e, em muitos casos, alheios às especificidades territoriais e à organização social de cada região. (Muls, 2008).

O desenvolvimento territorial — também referido como local, endógeno ou “de baixo para cima” — envolve a mobilização de atores, recursos e instituições com forte vínculo espacial, visando impulsionar a competitividade das atividades econômicas locais e promover bem-estar social e cultural às comunidades inseridas nesse território (Pecqueur, 2005; Pires et al., 2017).

O Litoral Norte de São Paulo vivenciou transformações diversas impulsionadas por grandes obras, como a duplicação da Rodovia dos Tamoios, a criação da Unidade de Tratamento de Gás Natural de Caraguatatuba (UTGCA), o Shopping Serramar, o Hospital Regional do Litoral Norte (HRLN) e a obra de enrocamento da foz do Rio Juqueriquerê. Essas iniciativas não apenas alteraram a paisagem local, mas também transformaram a região em um polo estratégico para saúde, educação, turismo e logística (IBGE, 2022).

Contudo, o processo de modernização também traz desafios complexos. Mudanças na infraestrutura geram impactos como o aumento populacional, especulação imobiliária, alterações na qualidade de vida, pressões sobre as políticas públicas e impactos na mobilidade urbana.

Segundo Marandola et al. (2013), tais transformações podem resultar em crescimento urbano desordenado, marcado por ocupações irregulares em áreas de risco, como regiões sujeitas a inundações e instabilidade de encostas. Esses problemas se tornam ainda mais críticos em cidades litorâneas, onde a relação com o meio ambiente é intrínseca às atividades econômicas, como o turismo de massa, que historicamente predomina na região.

Nesse contexto, o desenvolvimento regional precisa estar alinhado ao conceito de sustentabilidade, considerando não apenas o crescimento econômico, mas também a conservação ambiental e a inclusão social. A sustentabilidade deve

ser o eixo central das políticas públicas e privadas, buscando equilíbrio entre o uso dos recursos naturais, o respeito às comunidades locais e a geração de oportunidades econômicas. Por exemplo, o turismo sustentável e a educação ambiental podem ser estratégicos para o Litoral Norte, uma região que depende fortemente de seus recursos naturais para atrair visitantes e sustentar sua economia.

Para Boullón (2002, p. 31) “uma das formas mais difundidas para referir-se ao turismo é aquela que o denomina “indústria sem chaminés”.

Essa definição não se aplica plenamente à atividade turística, pois sua principal “matéria-prima” depende, em grande parte, da preservação dos recursos naturais. Um exemplo evidente são as praias, que devem ser utilizadas de forma sustentável e não transformadas de modo a comprometer sua integridade, sob o risco de, em médio e longo prazo, ocorrer a degradação ou até mesmo a extinção desse recurso.

Enquadrar o turismo no setor produtivo constitui uma base conceitual relevante, considerando que grande parte das discussões sobre o tema está diretamente relacionada às questões econômicas.

A educação, por sua vez, emerge como um pilar fundamental para o desenvolvimento sustentável e regional. Garantida como direito social pela Constituição Federal (Brasil, 1988) e regulamentada pelo Plano Nacional de Educação, a educação pública de qualidade tem um papel transformador.

A partir de 1996, dois importantes marcos legais e institucionais impulsionaram uma nova fase no debate sobre a formação de professores no Brasil: a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em dezembro de 1996, e a publicação do Edital nº 4/97 pelo Ministério da Educação (MEC), que propôs a elaboração das Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação.

Essas medidas visavam não apenas a atualização das propostas formativas no ensino superior, mas também a valorização e qualificação do profissional docente, compreendido como agente estratégico para o desenvolvimento social e econômico do país.

O Edital nº 4/97 sinalizava uma mudança de paradigma ao propor que as Diretrizes Curriculares fossem elaboradas com base em uma concepção mais ampla

de formação, articulando teoria e prática, domínio de conteúdos e compromisso ético-político com a transformação da realidade educacional. Essa perspectiva contribuiu para fortalecer a compreensão de que a formação de professores não pode estar desvinculada dos contextos regionais nos quais eles atuam.

Assim, a adoção das Diretrizes Curriculares não apenas renovou as bases da formação docente, mas também abriu caminhos para pensar o desenvolvimento regional de forma mais integrada e sustentável, ao reconhecer o papel central da educação e dos professores como motores de transformação territorial e inclusão social.

Conforme Nazzari et al. (2004), ela valoriza a cultura e o conhecimento, promove o empoderamento dos cidadãos e fortalece redes de capital social. No Litoral Norte, a educação é essencial para preparar uma força de trabalho qualificada que atenda às demandas geradas pelos grandes projetos e setores estratégicos, como turismo, logística e gestão ambiental.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU reforçam essa integração entre modernização, educação e sustentabilidade. Os ODS 4, 8 e 9 destacam a importância de uma educação inclusiva e de qualidade para impulsionar a inovação, a infraestrutura e o crescimento econômico, promovendo empregos dignos e sustentáveis (ONU, 2015). No Litoral Norte, essas metas são particularmente relevantes, pois o desenvolvimento regional depende de ações que conectem as demandas locais aos objetivos globais.

Portanto, o sucesso do desenvolvimento regional no Litoral Norte de São Paulo exige uma abordagem integrada que considere infraestrutura moderna, sustentabilidade ambiental e justiça social. A modernização não pode ser apenas física; ela deve incluir a capacitação da população, a redução das desigualdades e a conservação dos recursos naturais.

PROBLEMA

O processo de modernização do Litoral Norte de São Paulo, marcado por megaprojetos nas áreas de infraestrutura, turismo, saúde e energia, vem promovendo profundas transformações sociais e econômicas. Esses impactos exigem que as instituições públicas de ensino técnico e superior atuem como agentes estratégicos do desenvolvimento territorial, considerando o papel central da educação na formação de capital humano local (Santos; Vieira; Santos, 2018).

O crescimento econômico da região impõe a essas instituições o desafio de adaptar continuamente sua oferta formativa às novas demandas do mercado de trabalho, promovendo simultaneamente inovação e inclusão social. Nesse contexto, os Institutos Federais destacam-se como vetores de desenvolvimento endógeno ao interiorizar a educação profissional e tecnológica, favorecendo a equidade educacional e o fortalecimento regional (Pereira; Cruz, 2019).

Para atender às transformações impostas pela modernização, torna-se essencial que essas instituições desenvolvam currículos alinhados às necessidades do mercado, com foco na formação de competências técnicas e práticas em áreas estratégicas, como gestão turística, logística portuária, manutenção de infraestrutura e sustentabilidade. Parcerias público-privadas e iniciativas de cooperação interinstitucional configuram instrumentos importantes para ampliar a oferta de cursos e garantir a qualidade da formação profissional.

Entretanto, a leitura de Peroni (2013; 2018; 2020) evidencia que a crescente influência do setor privado e da lógica de mercado na educação pública se materializa por meio de parcerias, privatizações endógenas e exógenas e pela mercantilização do conteúdo pedagógico e da gestão escolar, aproximando-a de um modelo tecnicista e instrumental que reduz seu papel emancipador e democrático.

Nesse contexto, um ponto crítico refere-se à necessidade de que os conteúdos formativos considerem as especificidades regionais e incorporem dimensões socioambientais, já que o Litoral Norte possui biodiversidade rica e ecossistemas sensíveis. Integrar a formação cidadã ao ensino técnico e superior favorece o desenvolvimento de uma consciência crítica, preparando profissionais tecnicamente qualificados e socialmente responsáveis, capazes de reduzir impactos negativos e ampliar benefícios dos processos de modernização. Ao mesmo tempo, uma educação libertária deve transcender a mera formação de mão de obra e

assumir compromisso com a emancipação social e política, estimulando o pensamento crítico, a autonomia intelectual e a participação cidadã (Peroni, 2020).

Além disso, a modernização precisa ser compreendida como um processo inclusivo. Para que seus benefícios alcancem todas as camadas da sociedade, é necessário ampliar o acesso à educação profissional, especialmente para comunidades vulneráveis ou situadas em áreas periféricas.

A descentralização da oferta educacional por meio da criação de polos de ensino técnico e superior constitui uma estratégia eficaz para democratizar oportunidades e fortalecer o desenvolvimento regional. Na atualidade, espera-se que a educação seja flexível e inovadora, mas também possua sentido social e ético, unindo formação integral, reflexão crítica, participação ativa e compromisso com a diversidade, atendendo à expectativa das novas gerações por inclusão, sustentabilidade e justiça social.

A integração entre educação e desenvolvimento regional exige, ainda, políticas públicas robustas e de longo prazo, capazes de assegurar que a formação profissional acompanhe as transformações econômicas e sociais sem comprometer princípios democráticos. O sucesso da modernização no Litoral Norte depende não apenas da execução de obras ou da mobilização de recursos financeiros, mas do fortalecimento das instituições públicas de ensino e da promoção de uma formação profissional que articule competência técnica e consciência social, alinhando-se a um projeto de sociedade democrático e inclusivo.

Diante desse contexto, apresenta-se a seguinte questão-problema: como as instituições públicas de ensino técnico e superior do Litoral Norte de São Paulo têm sido impactadas pelos processos de modernização regional e de que maneira se adaptam para formar profissionais capazes de atender ao mercado local sem abdicar de uma educação emancipatória e socialmente comprometida?

OBJETIVO GERAL

Analisar a relação entre os processos de desenvolvimento do Litoral Norte de São Paulo e as políticas públicas de educação técnica e superior

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Apresentar as principais alterações socioeconômicas que caracterizam o desenvolvimento do Litoral Norte de São Paulo**,** identificando as políticas públicas nacionais, estaduais e municipais voltadas à educação técnica e superior.
- Investigar e caracterizar as instituições públicas de ensino técnico e superior da região**,** considerando ano de criação, número de matrículas no período definido, número de cursos oferecidos, perfil dos cursos e quantitativo de concluintes.
- Analisar, nos cursos técnicos, como os currículos se relacionam com o desenvolvimento local**,** destacando a integração entre formação profissional, demandas do mercado e especificidades territoriais.

DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Este estudo tem como foco analisar os processos de desenvolvimento do Litoral Norte de São Paulo e os impactos dessas transformações nas instituições públicas de ensino técnico e superior da região. O objetivo central é compreender como os processos de desenvolvimento regional geram demandas por mão de obra qualificada e avaliar de que forma as instituições educacionais têm se adaptado para atender a essas exigências, contribuindo para o fortalecimento socioeconômico e sustentável do território.

O Litoral Norte Paulista, composto pelos municípios de Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba, tem experimentado transformações significativas desde a década de 1980, impulsionadas pelo crescimento do turismo de massa, pela expansão comercial, pela diversificação dos serviços e da infraestrutura e, mais recentemente, pela intensificação da exploração de petróleo e gás. Grandes empreendimentos, como a ampliação das rodovias e a instalação de estruturas logísticas e industriais, têm alterado profundamente a dinâmica socioeconômica regional, criando novos desafios para o mercado de trabalho e para as instituições formadoras de profissionais qualificados.

Essas instituições, resultado de políticas públicas voltadas à ampliação do acesso à educação gratuita e de qualidade, alinham-se à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e aos compromissos internacionais, como o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4), que propõe assegurar educação inclusiva, equitativa e de qualidade.

Nesse contexto, a necessidade de revisão contínua da oferta de cursos e currículos torna-se evidente, especialmente para atender setores estratégicos como turismo, comércio, indústria naval e petróleo e gás. Essa adaptação não se limita ao atendimento imediato das demandas econômicas: envolve também a responsabilidade de promover inclusão social e sustentabilidade ambiental, aspectos essenciais para o desenvolvimento regional equilibrado.

A delimitação temporal do estudo, que abrange o período de 1980 a 2024, decorre da intensificação dos megaprojetos de desenvolvimento na região e do avanço das políticas públicas de educação profissional.

Ao longo dessas décadas, as redes públicas de ensino técnico e superior precisaram não apenas acompanhar, mas também antecipar-se às transformações

locais, seja pela criação de novos cursos, seja pela reformulação de currículos para integrar competências técnicas, práticas socioambientais e reflexão crítica. Essa perspectiva dialoga diretamente com o problema de pesquisa: as instituições públicas de ensino precisam responder às pressões de um mercado de trabalho em transformação sem perder de vista o papel formador de cidadãos críticos, capazes de intervir positivamente no território em que vivem.

A análise do estudo baseia-se em abordagens teóricas sobre desenvolvimento regional e políticas públicas educacionais, incluindo o exame de documentos institucionais e legais. Serão investigadas as formas como os megaprojetos de desenvolvimento do Litoral Norte e as políticas públicas associadas — inclusive as ambientais, essenciais para a liberação de licenças e a implementação de grandes obras — expressam preocupações com desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

A pesquisa busca evidenciar como esses elementos se refletem nas ações e estratégias das instituições públicas de ensino técnico e superior, identificando a convergência (ou não) entre a lógica do crescimento econômico, as políticas educacionais e a promoção de um desenvolvimento territorial sustentável.

RELEVÂNCIA DO ESTUDO

O estudo apresenta uma relevância multifacetada que se estende para além das mudanças observadas no Litoral Norte de São Paulo. Além de documentar e analisar o processo de modernização em curso na região, ele também oferece insights teóricos e práticos que têm implicações significativas para diversas áreas.

Esse trabalho contribui para o avanço do conhecimento acadêmico ao fornecer uma análise aprofundada das dinâmicas de desenvolvimento regional, destacando as estratégias e melhorias voltadas para alcançar a educação de qualidade, por meio das quais as instituições educacionais e as redes de formação profissional influenciam a transformação socioeconômica.

Essa compreensão mais ampla é crucial para o desenvolvimento de teorias e modelos que possam informar futuras pesquisas e práticas em campos como economia regional, sociologia e planejamento urbano.

Além disso, o estudo tem implicações práticas importantes para a formulação de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento regional. Ao identificar os fatores que impulsionam o desenvolvimento sustentável e inclusivo, como o papel das instituições educacionais na melhoria da mão de obra e na promoção da inovação, o estudo oferece orientações valiosas para os formuladores de políticas em níveis municipal, estadual e federal. Isso pode ajudar a orientar investimentos e iniciativas governamentais de maneira mais eficaz, visando alcançar metas de crescimento econômico e redução das desigualdades sociais.

Os resultados derivados do estudo podem beneficiar também os atores não governamentais, como organizações da sociedade civil e empresas privadas, ao fornecer uma compreensão mais clara das oportunidades e desafios associados ao desenvolvimento regional. Isso pode facilitar parcerias colaborativas entre diferentes partes interessadas e promover abordagens mais integradas e holísticas para o desenvolvimento da região.

Entre os fatores de destaque podem ser citados as transformações socioeconômicas (Santos; Vieira; Santos,2018), desafios e oportunidades na formação profissional (Nazzari et. Al 2004), podendo proporcionar também contribuições para a literatura pertinente ao tema.

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

A presente dissertação está estruturada para oferecer uma análise clara e objetiva do tema proposto. A introdução aborda questões relevantes que servirão como base para traçar o cenário em que o estudo será realizado, incluindo conceitos fundamentais relacionados ao tema.

Em seguida, a definição do problema apresenta uma explicação clara do direcionamento adotado pela pesquisa, seguida pela descrição do objetivo geral e dos objetivos específicos, que estabelecem as metas a serem alcançadas.

A delimitação do estudo define os limites e o escopo da pesquisa, enquanto a relevância do estudo justifica sua importância, destacando suas contribuições para o campo acadêmico e para a sociedade. A organização da pesquisa descreve a estrutura geral do trabalho, permitindo ao leitor compreender sua lógica e sequência.

Na revisão de literatura, foram abordados os principais temas e conceitos necessários para uma análise aprofundada, como o conceito e o contexto histórico de desenvolvimento regional, modernização e redes de formação, as principais abordagens sobre desenvolvimento regional e os desafios da gestão escolar.

Essa seção busca apresentar definições claras e objetivas a partir de uma ampla leitura da literatura existente. O método detalha o tipo de pesquisa desenvolvido, incluindo o delineamento metodológico adotado para alcançar os objetivos propostos.

Na seção de resultados e discussão, serão exploradas as relações entre a modernização do Litoral Norte de São Paulo e as Redes públicas de ensino, com destaque para os resultados obtidos na pesquisa de campo.

1. REVISÃO DE LITERATURA

A partir deste ponto, será iniciada a Revisão de Literatura, etapa fundamental deste estudo, cujo objetivo é explorar e discutir os principais conceitos, teorias e estudos existentes que fundamentam a pesquisa. A revisão de literatura desempenha um papel essencial no processo investigativo, pois oferece uma compreensão mais aprofundada sobre o tema em questão, permitindo embasar teoricamente o trabalho e contextualizá-lo dentro do panorama acadêmico e científico já estabelecido.

Esse processo não apenas identifica o estado atual do conhecimento, mas também estabelece conexões entre os conceitos e dados existentes, destacando as lacunas que ainda precisam ser exploradas e fornecendo um ponto de partida para a construção de novas perspectivas e contribuições.

Neste estudo, a revisão de literatura será estruturada em torno de três eixos principais, cada um deles abordando aspectos fundamentais para a compreensão dos impactos da modernização no Litoral Norte Paulista e suas implicações para a formação profissional e o desenvolvimento regional.

O primeiro eixo concentra-se no conceito de desenvolvimento regional, com ênfase nas teorias que discutem a modernização econômica e as transformações nas dinâmicas sociais e territoriais geradas por grandes projetos de infraestrutura. Será analisado como esses processos de modernização, impulsionados por investimentos em setores como turismo, indústria naval e petroquímica, impactaram a estrutura econômica do Litoral Norte Paulista.

Além disso, serão exploradas as teorias de desenvolvimento regional que buscam entender a relação entre crescimento econômico, distribuição de riqueza e melhoria da qualidade de vida, especialmente em regiões periféricas. Essas discussões permitirão compreender como as mudanças socioeconômicas na região alteraram as necessidades de formação profissional e como as instituições de ensino podem responder a essas demandas.

O segundo eixo aborda as políticas públicas de educação profissional e os tipos de ensino – infantil, fundamental, médio, técnico e superior-, com foco nas iniciativas direcionadas à expansão da educação técnica e superior. A revisão discutirá como essas políticas visam ampliar o acesso a uma educação de qualidade

e como elas respondem às demandas de um mercado de trabalho em constante transformação.

Será investigada a relação entre o crescimento econômico regional e a necessidade de qualificação profissional, com atenção especial ao papel das instituições públicas de ensino na formação de mão de obra qualificada. No contexto do Litoral Norte Paulista, a análise buscará compreender como essas instituições têm respondido às demandas dos setores estratégicos da região, como turismo, indústria naval e petroquímica. Para isso, será realizada uma avaliação comparativa entre as demandas de emprego e as oportunidades de formação, articulando esses dados com as grades curriculares dos cursos ofertados, de modo a identificar o alinhamento entre a oferta educacional e as exigências do desenvolvimento regional.

Além disso, serão discutidos os desafios enfrentados por essas instituições em adaptar seus currículos e metodologias às novas exigências do mercado.

O terceiro eixo trata dos aspectos legais aplicáveis ao Brasil, com foco nas leis e regulamentações que orientam a educação profissional e sua relação com o desenvolvimento regional. Serão analisadas as políticas educacionais que visam garantir uma educação inclusiva e de qualidade, alinhadas aos princípios do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4, que busca assegurar o acesso universal à educação.

A legislação brasileira será analisada com o objetivo de compreender como ela orienta a criação e a implementação de programas educacionais, bem como de avaliar em que medida essas normas contribuem para a adaptação das instituições de ensino às novas demandas do mercado de trabalho e do desenvolvimento regional.

Conforme discute Peroni (2020), a crescente influência do mercado sobre a educação tem priorizado a valorização do certificado, do diploma e da empregabilidade imediata, em detrimento do conhecimento crítico e da formação integral do sujeito. Essa lógica mercadológica tende a reduzir a escola a um espaço de preparação para o trabalho, esvaziando seu papel emancipador e democrático.

Por outro lado, a educação pública, quando articulada às políticas nacionais e regionais, assume a função de formar sujeitos críticos, capazes de compreender e intervir no território em que vivem, ao mesmo tempo em que oferece os conhecimentos técnicos e específicos necessários ao desempenho profissional.

Nesse sentido, será discutido o papel do Estado na formulação de políticas que integrem educação e desenvolvimento regional, buscando assegurar que as transformações econômicas sejam acompanhadas por avanços sociais, educacionais e ambientais, de modo a conciliar as exigências do mercado com a formação de cidadãos conscientes e preparados para atuar em diferentes dimensões do trabalho e da vida social.

Dessa maneira, a revisão de literatura proporcionará uma base teórica sólida para a investigação dos impactos da modernização no Litoral Norte Paulista. Ao explorar os conceitos de desenvolvimento regional, as políticas públicas de educação profissional e os aspectos legais aplicáveis ao Brasil, será possível compreender como as mudanças socioeconômicas influenciam as instituições de ensino e a formação profissional na região.

Além disso, a revisão oferecerá suporte para a análise dos desafios enfrentados por essas instituições em atender às novas demandas do mercado de trabalho, contribuindo para a identificação de caminhos que possam promover um desenvolvimento regional mais equilibrado e inclusivo.

Por fim, a revisão de literatura não apenas contextualiza o estudo dentro do panorama teórico existente, mas também aponta para as lacunas que ainda precisam ser exploradas, destacando a relevância desta pesquisa para o avanço do conhecimento na área.

1.1 DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Desde a segunda metade do século XX, o debate sobre o conceito de desenvolvimento regional no Brasil tem ganhado maior destaque entre pesquisadores e formuladores de políticas públicas.

Anteriormente, especialmente a partir dos anos 1940, o desenvolvimento era amplamente associado à industrialização e à acumulação de bens. No entanto, essa compreensão foi se transformando com o tempo (Lang, 2016).

Essa evolução reflete uma mudança de paradigma sobre o que se entende por desenvolvimento. A noção inicial de desenvolvimento, muitas vezes limitada à industrialização e ao crescimento material, tem sido desafiada, especialmente à medida que as questões ambientais, sociais e culturais ganham mais relevância. Ao considerar o desenvolvimento como um fenômeno multifacetado, a discussão evolui

para englobar não apenas os aspectos econômicos, mas também as necessidades e os contextos locais, reconhecendo que o verdadeiro desenvolvimento não se dá de forma uniforme nem homogênea.

Inicialmente, o desenvolvimento regional estava estreitamente vinculado a questões econômicas, com a inclusão de territórios não capitalistas nos circuitos de acumulação de capital, o estímulo ao consumo e a conversão de recursos naturais em commodities sendo considerados indicadores de sucesso e qualidade de vida (Lang, 2016).

A visão econômica predominante nesse período coloca a industrialização e a exploração dos recursos naturais como os principais motores do desenvolvimento, um modelo que, embora tenha gerado crescimento em determinadas regiões, também trouxe consequências devastadoras, como o esgotamento dos recursos naturais e desigualdades socioeconômicas intensificadas.

O desenvolvimento foi muitas vezes visto sob a ótica da produção e do consumo em massa, desconsiderando as peculiaridades regionais e os impactos ambientais de longo prazo, o que revela a limitação do modelo tradicional.

Porém, à medida que o pensamento sobre desenvolvimento, em especial o regional, evoluiu, surgiram questões fundamentais: para quem estamos planejando? Com que objetivo? Por que o desenvolvimento regional é relevante?

Partimos do princípio de que as concepções sobre desenvolvimento e região estão profundamente interligadas a experiências sociais, culturais e históricas, assim como a um conhecimento local que deve ser valorizado (Butzke, Theis e Mantovanelli, 2018).

A transição para uma visão mais abrangente do desenvolvimento regional envolve considerar as experiências e os saberes locais, reconhecendo as identidades regionais como parte fundamental do processo. Nesse sentido, o desenvolvimento deixa de ser imposto de fora e passa a ser entendido como algo que deve emergir das próprias dinâmicas locais, com base nas necessidades e realidades específicas de cada região.

Nesse contexto, é importante considerar como as regiões são concebidas, quem as formula e quais grupos sociais as habitam, levando em conta as dinâmicas de poder. As perspectivas sobre desenvolvimento e região revelam que as experiências vividas nesses espaços e tempos influenciam diretamente os cenários

atuais. Assim, é imprescindível superar a visão de que as regiões são homogêneas e ocupam uma única posição no tempo e no espaço, buscando novas abordagens para o desenvolvimento.

A reflexão sobre as dinâmicas de poder é essencial para compreender como as decisões sobre o desenvolvimento são tomadas e por quem, o que, por sua vez, afeta diretamente os processos de planejamento e implementação. As realidades sociais e culturais de cada região devem ser levadas em consideração, não como um anexo, mas como o cerne das estratégias de desenvolvimento. Desse modo, é necessário desconstruir a ideia de um desenvolvimento único ou de uma solução que sirva a todas as regiões da mesma forma, abraçando a diversidade e as especificidades locais.

No caso do Brasil, é necessário reconhecer que as práticas coloniais deixaram profundas marcas na sociedade latino-americana. Até hoje, a colonialidade e suas práticas continuam a moldar o poder, enraizado no capitalismo (Mészáros, 2002) e no eurocentrismo (Lander, 2005).

A herança da colonização ainda está presente nas relações sociais e no modo como o conhecimento é produzido e validado, perpetuando desigualdades e padrões de poder que refletem as estruturas coloniais. Essa realidade afeta diretamente o desenvolvimento regional, pois as regiões mais periféricas ou marginalizadas continuam a sofrer os efeitos dessa colonialidade, sendo muitas vezes excluídas dos processos de decisão e desenvolvimento.

Reconhecer essa herança e seus efeitos no presente é fundamental para qualquer proposta de desenvolvimento que seja realmente inclusiva e justa.

Quijano (2005) argumenta que o capitalismo se consolidou por meio da exploração da América Latina, principalmente pela extração de ouro e prata. O eurocentrismo, em grande parte, é fruto da acumulação de riquezas, conhecimentos e experiências obtidas durante a colonização (Dussel, 2005).

A ideia de que o capitalismo e o eurocentrismo são fenômenos históricos indissociáveis da colonização revela como as estruturas econômicas e culturais globais ainda refletem essa exploração inicial. O modelo de desenvolvimento imposto pela lógica capitalista tem suas raízes nas relações desiguais estabelecidas desde o período colonial, e, portanto, não pode ser considerado neutro ou universal.

Para que o desenvolvimento regional seja mais justo, é necessário revisar e desconstruir essas influências coloniais, adotando uma abordagem que reconheça as desigualdades históricas e busque repará-las.

Diante disso, é fundamental repensar os conceitos de desenvolvimento e região a partir de uma perspectiva decolonial, que valorize os saberes latino-americanos e coloque as regiões como interesses centrais para as populações locais. Regiões não são meros espaços passivos, mas possuem agência própria.

A visão decolonial propõe uma revalorização dos saberes locais e regionais, permitindo que as comunidades possam se autossustentar e se desenvolver de acordo com suas próprias necessidades e capacidades.

Ao reconhecer que as regiões possuem uma agência própria, rompe-se com a ideia de que o desenvolvimento deve ser imposto de fora, e se passa a construir soluções que partem do próprio território e das pessoas que nele habitam.

Muitas vezes, medidas importadas da Europa ou dos Estados Unidos foram aplicadas de maneira inadequada em regiões com características sociais, culturais e geográficas completamente diferentes, resultando em soluções ineficazes (Butzke, Theis e Mantovanelli, 2018).

A tentativa de aplicar modelos de desenvolvimento que funcionaram em contextos muito distintos gera falhas na implementação de políticas, uma vez que desconsidera as particularidades de cada região. A prática de importar soluções de fora sem adaptá-las à realidade local é um dos principais erros cometidos em muitas políticas públicas, e um dos maiores desafios para o desenvolvimento regional sustentável. Portanto, é necessário um olhar crítico e uma abordagem mais personalizada para cada região, com base em suas especificidades.

No entanto, paradoxalmente, a regionalização imposta pode também fornecer um caminho para a libertação dessas regiões, ao permitir o resgate da história e das vozes daqueles marginalizados. A regionalização, embora possa ter sido imposta de forma externa, pode se tornar um instrumento para o fortalecimento das identidades locais e para a reconstrução de narrativas históricas que foram silenciadas ao longo do tempo.

Ao valorizar a história local e as populações marginalizadas, a regionalização pode abrir espaço para novas possibilidades de desenvolvimento, mais alinhadas com as necessidades e os anseios das comunidades locais.

Como destaca Segrera (2005, p. 221), "Apenas novas alternativas poderão desbloquear um modelo de acumulação e de sociedade esgotado. Cabe a nós imaginá-las e começar a executá-las." A ideia de que novas alternativas devem ser construídas reflete a necessidade urgente de repensar o desenvolvimento. Não basta continuar com os modelos que têm falhado em atender às necessidades locais; é necessário inovar e criar alternativas que sejam mais justas, sustentáveis e que promovam uma maior equidade social.

O conceito de desenvolvimento, historicamente debatido em universidades e órgãos governamentais, tem sido reduzido a aspectos econômicos e indicadores quantitativos (Souza, 1997), o que gerou planos e políticas com impactos consideráveis sobre o meio ambiente e a sociedade.

A redução do desenvolvimento a indicadores econômicos quantitativos limita a visão sobre o que realmente é necessário para uma vida plena e satisfatória. A sustentabilidade, a inclusão social, a equidade e a valorização da cultura local devem ser inseridos no debate sobre o desenvolvimento, indo além dos números e das estatísticas.

As políticas nacionais e internacionais— como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 4 — trazem princípios que dialogam com sustentabilidade, inclusão social e equidade**.** No plano normativo, a educação é concebida como instrumento para promover desenvolvimento humano integral, indo além da mera formação para o mercado de trabalho.

É essencial adotar uma visão crítica desse enfoque, incorporando perspectivas autóctones brasileiras e latino-americanas, a fim de desenvolver uma agenda política que promova uma proposta decolonial (Esteva, 2000; Gudynas, 2011). Incorporar perspectivas autênticas das culturas locais no debate sobre desenvolvimento não é apenas uma questão de justiça, mas também uma oportunidade para a criação de soluções mais eficazes e adequadas às realidades regionais.

O desenvolvimento regional, portanto, deve ser compreendido como um processo dinâmico e multifacetado, que exige flexibilidade, adaptação e um compromisso constante com a construção de soluções que atendam às necessidades das comunidades locais. Ao adotar essa visão mais ampla e inclusiva,

é possível abrir espaço para múltiplas possibilidades de desenvolvimento que sejam mais justas e sustentáveis.

1.2 TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O desenvolvimento tem sido um tópico relevante na economia desde os tempos dos economistas clássicos, que o relacionavam a ideias como riqueza, produção, crescimento e progresso. Desde os tempos dos economistas clássicos, o desenvolvimento tem sido tratado como um processo de criação de riqueza, produção e progresso.

Para o litoral norte de São Paulo, isso pode ser observado na exploração de seus recursos naturais, principalmente no setor do turismo e na atividade pesqueira. O crescimento econômico da região tem sido impulsionado por essas atividades, mas ainda enfrenta desafios em relação à distribuição de riqueza e à inclusão das comunidades locais nos benefícios do crescimento.

No século XVIII, Adam Smith promoveu a especialização através da divisão do trabalho e o livre comércio baseado na vantagem absoluta de cada nação como gerador de riqueza. No contexto do litoral norte de SP, o conceito de especialização de Adam Smith pode ser aplicado à forma como as atividades econômicas são distribuídas na região.

O turismo, por exemplo, se especializa em atrativos naturais e culturais, enquanto a pesca tem um papel importante em outras áreas econômicas, como o fornecimento de produtos alimentícios. No entanto, a especialização pode ser vista como um desafio para o desenvolvimento sustentável, já que a dependência excessiva de atividades específicas pode deixar a economia vulnerável a mudanças de demanda ou crises ambientais.

No começo do século XIX, David Ricardo concentrou-se na análise da distribuição da riqueza nacional entre capitalistas, trabalhadores e proprietários de terras, elaborando a ideia de vantagem comparativa. Ele argumentou que a competitividade de cada nação está diretamente ligada à sua especialização na produção de bens onde ela é relativamente mais eficiente (Hunt, 1981).

A teoria da vantagem comparativa de Ricardo sugere que o litoral norte de SP, devido à sua localização e recursos naturais, tem uma vantagem na especialização em turismo, pesca e, mais recentemente, na agricultura voltada para

o mercado orgânico. Entretanto, a exploração dessas vantagens comparativas deve ser feita de maneira equilibrada, para evitar que setores como o turismo cresçam de forma descontrolada e prejudiquem o meio ambiente e a qualidade de vida local.

Marshall, em sua obra "Principles of Economics" publicada em 1890, foi pioneiro ao reconhecer os benefícios da concentração geográfica de empresas em um único setor no final do século XIX (Belingieri, 2017, apud Marshall, 1982).

Suas observações sobre as economias externas, como a facilidade de troca de conhecimento e a criação de um mercado de trabalho especializado, lançaram as bases para a região industrial contemporânea e a teoria dos clusters, que consideram essas interdependências geográficas como cruciais para o desenvolvimento econômico sustentável.

A teoria dos clusters de Marshall pode ser observada nas cidades do litoral norte de SP, como Ubatuba e Ilhabela, onde a concentração de atividades turísticas e de serviços ao redor desses polos tem gerado efeitos positivos, como a troca de conhecimento entre empresários locais e a formação de um mercado de trabalho especializado. No entanto, é preciso considerar os impactos ambientais e a necessidade de políticas públicas que equilibrem os benefícios econômicos com a preservação do meio ambiente.

Schumpeter, em sua obra seminal "The Theory of Economic Development" de 1911, descreveu o fenômeno fundamental do desenvolvimento econômico no início do século XX: a inovação liderada pelos empreendedores. Ele enfatizou que os empreendedores são os agentes que introduzem novas tecnologias, produtos e métodos de produção, impulsionando o crescimento econômico e transformando a estrutura econômica existente.

Essa perspectiva complementa a abordagem multidimensional do desenvolvimento econômico, destacando a interdependência entre inovação, distribuição equitativa de renda, acesso à saúde e educação, e preservação ambiental para alcançar um crescimento econômico sustentável e equitativo. Schumpeter destaca a inovação como uma força crucial para o desenvolvimento.

O litoral norte de SP tem um grande potencial de inovação em áreas como ecoturismo e energias renováveis, como a solar e a eólica, que poderiam diversificar a economia regional. Contudo, é importante que a inovação esteja associada à

inclusão social e à sustentabilidade ambiental para que o desenvolvimento seja, de fato, equitativo e sustentável.

Até meados do século XX, prevalecia o modelo clássico de crescimento econômico, em que o crescimento provinha da acumulação de capital. Neste modelo, as explicações do desenvolvimento regional ou local são combinadas com explicações do desenvolvimento nacional.

Os problemas regionais são vistos como simples expressões espaciais de diferenças nos fatores de produção. Portanto, garantir a livre circulação dos fatores de produção entre regiões é considerado um meio de garantir o desenvolvimento (Bastos, 2005).

O modelo clássico de crescimento econômico é evidente no litoral norte de SP, especialmente com a dinâmica de capital humano e físico sendo direcionados para atividades como turismo e agricultura. Contudo, há uma necessidade crescente de promover a diversificação econômica e a criação de infraestrutura para garantir o desenvolvimento a longo prazo, considerando que o modelo clássico por si só não resolve as questões de disparidade regional e inclusão social.

Na década de 1950, um interesse especial pelas questões regionais surgiu. Segundo Bastos (2005), a análise do tema se desenvolveu em dois eixos principais: a teoria clássica da localização e a teoria do desenvolvimento regional. A teoria de localização, centrada em fatores como custos de transporte e proximidade aos mercados, é altamente relevante para o litoral norte de SP.

As cidades costeiras, como São Sebastião, têm vantagens estratégicas para o turismo e para a exportação de produtos pesqueiros e agrícolas. No entanto, os custos de infraestrutura e os desafios logísticos, como a conectividade e o transporte, precisam ser abordados para potencializar essas vantagens geográficas.

A teoria clássica da localização segue a tradição da teoria da produção na análise microeconômica. Walter Isard é considerado o principal autor e fundador da ciência regional. Essas teorias combinam as contribuições de J. Johann Heinrich von Thünen, um economista alemão, reconhecido como um dos pioneiros na teoria da economia espacial (Belingieri, 2017).

Proposto em 1826, o modelo de Thünen pressupõe uma cidade isolada abastecida pelos agricultores vizinhos. De acordo com o modelo, a competição entre agricultores devido aos custos de transporte para a cidade resultará na diminuição

da inclinação do aluguel da terra, que irá do seu valor máximo na cidade para zero no final da colheita (Fujita, Kloman, & Venables, 2002, p. 32).

A teoria de Thünen, que observa os custos de transporte e a produção local, pode ser aplicada ao litoral norte de SP ao analisar como a cidade de São Sebastião, por exemplo, depende das atividades da região circundante para abastecer seu mercado local. A competição entre as diferentes atividades econômicas, como pesca e turismo, pode ser vista como um reflexo das dinâmicas espaciais do modelo de Thünen, onde o valor da terra e a produção dependem da proximidade e da acessibilidade.

Durante a primeira metade do século XX, geógrafos alemães como Weber, Christaller e Lösch elaboraram teorias de localização levando em conta a geografia do mercado e os custos de transporte (Fujita; Krugman; Venables, 2002).
Elas compartilham a ideia central de uma atividade econômica principal que gera dinamismo para outros setores da economia, promovendo o crescimento. Este modelo, chamado de "top-down" ou "centro-baixo", depende de uma força externa e exógena que se estabelece na região e inicia o processo de desenvolvimento.

A economia urbana está dividida em dois setores básicos: a economia interna e a economia externa. O nível de rendimento (ou emprego) total numa área urbana é derivado da soma do rendimento (ou emprego) gerado por estes dois setores. O rendimento do setor externo é afetado por acontecimentos que escapam ao controle das comunidades urbanas, incluindo o valor das exportações da região para o resto do mundo e o volume da despesa pública não doméstica na região (Lane, 1977).

Essas teorias podem ser aplicadas ao litoral norte de SP, especialmente ao considerar o papel do transporte na conectividade entre as cidades e seu acesso aos mercados e turistas. A questão dos custos de transporte entre as cidades e o impacto na distribuição de produtos e serviços é um fator crucial para a competitividade regional. A infraestrutura de transporte, como rodovias e portos, precisa ser desenvolvida para apoiar o crescimento sustentável da região.

A Teoria da Base de Exportação sugere que a produção e o emprego em uma região são influenciados pelas suas atividades de exportação. Essas atividades dependem da demanda externa e das vantagens comparativas da região, que são variáveis consideradas exógenas no modelo, ou seja, que a região não pode influenciar (Polèse, 1998).

O litoral norte de SP tem indústrias de exportação primária, como a pesca e a agricultura, que geram efeitos multiplicadores na economia local. O crescimento desses setores contribui para o aumento da demanda em outros setores, como a construção civil e o comércio local. Contudo, a sustentabilidade dessas indústrias deve ser considerada para evitar danos ecológicos e garantir que o crescimento seja duradouro.

A economia urbana e seus dois setores, interno e externo, são cruciais para o litoral norte de SP. O modelo de economia urbana no litoral norte de SP reflete uma dependência das atividades de exportação (pesca e turismo), que geram emprego e renda. No entanto, a falta de diversificação nas economias locais pode levar à instabilidade. A criação de um mercado interno mais robusto e o estímulo a setores como serviços e comércio podem equilibrar essa dependência e fomentar o crescimento local.

O modelo de exportação primária centra-se em dois elementos principais: o fluxo de fundos das atividades de exportação primária na região e os efeitos dominantes dos efeitos multiplicadores destes fundos na região. Por outras palavras, existem indústrias importantes que apoiam a subsistência e a subsistência das pessoas da região.

Atividades auxiliares derivadas da atividade principal. Portanto, a região depende das demandas externas e deve adaptar-se a elas para garantir a sua sobrevivência (Polèse, 1998). O litoral norte de SP tem indústrias de exportação primária, como a pesca e a agricultura, que geram efeitos multiplicadores na economia local. O crescimento desses setores contribui para o aumento da demanda em outros setores, como a construção civil e o comércio local. Contudo, a sustentabilidade dessas indústrias deve ser considerada para evitar danos ecológicos e garantir que o crescimento seja duradouro.

Por exemplo, North (1977), um dos principais defensores da teoria, mostrou que todo o desenvolvimento da região Pacífico Noroeste dos Estados Unidos dependeu desde o início da sua capacidade de produzir produtos de exportação, como trigo e farinha. O modelo de causalidade cumulativa circular, cujo autor principal é Gunnar Myrdal, utiliza a ideia de círculos viciosos (ou virtuosos) para explicar como os processos se tornam cíclicos e cumulativos.

Neste caso, um fator negativo (ou positivo) é causa e efeito de outros fatores negativos (ou positivos). Por exemplo, a introdução de uma nova indústria numa área pode levar a aumentos no rendimento e na procura interna, que por sua vez levam a aumentos no rendimento e na procura noutras atividades, criando assim um processo circular de causalidade cumulativa (Lima; Simões, 2010).

Myrdal (1972) indica que a força da atratividade de um centro econômico tem suas bases nos fatores históricos pertinentes a cada contexto. Desse modo, fatores endógenos e exógenos as economias regionais potencializam o crescimento de uma região com vantagens em relação a outras.

O modelo de causalidade cumulativa circular pode ser observado no litoral norte de SP, onde a introdução de novas indústrias ou setores, como o ecoturismo, pode gerar uma série de efeitos positivos em outros setores, como comércio, infraestrutura e serviços. No entanto, é necessário garantir que o crescimento seja inclusivo e sustentável, sem exacerbar as desigualdades entre as regiões costeiras e as áreas mais interiores.

Dessa forma, os fatores externos atuam como estímulos contínuos para o sistema, reduzindo as disparidades entre as regiões e validando a intervenção do governo como meio de compensar ou neutralizar as tendências funcionais dos sistemas causais circulares (Lima; Simões, 2010).

O desenvolvimento desigual entre as regiões do litoral norte de SP, como a disparidade entre cidades mais turísticas e aquelas mais periféricas, reflete o modelo de crescimento inter-regional proposto por Hirschman. A atração de investimentos em polos turísticos e industriais deve ser acompanhada por políticas públicas que promovam a equidade no acesso a infraestrutura, saúde e educação.

O modelo de transmissão do desenvolvimento desigual e do crescimento inter-regional, proposto por Albert Hirschman, examina a transferência do desenvolvimento econômico de uma região (ou país) para outra. Segundo esta teoria, o progresso exige habilidades de investimento focadas nos setores econômicos mais inovadores e no empreendedorismo a nível local.

Quando o país estiver menos desenvolvido, sua capacidade será menor. Assim, as decisões de investimento se tornam o foco central da teoria do desenvolvimento e o principal objetivo da política econômica (Lima; Simões, 2010).

Segundo o modelo de polo de crescimento proposto por François Perroux e Jacques R. Boudeville, o polo industrial é formado a partir da criação de uma indústria motriz, que consiste em um conjunto de unidades econômicas. Essa indústria em crescimento está se expandindo mais rapidamente do que outras indústrias e a uma taxa acima da média da economia em geral (Lima; Simões, 2010).

Essa indústria dinâmica tem um papel ativo na vida regional, atraindo outras indústrias, formando concentrações de pessoas, estimulando a criação de indústrias primárias (fornecimento de alimentos e matérias-primas) e terciárias, de acordo com as necessidades da população local (Silva, 2020).

A teoria de polos de crescimento pode ser observada em cidades como São Sebastião e Ubatuba, onde o crescimento de setores como o turismo e a construção civil geram efeitos multiplicadores, atraindo outros investimentos e estimulando a criação de novas indústrias. No entanto, a sustentabilidade desse crescimento depende de uma gestão cuidadosa dos recursos naturais e de políticas públicas que garantam a equidade e a inclusão social.

A teoria da inovação liderada pelos empreendedores, proposta por Schumpeter, revela-se particularmente adequada ao contexto do litoral norte de São Paulo, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável e à promoção da educação.

Schumpeter argumenta que os empreendedores desempenham um papel central na transformação econômica, sendo responsáveis por introduzir novas tecnologias, produtos e métodos de produção, os quais impulsionam o crescimento e alteram a estrutura econômica existente.

Esta abordagem pode ser aplicada ao litoral norte, uma vez que a região possui um grande potencial para o desenvolvimento de setores inovadores, como o ecoturismo, as energias renováveis e a educação ambiental, nos quais os empreendedores atuam como agentes de mudança ao oferecer soluções criativas e sustentáveis.

A relação entre inovação e desenvolvimento sustentável é essencial para a região, considerando sua dependência dos recursos naturais, como praias, fauna e flora. A inovação no ecoturismo, por exemplo, pode possibilitar uma exploração mais sustentável desses recursos naturais, garantindo que o crescimento econômico da

região não comprometa o equilíbrio ambiental necessário para a continuidade de seus atrativos.

O turismo de base comunitária, alinhado à preservação ambiental, representa uma oportunidade para gerar renda e emprego, ao mesmo tempo em que incentiva a educação e capacitação dos moradores locais, proporcionando-lhes as ferramentas necessárias para se envolverem de forma ativa nas novas demandas geradas por esse modelo de desenvolvimento.

A aplicação da teoria de Schumpeter é ainda mais relevante ao considerar a inclusão da educação no processo de desenvolvimento. A formação de empreendedores locais, bem como a disseminação de práticas sustentáveis, podem ser estimuladas por meio de programas educacionais voltados à gestão de recursos naturais, ao empreendedorismo sustentável e à inovação tecnológica.

A integração dessas práticas à realidade do litoral norte contribuiria para a criação de uma rede de conhecimento local, que não só se sustentaria ao longo do tempo, mas também promoveria um ciclo contínuo de aprendizado, essencial para a adaptação da região às transformações econômicas e sociais que ocorrem no cenário global.

O desenvolvimento sustentável, como uma base para o crescimento da região, deve ser visto não apenas como uma alternativa de preservação ambiental, mas como uma oportunidade para se estabelecer novas formas de geração de riqueza que respeitem os limites ecológicos da região.

A inserção de práticas inovadoras no ecoturismo, nas energias renováveis e no uso sustentável dos recursos naturais pode transformar o litoral norte de São Paulo em um modelo de desenvolvimento capaz de equilibrar a necessidade de crescimento econômico com a preservação de seu meio ambiente único. Além disso, a educação se torna uma ferramenta crucial nesse processo, pois capacita as comunidades locais a se tornarem protagonistas da transformação que a região precisa.

A escolha dessa teoria, portanto, reflete a necessidade de criar um ciclo de inovação que se retroalimente com a educação e a sustentabilidade. O litoral norte de São Paulo possui um grande potencial para se tornar um exemplo de como a inovação empreendedora pode ser alinhada ao desenvolvimento sustentável,

criando um modelo que seja não apenas economicamente viável, mas também social e ambientalmente responsável.

Esse modelo de desenvolvimento, fundamentado na inovação e na educação, será a base para um futuro mais próspero e equilibrado para a região, garantindo que seus recursos naturais sejam preservados para as próximas gerações, enquanto as comunidades locais se beneficiam das novas oportunidades geradas por essa transformação.

1.3 DESENVOLVIMENTO LOCAL

Pensar em desenvolvimento é, antes de qualquer coisa, refletir sobre como as políticas e estratégias podem impactar as condições de vida das pessoas e das comunidades.

O conceito de desenvolvimento vai além de apenas medir o crescimento econômico, já que envolve a análise de questões estruturais, como a distribuição de recursos e a melhoria das condições sociais, como saúde e educação. Embora o desenvolvimento econômico tenha sido inicialmente entendido de forma limitada pelos economistas clássicos, o avanço do pensamento econômico ao longo dos anos ampliou a compreensão para incluir a ideia de que o crescimento não pode ser medido apenas em termos de produção e acúmulo de riqueza, mas deve ser abordado também em termos de bem-estar humano e social.

A reflexão sobre as novas dimensões do desenvolvimento nos permite perceber que o simples crescimento econômico, por si só, não resolve as desigualdades e as deficiências estruturais que afetam as populações em diferentes partes do mundo.

Embora Adam Smith e David Ricardo tenham sido pioneiros em introduzir conceitos como especialização e comércio, as discussões sobre desenvolvimento econômico evoluíram significativamente ao longo do tempo.

Esses pensadores apresentaram um entendimento sobre a riqueza das nações que era essencialmente baseado na troca de bens e na maximização da produção. Porém, conforme a sociedade se desenvolvia e a economia global se tornava mais complexa, foi necessário compreender que o desenvolvimento não estava mais restrito a uma visão simplista sobre a acumulação de capital.

A contribuição de Marshall e Schumpeter ao entender a importância da concentração geográfica de empresas e o papel crucial da inovação tecnológica e do empreendedorismo ampliou ainda mais a compreensão do desenvolvimento. Nesse contexto, a centralidade das economias externas e a mobilização dos recursos humanos para impulsionar a inovação tornaram-se elementos-chave para o crescimento econômico.

A partir de meados do século XX, o foco das discussões sobre desenvolvimento começou a mudar. A incorporação das questões regionais nas discussões de desenvolvimento tornou-se mais forte, com economistas e teóricos como Walter Isard e Johann Heinrich von Thünen mostrando como os custos de transporte e as dinâmicas geográficas poderiam impactar o desenvolvimento regional.

A regionalização deixou de ser vista apenas como uma subdivisão do processo econômico nacional, mas passou a ser reconhecida como um fator relevante no planejamento e execução de políticas públicas mais adequadas às realidades locais. A análise econômica foi, então, obrigada a considerar as diferentes dimensões que influenciam as regiões, não apenas os aspectos macroeconômicos, como os mercados globais e as grandes indústrias.

O novo paradigma de desenvolvimento endógeno que surgiu nas décadas de 1970 e 1980 reflete as mudanças econômicas e políticas que ocorreram com a transição do modelo de produção fordista para um modelo mais flexível e descentralizado. Durante o período do regime de acumulação fordista, a produção em larga escala e a centralização da industrialização nas grandes cidades era o modelo predominante.

No entanto, com a evolução das tecnologias e a reestruturação da produção, um novo modelo baseado em pequenas e médias empresas, redes de colaboração e adaptação a novos desafios econômicos e sociais se tornou mais adequado para as novas realidades regionais. Esse novo modelo permitiu uma redistribuição das responsabilidades pelas políticas de desenvolvimento para níveis locais, criando uma maior ênfase no desenvolvimento regional e local. A descentralização das decisões políticas ajudou a promover políticas mais adaptadas às necessidades e características de cada território, permitindo um maior protagonismo das regiões na construção de seu próprio futuro.

Ao considerar a ascensão da globalização, o conceito de desenvolvimento endógeno foi, então, consolidado como uma abordagem que coloca a ênfase nas capacidades internas de cada região, sem depender exclusivamente do mercado global ou das diretrizes governamentais. Esse modelo coloca o desenvolvimento como um processo em que as próprias comunidades locais têm a capacidade de gerar crescimento, utilizando os recursos e as potencialidades próprias.

Ao contrário do modelo de desenvolvimento proposto por Rostow, que defendia uma visão linear e homogênea do progresso, o desenvolvimento endógeno valoriza as especificidades de cada região, rejeitando a ideia de que todos os territórios devem seguir o mesmo caminho de desenvolvimento industrial.

O modelo de desenvolvimento endógeno, que coloca o progresso técnico como um fator intrínseco ao território, representa uma grande mudança em relação às teorias neoclássicas de crescimento. Essas teorias viam o progresso técnico como uma força externa que agia sobre os territórios, sem levar em consideração as ações locais que poderiam influenciar esse progresso.

Por outro lado, a teoria endógena reconhece que o progresso depende da mobilização de fatores internos, como a inovação, as capacidades locais e as decisões econômicas tomadas por atores da região. Dessa forma, a teoria endógena oferece uma nova visão para os territórios, permitindo que eles se tornem protagonistas do próprio desenvolvimento, ao invés de apenas reagir às mudanças externas impostas pelo mercado ou pelo Estado.

Com o aumento da globalização das atividades econômicas, os papéis das regiões e dos locais se tornam ainda mais relevantes. O poder de decisão sobre o desenvolvimento passa a ser descentralizado, e as regiões se tornam centros de inovação e competitividade.

Como observado por Benko, a globalização fez com que os locais e regiões se tornassem fontes de vantagens competitivas, destacando o papel crucial dos atores locais no impulso à economia. A crescente importância das cidades no contexto da globalização é um reflexo desse novo paradigma. Como defendido por Vale, as cidades emergem como centros de poder, não só por seu papel econômico, mas também pela sua capacidade de moldar mudanças sociais, atrair investimentos e organizar grandes eventos. Isso reflete um deslocamento do poder político e econômico das esferas nacionais para as esferas locais, onde as cidades

desempenham um papel crescente como motores do desenvolvimento regional e local.

A partir dos anos 1980, o desenvolvimento territorial local tornou-se o foco central nas discussões sobre o futuro das regiões. O modelo de desenvolvimento endógeno coloca o território como um elemento essencial para o progresso, destacando a importância das ações locais para promover o desenvolvimento.

Pires, Müller e Verdi ressaltam que o desenvolvimento territorial local se baseia na transformação das condições internas da região, buscando a mudança qualitativa e a melhoria das condições de vida da comunidade.

Ao contrário dos modelos de desenvolvimento regional que são impostos de cima para baixo, a abordagem endógena valoriza a ação da sociedade civil e das iniciativas locais, reconhecendo que o verdadeiro desenvolvimento vem de dentro, das capacidades e das oportunidades geradas localmente.

Essa abordagem endógena coloca uma grande responsabilidade nos agentes locais para criar ou influenciar eventos históricos que possam impulsionar a economia regional ou local. Amaral Filho observa que, com a maior autonomia dos agentes locais, as regiões têm a capacidade de tomar decisões estratégicas que influenciam diretamente seu futuro.

O conceito de concentração geográfica, como apresentado por Krugman, destaca que o sucesso de uma região depende de sua capacidade de aproveitar os rendimentos crescentes, os custos de transporte favoráveis e a demanda local para gerar um ambiente propício à inovação e à competitividade.

Essa inovação vai além da simples acumulação de capital; ela envolve a criação de uma rede de interações sociais, culturais e econômicas que pode gerar um desenvolvimento sustentável e duradouro.

Finalmente, o conceito de Distrito Industrial, que ganhou destaque nas últimas décadas, reflete a adaptação das regiões a novas formas de organização econômica. A colaboração entre pequenas e médias empresas, como exemplificado na Terceira Itália, é um modelo que foi inspirado pelas ideias de Schumpeter, reconhecendo a importância das inovações tecnológicas e da capacidade de adaptação das regiões. Regiões que se tornam inovadoras não apenas aproveitam as vantagens existentes, mas também criam novas oportunidades e recursos para o desenvolvimento.

A capacidade de promover redes de interação entre agentes econômicos locais e instituições tem um papel central para o sucesso dessas regiões. Camagni reforça essa ideia ao afirmar que a criação de um ambiente favorável à inovação é crucial para que as regiões se tornem competitivas e se destaquem no cenário global. O desenvolvimento territorial, então, se torna uma questão de promover interações dinâmicas e sustentáveis entre todos os agentes locais, desde empresas até instituições públicas e a comunidade civil organizada.

1.4 POLÍTICA PÚBLICA E O DESENVOLVIMENTO

Nos últimos anos, as contribuições na área de políticas públicas têm se intensificado. Embora não haja um consenso sobre a conceituação de políticas públicas, entender que elas surgem a partir da diferenciação social é de grande importância.

Essa diversidade é uma característica das sociedades modernas, onde os membros possuem atributos, ideias, valores e interesses distintos, desempenhando assim papéis variados na sociedade. Segundo a autora, essa diversidade evidencia a complexidade e o potencial de conflitos inerentes à vida em sociedade.

Para mitigar esses conflitos de convivência, a adoção de políticas públicas pode ser uma solução eficaz. Quando a sociedade se organiza e manifesta determinadas demandas, cabe ao Estado intervir para resolvê-las. (Rua, 2013).

As políticas públicas são diretrizes e princípios que orientam a ação do poder público, estabelecendo regras e procedimentos para as relações entre o governo e a sociedade, e mediando as interações entre os atores sociais e o Estado.

Essas políticas são explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos como leis, programas e linhas de financiamento, que direcionam ações geralmente envolvendo o uso de recursos públicos. (AATR, 2002).

No entanto, nem sempre há uma correspondência entre as intenções declaradas e as ações realizadas. As omissões e "não-ações" também devem ser consideradas como formas de manifestação de políticas, pois refletem as escolhas e orientações daqueles que ocupam cargos públicos. (AATR, 2002).

O campo das políticas públicas está se tornando cada vez mais visível devido ao fortalecimento de três aspectos: 1) a adoção de políticas restritivas de gasto em

diversos países; 2) novas visões sobre o papel dos governos, com a substituição das políticas keynesianas por políticas mais restritivas; e 3) a dificuldade, especialmente enfrentada por países em desenvolvimento, de criar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e social. (Souza, 2006).

As políticas públicas, em seu processo de elaboração e implementação, e especialmente em seus resultados, representam formas de exercício do poder político. Isso envolve a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão e a repartição de custos e benefícios sociais. O poder, sendo uma relação social que envolve diversos atores com projetos e interesses variados e muitas vezes contraditórios, requer mediações sociais e institucionais para alcançar um mínimo de consenso, possibilitando a legitimação e eficácia das políticas públicas. (AATR, 2002).

Elaborar uma política pública implica definir quem decide o quê, quando, com quais consequências e para quem. Essas definições estão relacionadas com a natureza do regime político vigente, o grau de organização da sociedade civil e a cultura política predominante. Nesse contexto, é importante distinguir entre "políticas públicas" e "políticas governamentais". (AATR, 2002).

As políticas públicas podem ser classificadas de diversas formas, como, por exemplo, quanto à sua natureza e ao grau de intervenção. Teixeira (2002) as distingue em dois grupos: 1) políticas públicas estruturais, que interferem em relações estruturais; e 2) políticas públicas conjunturais e/ou emergenciais, que interferem em situações temporárias e imediatas.

O autor também as diferencia de acordo com a abrangência dos benefícios: a) universais; b) segmentais, destinadas a determinados segmentos da população, delimitados por idade, gênero, etc.; e c) fragmentados, que beneficiam grupos sociais dentro de cada segmento. Teixeira (2002) também classifica as políticas públicas pelos impactos e/ou pelo papel que desempenham nas relações sociais: I) distributivas, que distribuem benefícios individuais; II) redistributivas, que redistribuem recursos entre os grupos sociais; e III) regulatórias, que definem regras e procedimentos para regular o comportamento dos atores.

As políticas governamentais nem sempre são públicas, embora sejam estatais. Para serem consideradas públicas, é essencial que os resultados ou

benefícios se destinem à sociedade em geral e que o processo de elaboração seja submetido ao debate público. (AATR, 2002).

A presença cada vez mais ativa da sociedade civil nas questões de interesse geral torna a publicização fundamental. As políticas públicas, abordando recursos públicos direta ou indiretamente através de renúncia fiscal (isenções), ou regulando relações que envolvem interesses públicos, realizam-se num campo extremamente contraditório onde se entrecruzam interesses e visões de mundo conflitantes. Nesse contexto, os limites entre público e privado são de difícil demarcação, destacando a necessidade de debate público, transparência e elaboração em espaços públicos e não apenas em gabinetes governamentais. (AATR, 2002).

No contexto do desenvolvimento, conforme discutido anteriormente, a elaboração e implementação de políticas públicas desempenham um papel crucial. Por exemplo, as ideias de Cavalcanti (2007) sobre o desenvolvimento regional enfatizam a industrialização como um meio vital para alcançar o desenvolvimento, uma vez que suas interações em cadeia determinam as principais atividades econômicas de uma região.

Contudo, Durkheim (1999) alerta que essas interações também podem enfraquecer a consciência de grupo e as crenças partilhadas que surgem da solidariedade contratual, aumentando a necessidade de agentes na construção do desenvolvimento.

Esse fenômeno faz do Estado um “estado cérebro e coluna”, onde o poder regulador do organismo social afeta toda a vida social de forma contínua e crescente por meio de leis, regras e instituições jurídicas. O poder de “supervisão” do Estado representa a verdadeira ferramenta da máquina da sociedade industrial (Durkheim, 1999).

Essa intervenção estatal é essencial não apenas para a regulamentação do mercado, como argumenta Fligstein (2003), mas também para a promoção do desenvolvimento empresarial e global, como ressaltado por Madureira (2015).

A formulação e implementação de políticas públicas, bem como a avaliação dessas políticas, têm exigido investimentos em estudos e pesquisas em nível mundial. (Dorsa ,2021).

Nos Estados Unidos, essa área de estudo surgiu na academia, inicialmente sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado. No Brasil,

a partir do final da década de 1990, o tema ganhou destaque por meio de debates sobre o funcionamento das instituições estatais e os impactos das relações governamentais, burocracias e implementação de políticas públicas. (Dorsa, 2021).

As definições sobre políticas públicas remetem ao pensamento de Lynn (1980), que descreve essas políticas como um conjunto de ações governamentais que produzem efeitos específicos.

Peters (1998) complementa essa visão ao considerar as ações do governo como a soma de atividades que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984), de forma mais simplista, define política pública como aquilo que o governo escolhe fazer ou não fazer.

Lowi (1964, 1972) é conhecido por sua tipologia de políticas públicas, afirmando que "a política pública faz a política". Segundo Souza (2006), Lowi esclarece que cada tipologia de política pública encontra apoio ou rejeição em diferentes arenas de disputa.

Lowi (1972) identifica quatro formatos de política pública: políticas distributivas, que envolvem decisões governamentais; políticas regulatórias, visíveis ao público por envolverem burocracia, políticos e grupos de interesse; políticas redistributivas, que impõem perdas concretas para alguns grupos sociais e ganhos incertos e futuros para outros, incluindo políticas sociais universais, sistema tributário e previdência social.

Segundo Souza (2006), esses elementos destacam a distinção entre o que o governo pretende fazer e o que realmente faz, o envolvimento de diversos atores e níveis decisórios, a abrangência das políticas públicas que vão além de leis e regras, e o fato de que, embora possam ter impactos no curto prazo, são consideradas de longo prazo.

Cavalcanti (2007) propõe ideias sobre o desenvolvimento regional. A principal teoria estudada enfatiza a industrialização como um dos meios mais importantes para alcançar o desenvolvimento, uma vez que suas interações em cadeia determinam as principais atividades econômicas da região em questão.

No entanto, Durkhein (1999) alertou que tais interações também podem enfraquecer a consciência de grupo e as crenças partilhadas que emergem nas semelhanças, costumes e costumes que surgem da solidariedade contratual. Isto também aumenta a escala e a intensidade da divisão do trabalho no

desenvolvimento, criando a necessidade de agentes na construção desse desenvolvimento.

Como as organizações sociais surgem da divisão social do trabalho, e devido ao desenvolvimento e diferenciação dos papéis sociais, surge a solidariedade orgânica, a socialização e um certo grau de conformidade entre os indivíduos, formando um vínculo que os une (Durkhein, 1999)

Este fenômeno faz do Estado um “estado cérebro e coluna”, no qual o poder regulador do organismo social afeta toda a vida social de forma contínua e crescente por meio de leis, regras e instituições jurídicas. Portanto, através do poder de “supervisão”, o Estado passou a representar a verdadeira ferramenta da máquina da sociedade industrial (Durkhein, 1999).

Polanyi (2000), que argumentou que o Estado foi responsável pela criação do comércio interno na Europa Ocidental, denominado comércio municipal, que funciona de forma semelhante ao comércio local.

Assim, o comércio de longa distância enfrenta barreiras impostas pelo Estado que dificultam a concorrência, mas beneficiam os mercados locais. Isto realça a ideia de que o desenvolvimento empresarial não seria possível sem a intervenção estatal nas empresas.

Fligstein e Dotter (2012) argumentam que, de acordo com a teoria institucional, o comércio contratual depende do estatuto de um Estado, da sua concordância com as normas e da identificação de produtos apropriados para o comércio.

Fligstein (2003) acredita que o mercado está intimamente ligado ao Estado, porque a legitimidade do mercado é dada pelo Estado, e o Estado intervém no mercado (formação, estabilidade e transformação) através da implementação de políticas. Isto também se reflete no desenvolvimento global.

Durante muito tempo, instituições como as Nações Unidas, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e o Fundo Monetário Internacional sempre serviram como agências de monitorização e coordenação do desenvolvimento global. Essas entidades trabalham para promover relacionamentos e alternativas com os países mais pobres (Madureira, 2015).

A iniciativa de pensar sobre o desenvolvimento regional parte do pressuposto de que as informações produzidas sobre esse tema têm aumentado

significativamente, embora ainda não haja um consenso sobre como isso deve ser feito. O autor argumenta que existe muito conhecimento produzido sobre o desenvolvimento regional, mas muito pouco com foco específico no desenvolvimento regional, que relacione o desenvolvimento com a região. Portanto, o desenvolvimento regional é um objeto de preocupação científica que envolve uma série de interesses cognitivos e políticos. (Mattedi, 2014).

Ao avaliar o papel do Estado e das políticas públicas, é fundamental compreender que a política, enquanto prática social e organizacional, tem raízes milenares, remontando à civilização grega, e foi reafirmada após as guerras mundiais e a Grande Depressão de 1929. (Souza, 2006; Frey, 2000).

QUADRO 01:**Principais Políticas Públicas de educação**.

Ano	Política / Programa / Lei	Objetivo
1982	Lei nº 7.044	Redefiniu a educação profissional de 2º grau, priorizando a “preparação básica para o trabalho”.
1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394	Regulamentou todo o sistema educacional brasileiro, incluindo o ensino técnico e superior.
2001	Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 10.172	Estabeleceu metas de expansão e qualidade para todos os níveis de ensino, incluindo o técnico e o superior.
2004	Programa Universidade para Todos (ProUni)	Conceder bolsas de estudo integrais e parciais em instituições privadas de ensino superior.
2006	Decreto nº 5.840 (Proeja)	Integrar a educação de jovens e adultos à formação profissional técnica.
2011	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) – Lei nº 12.513	Expandir e democratizar o acesso à educação profissional e tecnológica.
2012	Lei de Cotas – Lei nº 12.711	Garantir reserva de vagas no ensino superior para estudantes de escolas públicas, negros, pardos e indígenas.
2014	Plano Nacional de Educação (PNE) 2014–2024 – Lei nº 13.005	Definir metas de expansão e qualidade do ensino técnico e superior, com foco em inclusão e desenvolvimento regional.

IPEA, 2025.

Esses eventos expuseram as limitações da ideia de progresso do século XVIII, que se baseava em um crescimento linear e na predominância do livre mercado, mostrando que essas premissas já não eram mais suficientes para lidar com as complexidades da sociedade moderna (Souza, 2006; Frey, 2000).

Assim, tornou-se necessário construir um modelo epistemológico, teórico e metodológico que não apenas consolide o desenvolvimento regional como uma área de conhecimento, mas também como um campo capaz de interpretar e explicar a realidade e os fenômenos emergentes, relacionando-os com o desenvolvimento e a região. (Mattedi, 2014).

Esse conhecimento deve ser caracterizado por uma cientificidade que valorize a regionalidade, utilizando uma teoria contextual e uma metodologia relacional, que considere o contexto em que está inserido e que estabeleça uma conexão entre desenvolvimento e região (Mattedi, 2014).

O conceito de desenvolvimento, que ultrapassa a mera percepção econômica, também engloba oportunidades, melhorias na qualidade de vida e liberdades individuais. A mera acumulação de riqueza, sem um enfoque nas questões sociais, levaria inevitavelmente a maiores desigualdades (Sen, 2000; Furtado, 1980; Tavares, 2019).

De forma geral, pensadores como Adam Smith (1776), Thomas Malthus (1798), David Ricardo (1817) e Karl Marx (1867) identificaram o desenvolvimento como um elemento crucial na consolidação do sistema capitalista.

Contudo, foi apenas a partir da década de 1940 que o desenvolvimento econômico passou a ser estudado cientificamente, impulsionado pelos avanços da ciência e da tecnologia. A partir dessa época, promoveu-se uma abordagem metodológica que tratava o desenvolvimento como algo ideal para a sociedade urbana industrial, onde a riqueza era mantida por meio da acumulação de renda monetária.

Para compreender plenamente o desenvolvimento econômico, é essencial analisar indicadores além do crescimento do PIB, como a distribuição de renda e o acesso a serviços básicos. Esses avanços econômicos devem beneficiar toda a comunidade, promovendo melhorias em saúde, educação, renda e outros aspectos fundamentais da vida social.

A ciência e a tecnologia desempenham, portanto, um papel central ao fornecerem as ferramentas necessárias para analisar e promover esse desenvolvimento de forma mais equitativa e contextualizada.

O Estado, por meio de políticas públicas, pode destacar as potencialidades locais, minimizar os problemas e propor meios para o desenvolvimento, com ações

que rompem com o individualismo e criam um ambiente que promove um maior bem-estar social. As linhas de atuação abordam as necessidades públicas, desde aspectos sociais como saúde, educação, emprego e habitação, até questões gerais como políticas fiscal, monetária e cambial, ou áreas de tecnologia e agrárias. (Ternoski et. Al. (2020, apud Heidemann, 2009; Souza, 2006; Raeder, 2014; Gelinski & Seibel, 2008)

As políticas públicas são promotoras do desenvolvimento, espalhando “os benefícios do crescimento e alcançando um número maior de pessoas”, dando ao Estado a possibilidade de equalizar a capacidade de desenvolvimento das regiões (Feijó , 2007, p. 44).

No Brasil, o enfoque regional ganhou força na década de 1950, buscando corrigir os desequilíbrios e a desigualdade entre as regiões, promovendo o bem-estar e protegendo os grupos com maior vulnerabilidade social, visto que as políticas macroeconômicas nem sempre permitiam atingir uma maior igualdade (Diniz & Crocco, 2006; IPEA, 2018; Rotta & Reis, 2007).

No contexto do Litoral Norte de São Paulo, a tipologia das políticas públicas proposta por Lowi (1972) e discutida por Secchi (2013), Souza (2006) e Frey (2000) pode ser analisada à luz das dinâmicas socioeconômicas e ambientais da região.

As políticas distributivas se manifestam por meio de investimentos em infraestrutura urbana, educação e saúde, como a destinação de royalties do petróleo para melhorias em escolas e hospitais, além de programas de incentivo ao turismo sustentável.

No entanto, há desafios na distribuição equitativa desses investimentos entre os municípios, visto que Caraguatatuba, por ser o centro comercial da região, tende a concentrar recursos em detrimento de cidades como Ubatuba, que recebe menos royalties.

Já as políticas redistributivas se refletem em programas sociais voltados à redução das desigualdades, embora municípios como São Sebastião e Ilhabela, que possuem arrecadação elevada devido aos royalties, nem sempre garantam que essa riqueza beneficie diretamente populações vulneráveis, como caiçaras, quilombolas e trabalhadores informais.

Além disso, a especulação imobiliária intensificada pelo turismo e a migração sazonal contribuem para a expulsão de moradores tradicionais, exigindo políticas

redistributivas mais efetivas, como habitação social e incentivos à permanência de comunidades locais.

No campo das políticas regulatórias, destacam-se as normas ambientais e urbanísticas que buscam equilibrar desenvolvimento econômico e preservação ambiental. A criação de áreas protegidas, como parques estaduais e unidades de conservação, impõe restrições ao uso da terra, impactando comunidades tradicionais e setores econômicos como a pesca e o turismo. Além disso, a regulamentação do uso do solo e do ordenamento urbano enfrenta pressões do setor imobiliário, especialmente em Ilhabela e Ubatuba, onde há um intenso processo de verticalização e gentrificação.

A educação, no contexto do desenvolvimento regional, está diretamente relacionada às quatro categorias de políticas públicas propostas por Lowi (1972) e aprofundadas por Secchi (2013), Souza (2006) e Frey (2000). Cada uma dessas políticas influencia de maneira distinta a estrutura e a oferta educacional, impactando o desenvolvimento socioeconômico.

As políticas distributivas se manifestam na alocação de recursos para infraestrutura escolar, material didático, capacitação de professores e programas de alimentação escolar. A destinação de verbas, muitas vezes oriundas de fontes específicas como royalties ou fundos estaduais e federais, possibilita investimentos na ampliação e modernização da rede de ensino. No entanto, a distribuição desigual desses recursos pode resultar em discrepâncias na qualidade educacional entre diferentes regiões.

Já as políticas redistributivas envolvem programas e incentivos voltados à redução das desigualdades educacionais, garantindo maior acesso ao ensino para populações vulneráveis. A implementação de iniciativas como transporte escolar para áreas afastadas, bolsas de estudo e cotas sociais busca proporcionar equidade no acesso à educação. No entanto, a ausência de mecanismos eficazes para mitigar desigualdades estruturais pode perpetuar disparidades entre escolas de diferentes contextos socioeconômicos.

As políticas regulatórias influenciam a educação por meio da normatização de currículos, avaliação de desempenho e fiscalização da qualidade do ensino. A aplicação de diretrizes nacionais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e de legislações que estabelecem critérios para gestão escolar são exemplos de

regulamentações que impactam diretamente a oferta educacional. Além disso, índices como o IDEB são utilizados para monitorar a aprendizagem e orientar intervenções pedagógicas.

Por fim, as políticas constitutivas afetam a educação na medida em que estruturam a governança do setor, definindo o papel do poder público e da participação social na formulação e implementação das políticas educacionais. Conselhos municipais e estaduais de educação, bem como fóruns de debate, são instâncias que possibilitam a construção de estratégias para a melhoria do ensino. Entretanto, desafios como a baixa representatividade e a limitação na efetividade das deliberações podem comprometer o impacto dessas instâncias na gestão educacional.

Dessa forma, a educação está inserida em todas as categorias de políticas públicas, sendo impactada pela distribuição de recursos, pelas estratégias de redução das desigualdades, pela regulação da qualidade do ensino e pela estruturação das instâncias de participação e governança.

1.5 A EDUCAÇÃO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Em 1889, a fundação da República do Brasil marcou uma grande mudança no controle do sistema educacional que anteriormente estava sob controle imperial.

Após a fundação da República, a educação desempenhou um papel crucial como salvadora do país, provocando intensos debates sobre a construção da escola pública. Como explica Veiga (2007), esses debates passaram a fazer parte das preocupações de diferentes setores da sociedade.

> No período republicano, entre os anos de 1889 e 1971, pode-se identificar quatro movimentos representativos da história da educação brasileira. O primeiro deles diz respeito à organização administrativa, o segundo às reformas para definir uma estrutura educacional, no terceiro momento tem-se os debates teóricos entre os educadores e, por último, os debates políticos sobre a escola pública (Veiga, 2007).

A análise das notas dos autores revela algumas mudanças na legislação educacional brasileira. Essas mudanças se refletiram no surgimento de novas propostas educativas, nos debates em torno das formas educativas e suas possíveis subdivisões e nas considerações para a educação pública.

Mas a partir de 1920 assistimos ao desenvolvimento progressivo da educação. Pensadores de diversas áreas geralmente acreditam que a sociedade brasileira caiu em um estado de estagnação, o que levou à diminuição da produtividade das pessoas (Carvalho, 2003, p. 14).

A opinião predominante é que, como aponta Carvalho (2003, p. 14), a educação deveria desempenhar um papel no rejuvenescimento da população brasileira, que é o núcleo do país, e torná-la saudável, disciplinada e produtiva.

Esta visão de Carvalho reflete-se também nas ideias de Piana (2009), que destacou que a expansão das escolas primárias na década de 1920 foi centro de reflexão e discussão entre educadores e políticos.

A fundação da Associação Brasileira de Educação em 1924 e o Manifesto dos Novos Pioneiros da Educação em 1932 levaram à formulação de recomendações para a educação escolar brasileira nesse período e nas décadas seguintes.

> Sobre o movimento dos pioneiros, Bedin, (2011), explica o seguinte: Os pioneiros tinham na escola Nova o modelo ideal de educação para o país, viam nos moldes americanos bons exemplos de sucessos no âmbito da educação. Além disso, defendiam a escola única, gratuita e leiga. Teciam críticas ferozes quanto aos modelos de ensino anteriores, e consideravam-se detentores das soluções educacionais que o Brasil necessitava. (Bedin, 2011, p. 37).

Esta é uma manifestação da nova abordagem escolar que aborda desafios educacionais como o analfabetismo, a educação gratuita e o desenvolvimento de novas práticas educativas.

Ribeiro (1993), enfatiza:

> Como solução para os problemas do país, apelam para o humanismo científico-tecnológico, ou seja, convivência harmoniosa do homem com a máquina, criando-se condições para que os indivíduos convivam com a tecnologia e a ciência, fazendo-os entender que tudo isto está a serviço e disponibilidade do homem. (Ribeiro, 1993, p. 6).

Deve-se ressaltar que se os esforços da Escola Nova visavam a educação das classes desfavorecidas, eram acompanhados por um pensamento católico conservador, que, ao contrário da Escola Nova, mantinha ligações diretas com a burguesia. Isso levou a um conflito entre essas duas escolas de pensamento. Neste contexto, é necessário enfatizar os elevados índices de

analfabetismo e a forma como as chamadas “elites” ligadas à religião controlam o campo educacional.

Esta situação precisa ser mudada, mas a transformação ainda tem um longo caminho a percorrer. No período do Estado Novo, antes da plena implantação do modelo educacional, o crescimento da indústria e das grandes empresas tornou-se cada vez mais evidente e surgiu a procura de mão-de-obra. Neste ponto, o ensino estagnou e voltou-se principalmente para métodos técnicos.

Após o período do Estado Novo, entramos na era do populismo, também conhecida como a era da Nova República. Neste período, foi organizado o ensino primário e secundário, além da criação de um serviço nacional de aprendizagem comercial. Somente em 1948 começaram as discussões para formular novas políticas educacionais e uma nova constituição.

Contudo, a Lei .4024, de 20 de dezembro de 1961, só foi aprovada no governo de João Goulart. Isso representa um importante avanço na educação e confere aos estados e municípios maior autonomia e eficiência na questão educacional. Mas mesmo com este sucesso, a instauração do chamado regime militar em 196 trouxe mudanças profundas no campo da educação.

É compreensível que o período militar tenha desfeito os ideais anteriormente estabelecidos, reformulado o sistema educacional, redefinido o papel dos professores e promovido a abordagem técnica, ao mesmo tempo em que impôs o autoritarismo à sociedade. Nos anos 80, o Regime Militar perdeu influência, o que abriu caminho para a democratização do cenário educacional.

Sousa et al (2016) explica:

> Após o fim da Ditadura Militar pensadores e pedagogos passaram a repensar a educação no país, era momento de estabelecer uma ‘educação para todos’, pensada para diminuir as taxas de analfabetismo, o número de evasão escolar, as repetências, o autoritarismo do docente e aumentar a participação do aluno. (Sousa et al, 2016, p. 4).

A relação entre educação e desenvolvimento tem sido amplamente discutida e reformulada ao longo do tempo. A partir de uma reavaliação dos elementos da Política Pública Nacional, a educação passou a desempenhar um papel mais significativo nos primeiros anos de implementação.

Ao final da Conferência Brasileira de Educação, foi elaborado um conjunto de sugestões que defendiam a garantia do direito à educação formal para todos e a responsabilidade do Estado em assegurar este direito a todos os cidadãos.

Echevarría (1967) ressalta que a educação deve estar estreitamente conectada com as necessidades de um futuro quadro ocupacional, de modo a atender às demandas de desenvolvimento estabelecidas.

Ele argumenta que o desenvolvimento econômico exige um sistema de posições técnicas cada vez mais especializadas, e a educação serve como o instrumento capaz de satisfazer essa demanda ao formar especialistas que contribuirão para a complexidade e especialização das atividades econômicas.

> O desenvolvimento econômico implica que se possa contar, através de sucessivas ampliações, com um sistema de posições técnicas sem as quais se torna impossível levar a cabo uma atividade econômica cada vez mais complexa e especializada - E esses quadros de especialistas - desde os de mais modesta significação até os de mais complicado grau de formação intelectual, são os que se mostram sob a forma de uma demanda que a sociedade reclama à educação, para que esta atenda em prazo determinado. A educação vem a ser o instrumento de oferta capaz de satisfazer a mencionada demanda (Echevarria, 1967, p. 21).

O desenvolvimento regional, como processo multifacetado, exige uma análise abrangente e uma ação integrada entre diversos setores da sociedade.

Esse processo visa melhorar as condições econômicas, sociais e culturais de uma determinada região, com a educação ocupando um papel central.

Historicamente, o Brasil tem avançado ao longo do tempo, refletindo as mudanças econômicas, políticas e sociais que marcaram sua trajetória, e a educação, como um dos pilares fundamentais para o progresso, foi progressivamente repensada e ampliada.

A década de 1930, por exemplo, marcou um período de grande crescimento econômico no Brasil, impulsionado pela industrialização e pelo mercado interno. Nesse contexto, a educação profissional foi considerada uma ferramenta crucial para qualificar a mão de obra especializada, dada a necessidade de adaptação às novas demandas do setor industrial.

A educação técnica se tornou indispensável para sustentar o modelo econômico baseado na substituição de importações, estabelecendo um vínculo

direto entre educação e desenvolvimento econômico. Entre 1930 e 1980, a economia brasileira experimentou um crescimento médio anual de 7,3%, com a educação profissional desempenhando um papel central na formação de trabalhadores qualificados.

Na década de 1970, a educação não formal era vista como processos educativos que se opunham ao modelo escolar tradicional. A partir dos anos 1990, com as influências dos ideais de Paulo Freire, passou-se a entender a educação não formal como ações complementares à educação formal, realizadas em espaços externos à escola (Gohn, 2006).

Discutir a ideia de que a escola não é o único espaço onde ocorre educação é fundamental para refletir sobre as reais contribuições da educação para o desenvolvimento de uma região ou nação. Assim, compreender a educação como um processo amplo, que vai além dos muros escolares, torna-se essencial para uma visão de desenvolvimento mais humana e emancipadora, que não se limita apenas aos aspectos econômicos e políticos.

No entanto, a crise econômica da década de 1980 e os desafios enfrentados nos anos seguintes, como inflação, desemprego e greves, dificultaram o avanço das políticas educacionais, e as desigualdades regionais, especialmente em áreas periféricas, persistiram.

Mesmo com tentativas de estabilização econômica, como o Plano Cruzado de 1986, a educação continuava a ser um dos maiores desafios do país, com altas taxas de analfabetismo e um sistema educacional deficiente, como evidenciado pela Conferência sobre Educação para Todos, realizada em 1990 na Tailândia.

Em geral, o termo "desenvolvimento" costuma remeter ao paradigma econômico e produtivo de um país, o que, muitas vezes, não implica um crescimento efetivo nos âmbitos social, educacional, cultural e humano. Ou seja, o desenvolvimento econômico nem sempre se traduz em melhoria da qualidade de vida da população.

Embora seja um conceito complexo, o desenvolvimento econômico é essencial para o progresso de uma região ou nação, mas ele precisa ser compreendido de maneira mais ampla e integrada.

Dentro desse discurso, a educação é frequentemente citada como a principal alavanca para o desenvolvimento. Ainda que essa ideia pareça evidente, a história

brasileira revela que a educação nem sempre teve os investimentos e a atenção necessários para promover mudanças significativas.

De fato, por muito tempo, a educação foi vista como tendo uma influência indireta sobre o desenvolvimento, e, assim, não foi priorizada nas discussões econômicas e políticas do país (IPEA, 2002). Atualmente, há uma crítica de que a educação no Brasil não contribui de maneira eficaz para o desenvolvimento, principalmente devido aos índices educacionais baixos em comparação a outros países.

Esse discurso, no entanto, muitas vezes ignora os fatores estruturais por trás das políticas públicas educacionais, que, em boa parte dos casos, seguiram modelos de desenvolvimento econômico centrados em ideais liberais.

Esses modelos priorizaram a qualificação de mão de obra e o avanço científico-tecnológico com fins produtivos, mas não necessariamente promoveram uma educação que forme cidadãos críticos e conscientes de sua realidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), ao estabelecer um marco legal para o sistema educacional brasileiro, buscou garantir que a educação no país atendesse a princípios que incluíssem não apenas a qualificação técnica, mas também o desenvolvimento integral do ser humano, respeitando as diversidades culturais, regionais e sociais.

Da mesma forma, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada mais recentemente, propõe uma educação que, além de desenvolver competências acadêmicas e técnicas, fomente habilidades socioemocionais e cidadãs.

Contudo, para que esses princípios se concretizem, é preciso que as políticas públicas sejam formuladas e implementadas de maneira a integrar o desenvolvimento econômico ao social e humano.

Essas diretrizes refletem uma tentativa de ir além da visão reducionista que associa educação e desenvolvimento exclusivamente ao mercado de trabalho. Pouco se debate, por exemplo, sobre o papel fundamental da educação informal e do fortalecimento dos vínculos comunitários para o desenvolvimento endógeno das comunidades. Considerar a educação apenas como ferramenta para capacitar mão de obra e gerar avanço econômico desvaloriza o potencial de desenvolvimento social e humano que ela pode promover.

Assim, o desenvolvimento precisa ser entendido como um processo que inclui, além de fatores produtivos e econômicos, elementos sociais, culturais, ambientais, políticos e de proteção.

Esse entendimento promove uma visão de desenvolvimento centrada no ser humano e na melhoria da qualidade de vida da população em sua totalidade. Educação e desenvolvimento, sob essa perspectiva, não podem ser pensados separadamente, e a educação, quando amparada por políticas públicas bem estruturadas e aplicadas, torna-se um fator fundamental para a reconstrução social e para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

A década de 1990, contudo, trouxe avanços significativos para o setor educacional, com a aprovação da nova Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96).

Essas legislações universalizaram o ensino e estabeleceram diretrizes para a educação básica e superior, com foco na melhoria da qualidade do ensino e na inclusão de alunos com necessidades especiais. A Lei nº 9.394/96, em particular, foi um marco ao estabelecer os alicerces para a formação de uma educação pública gratuita e de qualidade, destacando a formação de professores e a promoção da integração de alunos com necessidades especiais ao sistema de ensino regular.

No âmbito regional, a educação é mais do que uma preparação para o mercado de trabalho; ela também deve englobar um processo contínuo que abarca tanto a educação formal quanto as experiências informais adquiridas nas comunidades.

Valorizar o potencial local como impulsionador do desenvolvimento das comunidades é uma alternativa mais democrática do que políticas generalistas e distantes dos contextos comunitários; essa abordagem valoriza os conhecimentos e aprendizagens específicos de cada grupo, beneficiando-os diretamente. Como afirma Brandão (1995, p. 10), "a educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade."

Nesse sentido, é essencial entender de forma mais direta as implicações da educação, em suas variadas modalidades, no fortalecimento do desenvolvimento local. Para Saviani (2007), trabalho e educação são elementos essenciais à vida humana; é através deles que o ser humano se constrói.

Diferentemente dos animais, o homem precisa transformar e adaptar a natureza para suprir suas necessidades, ajustando-a aos seus propósitos. Esse ato de agir sobre a natureza em função das demandas humanas é o que se entende por trabalho (Saviani, 2007).

Nesse sentido, o humano “produz-se como humano” (ibid, p. 154), aprendendo a interagir com o meio ambiente para criar sua própria existência. Ao aprender a agir sobre a natureza, o homem gradualmente se educa: “os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la.

Eles aprendiam a trabalhar, trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações” (ibid, p. 154).

Desde os primórdios, o homem transforma a natureza para garantir sua sobrevivência e qualidade de vida. O desenvolvimento de habilidades e de ferramentas evoluiu por meio da ação humana e da reflexão educativa.

Surgiu, então, a necessidade de transmitir o conhecimento e as práticas desenvolvidas para as próximas gerações, dando origem à educação como um processo de passagem de saberes.

Com o avanço dos processos de produção e o surgimento da racionalização, o vínculo entre trabalho, vida e educação foi rompido, e a responsabilidade de transmitir o conhecimento acumulado ficou para as instituições escolares. Assim, o ensino passou de mestres de ofício para professores, e o ato de educar foi institucionalizado.

Segundo Saviani (2007), as escolas especializaram-se no trabalho intelectual, distanciando-se dos contextos de produção e vida cotidiana. Hoje, os debates educacionais buscam resgatar essa conexão entre escola e vida, aproximando o processo educativo do dia a dia dos alunos.

Esse resgate é essencial também para o desenvolvimento regional, pois integrar educação e trabalho local valoriza saberes específicos e capacita a população para atuar em sua própria realidade. Quando a educação é contextualizada e promove o aprendizado que se relaciona com o ambiente local, ela se torna um fator fundamental no desenvolvimento humano e socioeconômico da região, promovendo um crescimento mais sustentável e alinhado com as necessidades e potenciais do próprio território.

O conhecimento sistematizado na escola abrange habilidades de comunicação, leitura, escrita, competências matemáticas e os conhecimentos em ciências sociais e naturais. Em uma visão tradicional, esse conjunto de habilidades e conteúdos seria a principal função da educação escolar. (PCN, 1997).

Sob uma perspectiva crítico-social, o papel da escola vai muito além da mera transmissão de informações, a educação não deve ser um processo de aquisição de conteúdos desconexos da realidade dos alunos; ela deve, ao contrário, proporcionar uma compreensão mais profunda do contexto em que vivem, capacitando-os a transformá-lo. Assim, espera-se que a educação, além de difundir conhecimentos gerais, contribua para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. (Freire, 1974).

Nesse contexto, a escola assume um papel fundamental ao articular as necessidades do desenvolvimento local com os conhecimentos transmitidos, fornecendo aos alunos instrumentos para que possam intervir de forma inteligente e consciente na realidade que compartilham.

Dawbor (2006, p. 6) afirma que “O objetivo da educação não é desenvolver conceitos tradicionais de ‘educação cívica’ com moralismos que cheiram a mofo, mas permitir aos jovens que tenham acesso aos dados básicos do contexto que regerá suas vidas.”

É fundamental que a escola relacione seus conteúdos curriculares com informações locais, abordando temas e dados relevantes da região de forma significativa e alinhada à realidade dos alunos. Um estudo aprofundado de questões locais, integrado aos conteúdos escolares, amplia os horizontes dos alunos e permite uma formação crítica em relação aos problemas de sua comunidade.

Uma estratégia interessante é a utilização de materiais didáticos específicos sobre o município ou a região, como cartilhas, folders e dados divulgados por secretarias municipais e disponíveis na internet. Esses recursos podem enriquecer o ensino e permitir que os desafios locais sejam discutidos no ambiente escolar, formando uma geração que compreende e valoriza o contexto onde vive.

A responsabilidade da escola nesse processo é vital. A educação deve promover o desenvolvimento de cidadãos informados, que compreendam o meio em que estão inseridos e estejam prontos para atuar nele de forma qualificada, atendendo às demandas profissionais locais e contribuindo para o desenvolvimento da comunidade.

A democratização do acesso ao conhecimento é um dos objetivos centrais da educação formal, e a qualidade dessa formação se reflete em ações que impactam positivamente a qualidade de vida local. Assim, a educação escolar realiza plenamente seu papel social e contribui para o desenvolvimento regional.

As transformações na qualidade de vida de uma região dependem, em grande parte, das iniciativas locais. Dawbor (2006) destaca que nem tudo é globalizável, e o foco não deve ser evitar as influências da globalização, mas valorizar os recursos singulares de cada espaço para melhorar a vida de seus moradores.

Valores como cordialidade, confiança e boa vizinhança não se globalizam. Dawbor ainda observa que, quanto mais se fala em globalização, mais surgem iniciativas para resgatar valores locais, o que ele denomina "paradoxo global". Nesse cenário, as pessoas em uma localidade identificam-se com causas coletivas e buscam juntas o bem-estar comum, criando um espaço de convivência em que todos se educam mutuamente.

Essa educação, especialmente a informal, envolve a transmissão de valores, princípios e conhecimentos tradicionais, vividos e transmitidos de maneira educativa. Esse processo não se limita às escolas; ele envolve todas as instituições da comunidade, tornando a educação uma responsabilidade compartilhada.

O capital social, nesse contexto, revela-se como um recurso relacional que une indivíduos e grupos, englobando tanto recursos naturais quanto simbólicos — como informação, influência, prestígio, confiança, reconhecimento e pertencimento. No entanto, nem todas as relações sociais se traduzem automaticamente em capital social.

Granovetter (1973 apud Silva e Oliveira, 2009, p. 61) identifica dois tipos de laços estruturantes no capital social: laços fortes, marcados por contatos emocionais e vínculos próximos (como familiares e vizinhança), e laços fracos, que conectam pessoas de diferentes contextos com menor intensidade relacional, funcionando como pontes entre diferentes espaços e sendo fundamentais para o desenvolvimento local e a construção de redes sociais robustas.

Putnam (1996) também explora o conceito de capital social e destaca a confiança como um elemento essencial para o fortalecimento e crescimento desse capital, tornando-se a base para o desenvolvimento local endógeno.

Em suas reflexões, Putnam destaca que a confiança é crucial para promover a cooperação, a qual se aprende no convívio e na construção de relações — processo permeado pela educação informal. Além disso, muitas formas de capital social, como normas e relações sociais, são também recursos morais, partilhados entre todos por meio da educação informal (Hirschman apud Putnam, 1996, p. 179).

Putnam aponta que comunidades cívicas, caracterizadas por cooperação, reciprocidade, civismo e bem-estar coletivo, tendem a evoluir, e essas características se reforçam mutuamente através da educação informal.

A educação informal, conforme Libâneo (2002), integra o cotidiano da vida em comunidade, abrangendo saberes ligados a palavras, códigos sociais, regras de trabalho, arte e religião.

Brandão (1991) observa que a educação contribui para a produção de crenças, ideias, qualificações e especialidades que envolvem trocas de símbolos, bens e poderes que, em conjunto, constroem diferentes tipos de sociedades.

Essa capacidade de promover a compreensão coletiva do que é comum — como conhecimento, valores, trabalho e vida — é uma das forças da educação informal, que contribui para o desenvolvimento local ao despertar e fortalecer os laços de pertencimento e os valores de convivência coletiva.

Libâneo (2002) defende que a educação escolar deve ser integrada com as experiências cotidianas da comunidade, como as interações sociais e culturais que acontecem nos espaços familiares e no trabalho.

Essa abordagem mais holística é especialmente relevante para regiões como o Litoral Norte de São Paulo, onde as comunidades tradicionais, como as caiçaras, possuem uma rica herança cultural que precisa ser valorizada dentro do processo educacional.

O Brasil, nos últimos anos, tem se empenhado na implementação de políticas públicas para integrar a educação ao desenvolvimento regional. A educação superior, particularmente, foi destacada como um motor para a inovação e o desenvolvimento.

A Lei de Inovação Tecnológica (Lei nº 10.973/2004) foi sancionada em 2 de dezembro de 2004, durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva, com o objetivo de criar um marco legal para aproximar universidades, institutos de pesquisa e empresas. A intenção era estimular a pesquisa científica e o desenvolvimento

tecnológico, promovendo a transferência de conhecimento e a inovação como motores para o desenvolvimento econômico e social.

Ao incentivar parcerias com empresas e instituições tecnológicas, a lei buscou fortalecer a capacidade inovadora regional, aproveitando o potencial das universidades para responder a demandas locais e contribuir para a competitividade do país em escala globa

Nesse cenário, a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o novo FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), estabeleceu condicionalidades conhecidas como “Lei do VAAR” (Valor Aluno Ano Regular). (MEC, 2021).

Recém-implementado, o novo FUNDEB desempenha papel crucial no fortalecimento da educação no Brasil, especialmente em regiões periféricas. Essa legislação busca promover a melhoria da qualidade do ensino básico ao vincular parte dos recursos financeiros repassados às redes de ensino ao desempenho acadêmico dos estudantes, incentivando avanços nos indicadores educacionais e a redução das desigualdades. (MEC, 2021).

Essa medida tem o potencial de não só melhorar a qualidade do ensino, mas também de reduzir as desigualdades educacionais, ao permitir que escolas em áreas de maior vulnerabilidade recebam maior aporte financeiro conforme o desempenho dos alunos. No Litoral Norte de São Paulo, por exemplo, essa medida pode ser uma ferramenta importante para atrair mais recursos e melhorar as condições das escolas nas regiões mais carentes.

Relacionando com a ODS 4 (Educação de Qualidade), a educação aparece como um direito fundamental e um meio para alcançar o desenvolvimento sustentável. A ODS 4 visa garantir que todos os jovens e adultos tenham acesso a uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa, além de promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Nesse contexto, o cumprimento da ODS 4 exige não apenas o fortalecimento das instituições educacionais, mas também a implementação de políticas públicas que integrem o desenvolvimento local e a educação, promovendo a igualdade e a inclusão social.

A necessidade de novas áreas de investimento e políticas públicas para a educação é crescente, especialmente considerando o aumento populacional nas

regiões litorâneas e as grandes obras de infraestrutura que vêm sendo planejadas, como o novo porto em Caraguatatuba e as melhorias nas estradas da região.

O aumento da população demanda maior investimento em infraestrutura educacional, como a construção de novas escolas, a qualificação de professores e a expansão do acesso à educação superior.

Além disso, as grandes obras, como a expansão do turismo sustentável no Litoral Norte, precisam ser acompanhadas por políticas públicas que integrem a educação ao desenvolvimento, especialmente na capacitação da mão de obra local, para que as comunidades possam se beneficiar diretamente dessas transformações.

Por fim, o desenvolvimento regional, requer uma abordagem estratégica que una educação de qualidade, políticas públicas integradas e investimentos em infraestrutura para garantir que as populações locais, muitas vezes marginalizadas, possam ter acesso a oportunidades de crescimento econômico e social.

1.5.1 ETAPAS E MODALIDADES DA EDUCAÇÃO NO BRASIL APÓS A LDB Nº 9.394/1996

Ao comparar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961 com a de 1996, percebe-se que, ao longo de 35 anos, ocorreram mudanças significativas na organização e nas finalidades da educação brasileira.

A LDB nº 4.024/1961 representou, em seu tempo, um marco inicial na unificação das normas educacionais do país, ainda em um contexto de democracia limitada, anterior ao regime militar. Já a LDB nº 9.394/1996 foi promulgada em um cenário de redemocratização e buscou responder a demandas mais complexas, adequando-se às transformações sociais, econômicas e tecnológicas do final do século XX.

Entre as mudanças mais relevantes desse período, destacam-se a reforma da educação profissional, que flexibilizou a integração entre o ensino propedêutico e o profissionalizante; a definição de percentuais mínimos de investimento vinculados à receita para garantir o financiamento educacional; a adoção de processos avaliativos contínuos e progressivos, substituindo a ênfase em exames finais por uma perspectiva formativa; o fortalecimento da formação docente, com a exigência de nível superior para professores da Educação Básica; a reorganização dos níveis escolares em Educação Básica e Educação Superior; e a ampliação das

modalidades de ensino para contemplar diferentes públicos, considerando suas especificidades culturais e sociais.

A LDB de 1996 define que a educação brasileira é estruturada em dois níveis — Educação Básica e Educação Superior — e em sete modalidades de ensino, destinadas a atender públicos que não se enquadram no modelo padrão. A Educação Básica tem como finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e oferecer-lhe condições para progredir no trabalho e nos estudos. Está organizada em Educação Infantil, que compreende a creche, destinada a crianças de até três anos, e a pré-escola, para crianças de quatro e cinco anos; Ensino Fundamental, dividido em anos iniciais, do 1º ao 5º, e anos finais, do 6º ao 9º; e Ensino Médio.

A Educação Superior, por sua vez, visa estimular a criação cultural, desenvolver o espírito científico e o pensamento crítico, e contribuir para o avanço social e científico do país, abrangendo cursos sequenciais, graduação, pós-graduação e extensão.

As modalidades previstas na legislação são: Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica (EPT), Educação Básica do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola e Educação a Distância (EaD). A formulação e implementação dessas políticas não ocorrem de forma neutra, sendo influenciadas por disputas ideológicas, interesses econômicos e diferentes projetos de sociedade, conforme apontam Peroni (2013; 2018; 2020). Dependendo da correlação de forças políticas e econômicas de cada período histórico, essas disputas podem ampliar ou restringir direitos educacionais.

No modelo federativo brasileiro, a responsabilidade pela oferta educacional é distribuída entre União, estados e municípios. A Educação Infantil e o Ensino Fundamental são prioritariamente de competência municipal; o Ensino Médio e a Educação Profissional de nível técnico, de responsabilidade estadual; e a Educação Superior, majoritariamente sob a gestão da União, por meio de universidades e institutos federais.

No entanto, há flexibilidade: municípios podem oferecer Ensino Médio ou cursos técnicos; estados podem criar instituições de Ensino Superior; e, em alguns casos, diferentes entes federados firmam parcerias para ampliar a oferta de vagas.

Esse arranjo federativo, contudo, está permeado por influências do setor privado. Como evidenciam Peroni (2018; 2020) e Peroni, Caetano e Lima (2017), as fronteiras entre as esferas pública e privada têm se tornado mais tênues, com empresas e fundações participando ativamente da gestão e do conteúdo pedagógico de instituições públicas, por meio de parcerias público-privadas, compra de pacotes educacionais, programas de formação e sistemas de monitoramento.

Essas iniciativas frequentemente incorporam lógicas mercantis, gerenciais e meritocráticas ao interior das escolas, nem sempre condizentes com as necessidades locais. Além disso, tal influência privada é legitimada pelo próprio poder público, que compartilha dessa visão e contrata organizações para implementar programas educacionais.

Assim, o comparativo entre as duas LDBs revela uma ampliação significativa do escopo e da complexidade da educação brasileira. A transição de um modelo centralizado e segmentado, característico da lei de 1961,para uma estrutura mais diversificada e articulada, como a de 1996, reflete não apenas avanços pedagógicos e organizacionais, mas também disputas políticas e econômicas.

A efetividade dessas diretrizes, entretanto, depende de financiamento adequado, de uma gestão comprometida com o direito à educação e da proteção contra influências estritamente mercadológicas, de modo a garantir que a escola pública permaneça como espaço democrático e formador de cidadãos críticos e conscientes.

2. METODOLOGIA

A metodologia adotada para a pesquisa foi de abordagem qualitativa, com ênfase em pesquisa documental e bibliográfica, aliada ao método descritivo-exploratório. O estudo buscou compreender como as instituições públicas de ensino técnico e superior contribuíram para a formação de capital humano no Litoral Norte de São Paulo, analisando seu papel na estruturação e implementação das políticas públicas de educação e seus efeitos na qualificação profissional e no desenvolvimento socioeconômico da região.

De acordo com Minayo (2001), a pesquisa qualitativa permite uma compreensão aprofundada dos fenômenos, focando em seus significados e contextos ao invés de se limitar à quantificação dos dados. Nesse sentido, a investigação concentrou-se na interpretação e análise do impacto das políticas públicas educacionais no fortalecimento do capital humano e na promoção do desenvolvimento regional, considerando o papel das instituições públicas de ensino técnico e superior com polos físicos no Litoral Norte paulista, especialmente as vinculadas ao Instituto Federal de São Paulo (IFSP), ao Centro Paula Souza (CEETEPS) e ao IETEC de Ilhabela.

A pesquisa documental abrangeu fontes secundárias, como legislações, planos de governo, relatórios institucionais e documentos oficiais que trataram das políticas públicas voltadas para a educação e o desenvolvimento regional. O levantamento bibliográfico, por sua vez, incluiu artigos científicos, dissertações, teses e livros que discutiram a relação entre políticas educacionais, qualificação profissional e crescimento econômico e social, com destaque para estudos sobre o papel dos IFSPs e CEETEPS no desenvolvimento regional. Durante esse processo, constatou-se a ausência de estudos específicos sobre a região do Litoral Norte paulista nas bases de dados acadêmicas, o que reforçou a necessidade da investigação.

A abordagem descritivo-exploratória da pesquisa buscou detalhar como as políticas públicas de educação técnica e superior foram formuladas e implementadas na região e explicar seus efeitos na formação de capital humano e na inserção qualificada no mercado de trabalho. A partir da análise documental e bibliográfica, foi possível identificar os principais desafios enfrentados pelas instituições educacionais

e examinar de que forma a estrutura educacional existente contribuiu para preparar a força de trabalho e impulsionar o desenvolvimento local e regional.

Baptista e Campos (2018) destacaram que a pesquisa descritiva tem como objetivo principal descrever um grupo específico, identificando suas condições e queixas, sem buscar estabelecer relações de causa e efeito ou explorar nexos causais, mas sim compreender a realidade do universo estudado. Por outro lado, Sampieri, Collado e Lúcio (2013) ressaltaram que os estudos exploratórios são conduzidos quando o objetivo é investigar um problema ou tema pouco explorado, onde ainda não há ideias ou hipóteses bem definidas.

A coleta e análise de dados foram conduzidas de forma a garantir uma perspectiva crítica sobre a implementação das políticas educacionais, considerando tanto seus impactos positivos quanto as dificuldades enfrentadas em sua execução. Com isso, a pesquisa buscou fornecer subsídios para a formulação e aprimoramento de políticas públicas voltadas à educação profissional, fortalecendo as redes de ensino técnico e superior como vetores de desenvolvimento socioeconômico e de redução das desigualdades regionais.

Segundo Marconi e Lakatos (2017), a pesquisa descritiva buscou descrever as características de organizações e populações, enquanto a pesquisa exploratória atuou como complemento, permitindo que o pesquisador se familiarizasse mais com o problema de estudo e auxiliasse na definição dos objetivos da investigação.

Os resultados da pesquisa foram organizados em relatórios parciais e finais, com apresentação em eventos científicos e publicação em periódicos acadêmicos, de modo a contribuir para o debate sobre a importância da formação de capital humano como elemento estratégico para o desenvolvimento regional.

Espera-se que os achados possam orientar gestores e formuladores de políticas públicas na criação de estratégias mais eficazes para fortalecer as redes de ensino técnico e superior no Litoral Norte de São Paulo, consolidando seu papel como vetor de crescimento econômico e inclusão social.

2.1 POPULAÇÃO

A população da pesquisa foi composta por documentos e artigos acadêmicos relacionados às políticas públicas de educação nos níveis técnico e superior, implementadas no Litoral Norte de São Paulo. O objetivo foi compreender como essas políticas contribuíram para a formação de capital humano e como influenciaram o desenvolvimento regional, especialmente no que se referiu à qualificação profissional e à inserção dos jovens no mercado de trabalho local.

A escolha dessa população se justificou pela necessidade de compreender as diferentes abordagens e desafios enfrentados pelas instituições educacionais em cada esfera governamental — municipal, estadual e federal —, considerando as especificidades, recursos disponíveis e estratégias adotadas em cada nível. Dessa forma, a inclusão das três esferas de governo permitiu captar uma gama mais ampla de perspectivas sobre a implementação das políticas públicas e seus efeitos no desenvolvimento educacional e socioeconômico da região.

A pesquisa foi conduzida por meio de análise documental e bibliográfica, utilizando fontes secundárias para examinar o impacto das políticas públicas sobre a educação técnica e superior. Foram revisadas legislações, planos de governo, relatórios oficiais e outros documentos institucionais que trataram de políticas voltadas para a educação e o desenvolvimento regional no Litoral Norte de São Paulo. Além disso, foram analisados artigos científicos, dissertações, teses e livros que abordaram a relação entre políticas públicas educacionais, qualificação da força de trabalho e desenvolvimento econômico e social.

As instituições analisadas foram aquelas que atuaram no Litoral Norte de São Paulo, abrangendo as esferas municipal, estadual e federal, de modo a refletir a diversidade de políticas educacionais e os diferentes desafios presentes em cada nível de governo. Para a filtragem e seleção dos documentos e artigos, foram utilizadas plataformas acadêmicas de relevância internacional, como Scopus, Google Scholar, SciELO, CAPES Periódicos e JSTOR, que possibilitaram uma busca abrangente e eficiente, com acesso a publicações de alta qualidade sobre o tema.

Adicionalmente, foi dada atenção aos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) das instituições educacionais que atuaram na região, por fornecerem uma visão detalhada sobre objetivos estratégicos e políticas internas

relacionadas ao papel dessas instituições no desenvolvimento regional. No entanto, verificou-se que, entre as instituições investigadas, apenas o IFSP disponibilizou publicamente seu PDI. Das demais, foram encontrados alguns documentos legais que mencionaram estratégias públicas e artigos que abordaram aspectos pontuais de sua atuação, mas não um PDI completo.

A análise dos documentos e artigos selecionados teve como objetivo avaliar as políticas públicas implementadas nos três níveis de governo para a educação técnica e superior, identificando de que forma essas políticas estiveram alinhadas com a formação de capital humano e o fortalecimento do desenvolvimento regional. Foram examinadas as principais teorias e modelos que explicam o desenvolvimento regional e a relação das políticas educacionais com esse processo.

Com isso, foi possível avaliar como a educação técnica e superior contribuiu para o crescimento econômico e social do Litoral Norte, destacando diferenças nas estratégias adotadas por cada esfera de governo, os desafios enfrentados e as oportunidades de aprimoramento. O estudo também buscou compreender como essas políticas influenciaram o mercado de trabalho local, considerando o aumento da qualificação da mão de obra e a inserção dos jovens em atividades produtivas.

A pesquisa foi fundamental para fornecer uma análise crítica das políticas públicas educacionais em seus diferentes níveis de implementação, oferecendo informações e sugestões que puderam apoiar gestores públicos na formulação e aprimoramento de políticas voltadas ao fortalecimento das redes de ensino técnico e superior como vetores de desenvolvimento socioeconômico e inclusão social.

Por fim, os resultados foram organizados em relatórios parciais e finais, com apresentação em eventos científicos e publicação em periódicos acadêmicos, a fim de compartilhar os achados com a comunidade acadêmica e com os formuladores de políticas públicas, contribuindo para o debate sobre a importância estratégica da formação de capital humano no desenvolvimento do Litoral Norte de São Paulo.

2.2 PLANO PARA COLETA DE DADOS

A população da pesquisa foi composta por documentos e artigos acadêmicos relacionados às políticas públicas de educação nos níveis técnico e superior, implementadas no Litoral Norte de São Paulo. O objetivo foi compreender como as políticas educacionais contribuíram para o desenvolvimento regional do Litoral Norte

de São Paulo, analisando de que forma promoveram a formação de capital humano por meio da qualificação profissional e da ampliação das oportunidades de inserção dos jovens no mercado de trabalho local.

A escolha dessa população se justificou pela necessidade de compreender as diferentes abordagens e desafios enfrentados pelas instituições educacionais em cada esfera governamental — municipal, estadual e federal —, considerando as especificidades, recursos disponíveis e estratégias adotadas em cada nível. Dessa forma, a inclusão das três esferas de governo permitiu captar uma gama mais ampla de perspectivas sobre a implementação das políticas públicas e seus efeitos no desenvolvimento educacional e socioeconômico da região.

A pesquisa foi conduzida por meio de análise documental e bibliográfica, utilizando fontes secundárias para examinar o impacto das políticas públicas sobre a educação técnica e superior. Foram revisadas legislações, planos de governo, relatórios oficiais e outros documentos institucionais que trataram de políticas voltadas para a educação e o desenvolvimento regional no Litoral Norte de São Paulo. Além disso, foram analisados artigos científicos, dissertações, teses e livros que abordaram a relação entre políticas públicas educacionais, qualificação da força de trabalho e desenvolvimento econômico e social.

As instituições analisadas foram aquelas que atuaram no Litoral Norte de São Paulo, abrangendo as esferas municipal, estadual e federal, de modo a refletir a diversidade de políticas educacionais e os diferentes desafios presentes em cada nível de governo. Para a filtragem e seleção dos documentos e artigos, foram utilizadas plataformas acadêmicas de relevância internacional, como Scopus, Google Scholar, SciELO, CAPES Periódicos e JSTOR, que possibilitaram uma busca abrangente e eficiente, com acesso a publicações de alta qualidade sobre o tema.

Adicionalmente, foi dada atenção aos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) das instituições educacionais que atuaram na região, por fornecerem uma visão detalhada sobre objetivos estratégicos e políticas internas relacionadas ao papel dessas instituições no desenvolvimento regional. No entanto, verificou-se que, entre as instituições investigadas, apenas o IFSP disponibilizou publicamente seu PDI. Das demais, foram encontrados alguns documentos legais

que mencionaram estratégias públicas e artigos que abordaram aspectos pontuais de sua atuação, mas não um PDI completo.

A análise dos documentos e artigos selecionados teve como objetivo avaliar as políticas públicas implementadas nos três níveis de governo para a educação técnica e superior, identificando de que forma essas políticas estiveram alinhadas com a formação de capital humano e o fortalecimento do desenvolvimento regional. Foram examinadas as principais teorias e modelos que explicam o desenvolvimento regional e a relação das políticas educacionais com esse processo.

Com isso, foi possível avaliar como a educação técnica e superior contribuiu para o crescimento econômico e social do Litoral Norte, destacando diferenças nas estratégias adotadas por cada esfera de governo, os desafios enfrentados e as oportunidades de aprimoramento. O estudo também buscou compreender como essas políticas influenciaram o mercado de trabalho local, considerando o aumento da qualificação da mão de obra e a inserção dos jovens em atividades produtivas.

A pesquisa foi fundamental para fornecer uma análise crítica das políticas públicas educacionais em seus diferentes níveis de implementação, oferecendo informações e sugestões que puderam apoiar gestores públicos na formulação e aprimoramento de políticas voltadas ao fortalecimento das redes de ensino técnico e superior como vetores de desenvolvimento socioeconômico e inclusão social.

Por fim, os resultados foram organizados em relatórios parciais e finais, com apresentação em eventos científicos e publicação em periódicos acadêmicos, a fim de compartilhar os achados com a comunidade acadêmica e com os formuladores de políticas públicas, contribuindo para o debate sobre a importância estratégica da formação de capital humano no desenvolvimento do Litoral Norte de São Paulo.

2.3 PLANO PARA ANÁLISE DE DADOS

O plano de análise de dados da pesquisa foi conduzido de forma qualitativa, com foco na interpretação dos documentos e fontes bibliográficas coletados, a fim de compreender como as políticas públicas de educação técnica e superior impactaram o desenvolvimento regional no Litoral Norte de São Paulo.

A análise buscou não apenas descrever as práticas educacionais, mas também entender suas implicações no contexto socioeconômico local, considerando as distintas esferas de governo: municipal, estadual e federal.

Primeiramente, a análise foi realizada a partir da leitura crítica e comparativa dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) das instituições selecionadas — IFSP, as ETECs, a FATEC e o IETEC. Esses documentos continham informações detalhadas sobre os objetivos educacionais e os programas oferecidos, além de indicarem como cada instituição esteve alinhada com as políticas públicas federais, estaduais e municipais.

A análise dos PDIs permitiu compreender como as instituições de ensino interpretaram e implementaram as diretrizes estabelecidas pelas políticas públicas e como essas ações contribuíram para o desenvolvimento regional.

Além disso, a análise dos relatórios de avaliação institucional e de outros documentos oficiais foi essencial para identificar os resultados obtidos pelas instituições em termos de desempenho acadêmico e inserção no mercado de trabalho. Esses relatórios frequentemente apresentaram indicadores de sucesso, como taxas de conclusão de cursos, empregabilidade dos graduados e parcerias com empresas locais.

Ao comparar esses indicadores com as metas estabelecidas nas políticas públicas, foi possível avaliar a eficácia dessas políticas no alcance de seus objetivos de desenvolvimento regional.

A análise bibliográfica, por sua vez, permitiu a interpretação teórica das políticas públicas de educação e sua relação com o desenvolvimento regional. Estudos acadêmicos, artigos e dissertações analisados na fase de levantamento bibliográfico forneceram uma base teórica robusta, que foi utilizada para interpretar os dados coletados.

As teorias sobre desenvolvimento regional, industrialização e políticas educacionais foram aplicadas para analisar as políticas educacionais no Litoral Norte de São Paulo e compreender de que forma elas contribuíram para a formação de um capital humano qualificado, capaz de impulsionar a modernização da região.

No caso das fontes secundárias, como dados de censos educacionais e relatórios de desenvolvimento regional, a análise foi voltada para a identificação de padrões e tendências. Esses dados foram utilizados para compreender o impacto das políticas educacionais na melhoria das condições sociais e econômicas da região. A partir dessa análise, foi possível comparar os resultados alcançados com

as previsões e metas descritas nas políticas públicas, além de identificar áreas de sucesso e de melhoria.

A análise foi conduzida de maneira integrada, permitindo a correlação entre os dados quantitativos e qualitativos. Por exemplo, ao analisar a taxa de empregabilidade dos graduados das instituições de ensino técnico e superior, foi possível relacionar esses dados com as políticas públicas que buscaram promover a inserção dos jovens no mercado de trabalho regional. Essa abordagem permitiu identificar se as políticas públicas cumpriram seu papel de forma eficaz e quais ajustes poderiam ser feitos para melhorar seus resultados.

Adicionalmente, a análise foi acompanhada de um processo de triangulação, no qual diferentes fontes de dados foram comparadas e contrastadas para garantir a validade e a confiabilidade dos resultados. A triangulação entre os dados documentais, bibliográficos e de fontes secundárias permitiu uma análise mais profunda e abrangente, capaz de oferecer uma visão holística sobre as políticas públicas educacionais no Litoral Norte de São Paulo.

Ao final do processo de análise, os resultados foram sistematizados e organizados de forma clara e objetiva. A pesquisa buscou apresentar as principais conclusões sobre o impacto das políticas públicas de educação no desenvolvimento regional, destacando tanto os pontos positivos quanto os desafios enfrentados na implementação dessas políticas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta etapa, serão apresentados os resultados referentes ao Litoral Norte de São Paulo, abrangendo os municípios de Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba. Os dados analisados enfocam aspectos cruciais como saneamento básico, educação, crescimento econômico, emprego e renda, bem como obras de infraestrutura na região.

Além disso, será examinada a relação entre os processos de desenvolvimento e as políticas públicas de educação técnica e superior na região, considerando suas contribuições para a formação de capital humano local.

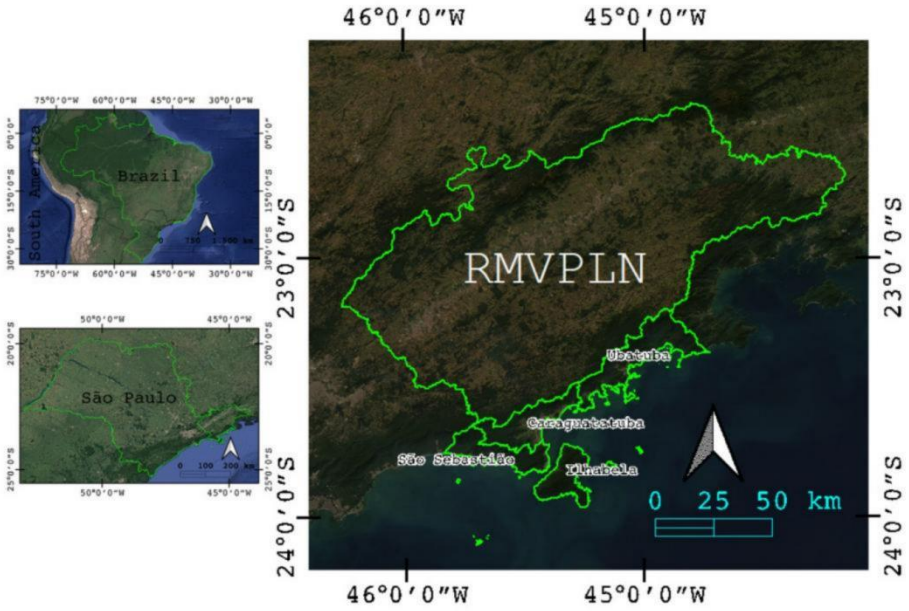
A análise de saneamento básico destaca que, apesar de avanços em algumas localidades, ainda existem desafios significativos, especialmente em áreas mais periféricas, onde a cobertura de esgoto tratado e o abastecimento de água potável permanecem abaixo do ideal.

Este cenário compromete a qualidade de vida das populações mais vulneráveis e a preservação ambiental, particularmente em áreas de grande sensibilidade ecológica. Em relação à educação, o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) revela desigualdades entre escolas de regiões centrais e periféricas. Caraguatatuba, por exemplo, apresenta o melhor desempenho da região, mas enfrenta disparidades internas que exigem políticas públicas voltadas à equidade educacional.

Além disso, a alta taxa de crescimento populacional impõe desafios à infraestrutura escolar. No campo do crescimento econômico, os royalties provenientes da exploração de petróleo têm sido uma fonte de receita relevante para os municípios, especialmente Caraguatatuba e São Sebastião. Contudo, Ubatuba recebe menos royalties, o que a torna mais dependente do turismo como motor econômico.

Esse setor, em todas as cidades, tem papel preponderante, mas exige ações estruturadas para garantir a sustentabilidade e a diversificação das atividades econômicas. Sobre emprego e renda, os municípios apresentam dependência de atividades sazonais, como turismo e pesca. Embora investimentos em infraestrutura tenham gerado oportunidades de emprego, muitos postos são temporários, refletindo uma economia vulnerável à sazonalidade e às flutuações externas.

Fígura 1: Mapa do estado de São Paulo, destacando os municípios do Litoral Norte.



Fonte: IBGE, 2023.

Por fim, as obras de infraestrutura merecem destaque, com investimentos significativos em rodovias, saneamento e ampliação de equipamentos públicos. Projetos como a duplicação de trechos da Rodovia dos Tamoios e a construção de novas unidades escolares e hospitalares são iniciativas importantes, mas que ainda precisam ser acompanhadas de políticas que garantam sua plena funcionalidade e acesso equitativo à população.

A modernização no Litoral Norte de São Paulo tem impulsionado a expansão de cursos técnicos e superiores, com a presença de instituições como ETEC, Fatec, o Centro de Biologia Marinha da USP (CEBIMAR-USP), universidades privadas e programas de Educação a Distância (EaD), ampliando o acesso à qualificação profissional. No entanto, observa-se que essas instituições estão predominantemente concentradas nos centros urbanos, o que dificulta o acesso para populações periféricas e comunidades tradicionais, revelando uma distribuição territorial desigual que compromete a equidade educacional na região.

De acordo com Peroni (2013, 2018, 2020), as políticas educacionais não ocorrem de forma neutra, sendo fortemente influenciadas por interesses políticos e econômicos, o que se materializa, muitas vezes, na adoção de programas e pacotes

pedagógicos de origem privada, ainda que aplicados em instituições públicas. Essa presença do setor privado nas políticas públicas de educação introduz lógicas mercantis e gerenciais que moldam prioridades e estratégias, influenciando diretamente a organização da oferta de cursos técnicos e superiores, inclusive em regiões em processo de desenvolvimento, como o Litoral Norte.

A relação entre educação e desenvolvimento regional é evidenciada no estudo de Souza, Gonçalves e Bissoli (2020), que analisam a microrregião de Guaratinguetá, no Vale do Paraíba – SP, destacando que a educação, quando articulada com políticas públicas voltadas para a valorização das especificidades locais e a descentralização do atendimento, atua como um importante vetor de desenvolvimento econômico e social.

Essa perspectiva reforça a necessidade de que, no Litoral Norte, as políticas de desenvolvimento regional alinhem investimentos em infraestrutura educacional com a ampliação da presença de ETECs, Fatecs e polos de EaD nas áreas periféricas, de forma a promover inclusão e reduzir desigualdades territoriais.

Além disso, conforme argumentam Peroni, Caetano e Lima (2017), a articulação entre poder público, instituições de ensino e sociedade civil é fundamental para que a educação cumpra seu papel de motor do desenvolvimento humano e territorial. Essa articulação, no entanto, deve ser acompanhada de mecanismos de controle social e de monitoramento crítico das parcerias público-privadas, a fim de evitar a mercantilização da educação e garantir que as ações estejam voltadas para os interesses coletivos e para a promoção da justiça social.

Nesse sentido, no contexto do Litoral Norte de São Paulo, é essencial que as políticas educacionais e de desenvolvimento regional considerem não apenas a expansão da oferta, mas também a distribuição equitativa das oportunidades de formação, contemplando as especificidades culturais e socioeconômicas das comunidades locais e garantindo que a educação se constitua como instrumento efetivo de transformação social.

A política pública de incentivo ao ensino técnico e superior precisa estar alinhada com as vocações econômicas regionais. A oferta de cursos em áreas como gestão ambiental, turismo sustentável, biotecnologia e engenharia costeira pode fortalecer o desenvolvimento regional de forma equilibrada.

O SIMCITE (Sistema Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação) tem um papel fundamental na integração entre educação, pesquisa e inovação, promovendo soluções sustentáveis e incentivando a permanência de profissionais qualificados na região. Outro ponto relevante é a necessidade de parcerias entre o setor público e privado para fomentar estágios e programas de aprendizagem que garantam experiência prática aos estudantes e criem oportunidades de emprego qualificado.

A modernização econômica deve ser acompanhada de políticas públicas que assegurem o acesso equitativo à educação e à formação profissional, contribuindo para um desenvolvimento sustentável e inclusivo no Litoral Norte de São Paulo. A seguir, cada um desses aspectos será detalhado, considerando dados quantitativos e qualitativos, bem como suas implicações para o desenvolvimento sustentável da região.

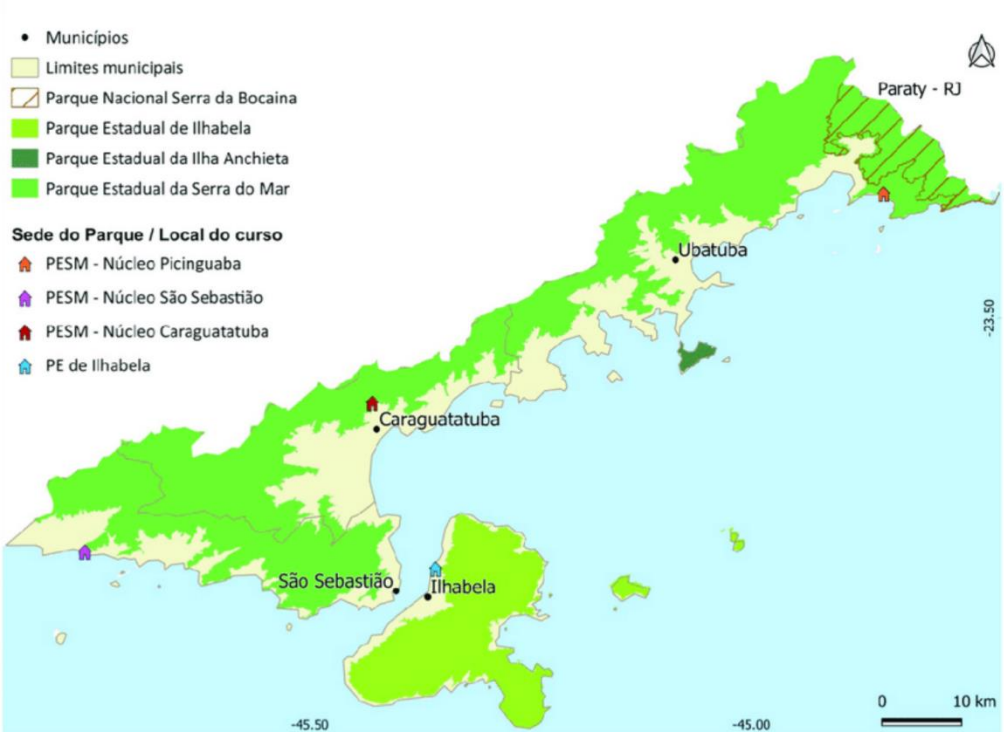
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO LITORAL NORTE

O Litoral Norte de São Paulo, formado pelas cidades de Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba, vivencia um processo de urbanização e ocupação territorial que tem sido intensificado nas últimas décadas. Esse processo é fortemente impulsionado pelo aumento populacional e pela crescente demanda por serviços e infraestrutura, decorrente principalmente do turismo de massa, mas também da migração de moradores de outras regiões em busca de qualidade de vida, melhores condições de moradia e acesso a recursos naturais.

Essa demanda diversificada gerou um grande aumento na população da região, com estimativas que apontam cerca de 360 mil habitantes segundo o IBGE (2022), e também um crescimento acelerado da construção de grandes obras, como empreendimentos imobiliários, infraestrutura turística e comercial, além de projetos de transporte e saneamento.

Esse aumento populacional, que ocorre tanto de forma permanente quanto sazonal, acarreta uma pressão significativa sobre o território, seus recursos naturais e sua capacidade de absorver novas demandas.

Figura 2: Mapa do litoral norte de São Paulo.



Fonte: GARCIA, 2019.

As cidades do Litoral Norte, que antes eram essencialmente destinos turísticos voltados para o veraneio e o lazer, vêm se transformando em espaços urbanos que buscam conciliar a oferta de infraestrutura e serviços para um número crescente de moradores e turistas, sem uma correspondente reflexão sobre os impactos ambientais e sociais dessa expansão.

O boom imobiliário, alimentado pela busca por segundas residências e pela instalação de novos empreendimentos voltados ao turismo, reflete-se diretamente na ocupação desordenada do solo. Projetos de condomínios, pousadas e hotéis crescem sem planejamento adequado, com poucos mecanismos de controle sobre a preservação ambiental e a gestão de recursos hídricos e energéticos.

Além disso, grandes obras públicas e privadas, como a construção de rodovias, novos acessos, aeroportos e centros comerciais, trazem consigo a necessidade de alargar fronteiras urbanas, muitas vezes invadindo áreas de proteção ambiental, como o Parque Estadual da Serra do Mar e a Área de Proteção Ambiental Marinha Litoral Norte.

Esses projetos, apesar de gerar benefícios econômicos imediatos, colocam em risco a integridade dos ecossistemas e dificultam a implementação de políticas públicas que conciliem o crescimento com a preservação ambiental.

O aumento populacional também traz à tona questões relacionadas à infraestrutura urbana e aos serviços públicos. Com o crescimento demográfico, a região enfrenta a dificuldade de oferecer serviços essenciais, como saúde, educação, transporte e saneamento básico, com a mesma qualidade e eficácia que nas grandes cidades do interior ou da capital.

Isso cria uma desigualdade crescente entre as áreas urbanas, muitas vezes voltadas ao turismo e ao setor comercial, e as zonas periféricas, que continuam a sofrer com a falta de investimentos e com a marginalização de suas populações.

Os processos de gentrificação e assentamentos informais se expandem de forma acelerada, com pouquíssimos recursos e uma fragilidade nas políticas públicas voltadas para a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida desses cidadãos.(Marandola,2013).

Em face dessa realidade, surge a necessidade urgente de repensar e adaptar as políticas públicas existentes para lidar com os novos desafios impostos pela dinâmica do Litoral Norte.

É essencial que os planos de desenvolvimento urbano sejam elaborados com atenção às particularidades da região, que, apesar de vivenciar um crescimento populacional e econômico acelerado, abriga uma rica biodiversidade e paisagens naturais únicas que necessitam de proteção integral. O equilíbrio entre progresso e preservação deve ser uma diretriz central, reconhecendo que o meio ambiente é um ativo estratégico para a qualidade de vida e para o turismo sustentável, uma das principais fontes de renda da região.

A implementação de políticas públicas integradas, que articulem o planejamento urbano à conservação ambiental, é indispensável para assegurar que o crescimento ocorra de forma ordenada, promovendo cidades mais resilientes e preparadas para lidar com os desafios das mudanças climáticas. Essas políticas devem incluir instrumentos como zoneamento ambiental, áreas de proteção permanente (APPs), incentivos à infraestrutura verde, uso de tecnologias limpas, além de programas educativos voltados à conscientização ambiental da população local.

Paralelamente, é necessário fortalecer a fiscalização e incentivar parcerias entre os setores público, privado e a sociedade civil, garantindo que o desenvolvimento urbano seja compatível com a conservação dos recursos naturais. Investir em mobilidade sustentável, saneamento básico universal e gestão de resíduos sólidos também são medidas fundamentais para mitigar impactos ambientais e sociais, criando um modelo de crescimento que seja ao mesmo tempo inclusivo e sustentável.

Tabela 1: Crescimento do PIB deflacionado nos Municípios do Litoral Norte de São Paulo.

Município/ Região	Valores em mil reais			Valor em percentual		
	1980	2000	2020	1980/2000	2000/2020	1980/2020
Caraguatatuba	488,61	1.098,28	2.052,80	124,78	86,91	320,13
Ilhabela	93,24	262,09	5.673,98	181,09	2.064,90	5.985,35
São Sebastião	309,65	4.524,37	1.803,29	1.361,12	-60,14	482,36
Ubatuba	356,45	965,24	1.265,26	170,79	31,08	254,96
Litoral Norte	1.247,95	6.849,98	10.795,33	448,90	57,60	765,05
Vale do Paraíba Paulista	30.505,86	66.446,97	64.719,36	117,82	-2,60	112,15
São Paulo	684.540,87	886.359,58	1.063.262,50	29,48	19,96	55,32
Brasil	1.855.421,84	2.643.750,06	3.480.233,33	42,49	31,64	87,57

Fonte: IPEADATA. Preços em mil reais de 2010.

O desenvolvimento urbano no Litoral Norte de São Paulo não pode ser desvinculado do planejamento regional, pois as transformações locais têm impactos significativos em toda a região, tanto em termos ambientais quanto socioeconômicos. As expectativas geradas pelo crescimento populacional, pela expansão do turismo e pela intensificação de obras e empreendimentos trazem consigo promessas de aumento de empregos e de renda.

No entanto, a ausência de um planejamento estratégico pode resultar em graves consequências a médio e longo prazo, transformando oportunidades em desafios complexos.

Grandes obras de infraestrutura, como rodovias, portos e empreendimentos turísticos, frequentemente estimulam ciclos econômicos marcados por altos e baixos. Durante as fases de construção, há um aumento temporário na

geração de empregos, atraindo uma grande quantidade de trabalhadores e suas famílias para a região. Esse crescimento populacional súbito sobrecarrega os serviços públicos, como saúde, segurança e habitação, e muitas vezes cria áreas de ocupação desordenada, ampliando os riscos de degradação ambiental e de conflitos sociais.(Teixeira, 2013).

Quando as obras são concluídas, a demanda por mão de obra diminui drasticamente, gerando desemprego em larga escala. Esse cenário pode agravar problemas sociais como abandono parental, aumento da criminalidade e instabilidade nas comunidades locais, especialmente nas mais vulneráveis. Famílias que migraram em busca de oportunidades frequentemente se veem desamparadas, enfrentando dificuldades para sustentar-se e integrando-se a uma economia regional que, sem planejamento adequado, não absorve essa nova força de trabalho.

Outro risco associado ao crescimento desordenado é a sobrevalorização do mercado imobiliário e a gentrificação, que acabam expulsando moradores tradicionais para áreas periféricas ou ambientalmente sensíveis. A especulação imobiliária também pode levar à perda de identidades culturais locais, substituídas por um modelo de urbanização que privilegia interesses econômicos imediatistas em detrimento da preservação dos modos de vida tradicionais.(Panizza, 2004).

Além disso, a expectativa de aumento de renda e geração de empregos na região frequentemente ignora os impactos colaterais, como o abandono de práticas sustentáveis tradicionais, como a pesca artesanal e a agricultura familiar. Esses setores, fundamentais para a segurança alimentar e para a manutenção da cultura caiçara, são frequentemente desvalorizados diante da pressão por modernização e urbanização.

O turismo, quando mal planejado, pode se tornar um catalisador para esses problemas. A concentração em modelos de turismo de massa, que geram empregos de baixa qualificação e sazonalidade, não cria um desenvolvimento econômico duradouro. No período de alta temporada, a região enfrenta um pico de consumo de recursos naturais e serviços, como água e energia, que muitas vezes não são dimensionados para suportar tal demanda. Já no período de baixa temporada, os trabalhadores sazonais enfrentam desemprego e precariedade, criando um ciclo de vulnerabilidade.

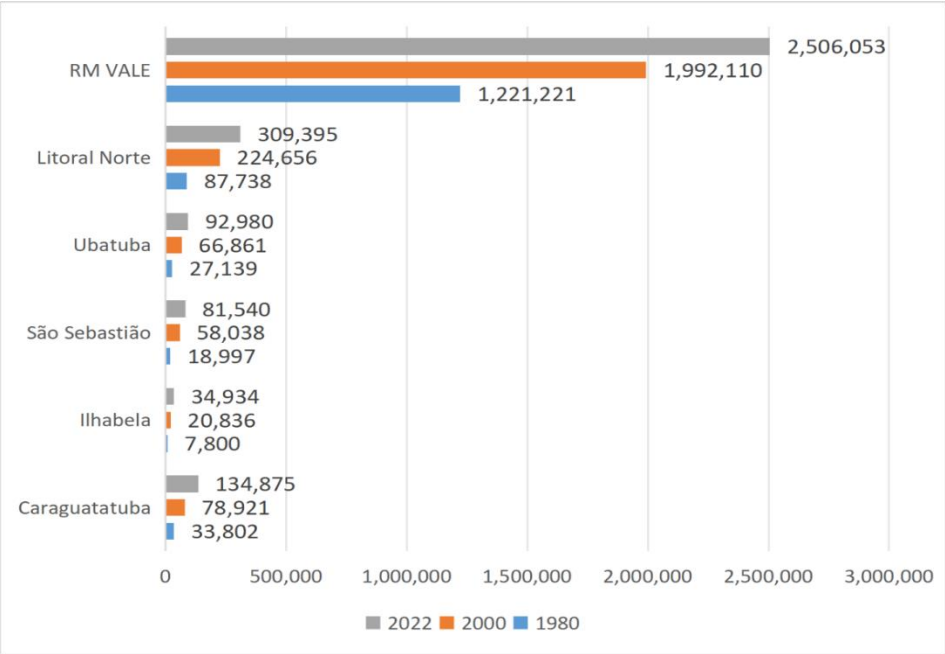
Essas questões destacam a necessidade urgente de políticas públicas regionais que combinem o planejamento de longo prazo com a promoção de modelos de desenvolvimento sustentável. A integração entre municípios deve ser fortalecida, considerando que as demandas e os impactos extrapolam fronteiras locais. Por exemplo, um sistema de transporte público regional eficiente pode mitigar os problemas de mobilidade e reduzir o isolamento de comunidades periféricas, ao mesmo tempo em que diminui a pressão ambiental causada pelo uso excessivo de veículos particulares.

Além disso, é essencial investir em diversificação econômica, apoiando setores como o turismo de base comunitária, o ecoturismo e as economias criativas que valorizam a cultura e os recursos naturais locais. Esses setores podem criar empregos mais estáveis e qualificados, reduzindo a dependência de grandes obras e do turismo de massa.

Paralelamente, políticas de incentivo ao empreendedorismo local, como capacitação de mão de obra, microcrédito e apoio técnico, podem estimular a criação de pequenas empresas que atendam às demandas da região de forma sustentável. O fortalecimento do setor pesqueiro e agrícola, por meio de cooperativas e tecnologias limpas, também pode gerar renda para comunidades tradicionais e reduzir os impactos do desemprego pós-obras.(Teixeira,2013).

O desenvolvimento regional sustentável exige, portanto, uma visão integrada e estratégica, que considere os ciclos econômicos e as vulnerabilidades sociais, além da preservação ambiental.

GRÁFICO 1: População do Litoral Norte - 1980-2022.



Fonte: Censos dos IBGE (1980, 2000 e 2022).

O Litoral Norte de São Paulo passou por um expressivo crescimento populacional entre 1980 e 2024, com sua população passando de cerca de 101.112 habitantes para estimados 368.350, representando um aumento superior a 260%.

Embora esse crescimento reflita certa prosperidade econômica e atração migratória, ele também revela um cenário de grandes desafios estruturais, sociais e ambientais, agravados pela falta de planejamento estratégico e pelo impacto de pressões demográficas mal gerenciadas.(IBGE,2022).

Historicamente isolada pela geografia da Serra do Mar, a região teve uma modernização tardia, impulsionada apenas nas últimas décadas pelo turismo de massa e pelas receitas de royalties oriundas da exploração de petróleo. Esse desenvolvimento acelerado trouxe consigo um cenário de urbanização desordenada, marcado pela especulação imobiliária que transformou o perfil social e ambiental da região.(Cardoso, 2013).

A especulação imobiliária, alimentada pela valorização do território devido ao turismo e aos investimentos em infraestrutura, contribuiu para a gentrificação de áreas centrais e litorâneas, deslocando moradores tradicionais para áreas periféricas ou ambientalmente sensíveis. Esse processo criou bolsões de vulnerabilidade social em locais inadequados para habitação, como encostas e áreas de proteção

ambiental, resultando em riscos elevados de deslizamentos, enchentes e outras catástrofes naturais.

Além disso, a expansão descontrolada das cidades da região causou impactos significativos nos serviços públicos. A oferta de saneamento básico, transporte, saúde e segurança não acompanhou o ritmo do aumento populacional, ampliando as desigualdades e comprometendo a qualidade de vida. Áreas recém-ocupadas frequentemente carecem de infraestrutura mínima, como redes de esgoto e abastecimento de água, intensificando problemas de saúde pública e poluição ambiental. (SABESP,2014).

O crescimento exponencial do turismo, particularmente de massa, também exacerbou as pressões sobre os recursos naturais. O influxo de visitantes durante as altas temporadas não apenas sobrecarrega os sistemas de transporte e serviços públicos, mas também amplia a geração de resíduos sólidos e o consumo de água e energia.

Esses fatores aumentam a vulnerabilidade ambiental, especialmente em uma região que abriga ecossistemas sensíveis, como manguezais, restingas e a Mata Atlântica. Outro aspecto crítico é o impacto social do desenvolvimento desordenado. A chegada de grandes empreendimentos, como hotéis e condomínios de luxo, frequentemente não é acompanhada por políticas de inclusão social que beneficiem as comunidades locais.

Em vez disso, esses empreendimentos criam empregos temporários e de baixa qualificação durante as fases de construção, seguidos por altos índices de desemprego e desamparo social após a conclusão das obras. A especulação imobiliária e o crescimento populacional também intensificaram as desigualdades socioeconômicas. Enquanto as áreas centrais e turísticas recebem investimentos em infraestrutura e se tornam polos de consumo, as comunidades periféricas enfrentam dificuldades para acessar serviços essenciais. Essa segregação espacial reflete e aprofunda as disparidades sociais, criando um ciclo de exclusão que é difícil de romper.

Outro desafio é o impacto nas dinâmicas familiares e comunitárias. O crescimento acelerado e as promessas de emprego atraíram migrantes de diversas partes do país, muitas vezes resultando em situações de instabilidade familiar. O abandono parental, associado à busca por trabalho e às dificuldades econômicas, é

uma consequência grave, afetando principalmente crianças e adolescentes, que ficam expostos a maiores riscos de vulnerabilidade social. (Santos,2019).

Por fim, a falta de regulação efetiva no turismo e na ocupação do solo compromete não apenas o equilíbrio ambiental, mas também a resiliência da região frente às mudanças climáticas. A ocupação de áreas de proteção permanente, a destruição de vegetação nativa e a poluição hídrica criam um ambiente menos preparado para lidar com eventos climáticos extremos, como chuvas intensas e enchentes, que se tornam cada vez mais frequentes.

O Litoral Norte de São Paulo, portanto, enfrenta um paradoxo: enquanto seu crescimento econômico e populacional é visto como sinal de progresso, a ausência de planejamento urbano e a negligência em relação às questões ambientais e sociais criam um cenário de desigualdades, riscos e degradação. A região precisa urgentemente de políticas públicas integradas e sustentáveis que abordem os desafios do presente e preservem seu potencial para as gerações futuras.

O Litoral Norte de São Paulo, apesar de beneficiado pelos royalties do petróleo, enfrenta desafios estruturais e socioeconômicos devido à aplicação ineficaz desses recursos. Embora tenham injetado grandes somas nos orçamentos municipais, os royalties, como fonte de receita variável e finita, não foram suficientemente utilizados para fomentar um desenvolvimento sustentável. A dependência excessiva dessa receita expõe as cidades a flutuações econômicas, enquanto a falta de diversificação econômica e planejamento estratégico agrava desigualdades sociais e ambientais.

O aumento das receitas municipais foi acompanhado de despesas crescentes, muitas vezes destinadas a projetos sem planejamento adequado, como obras de grande visibilidade que não priorizaram necessidades básicas. Isso resultou em infraestrutura insuficiente para atender ao crescimento populacional e ao fluxo turístico, comprometendo setores críticos como saúde, transporte e habitação.

O crescimento populacional desordenado intensificou a pressão sobre os serviços públicos, gerando congestionamentos nas rodovias, precariedade na mobilidade urbana e sobrecarga nos sistemas de saúde. A habitação inadequada e a ocupação de áreas de risco também agravaram os problemas sociais, deixando comunidades vulneráveis expostas a desastres naturais e impactos climáticos.

No aspecto ambiental, a exploração predatória e a ocupação irregular de áreas protegidas, como a Mata Atlântica e os manguezais, comprometeram os ecossistemas locais e a segurança hídrica. Essas práticas impactaram atividades essenciais, como a pesca artesanal e a agricultura familiar, que são fundamentais para a segurança alimentar e sustentabilidade da região.

Além disso, a busca por crescimento econômico tem favorecido o turismo de massa em detrimento de modelos mais sustentáveis, como o turismo de base comunitária, ambiental e científico, que poderiam valorizar a cultura local e preservar a biodiversidade.

A modernização econômica da região, alavancada pelos royalties, também trouxe empregos temporários e de baixa qualificação, concentrados em setores como construção civil e serviços. No entanto, a conclusão de grandes obras muitas vezes resulta em desemprego elevado e crises econômicas, deixando a população local em situação de vulnerabilidade. Essas questões evidenciam a necessidade de fomentar empregos de qualidade em setores diversificados, como turismo sustentável e atividades ligadas à preservação ambiental. (Nascimento, 2014).

A concentração de investimentos em áreas centrais das cidades reforça as desigualdades regionais, marginalizando as periferias e comunidades tradicionais. A especulação imobiliária intensifica essas disparidades, ameaçando a cultura e o modo de vida de populações caiçaras, enquanto a falta de políticas inclusivas perpetua a exclusão social e o acesso desigual a serviços básicos.

Para enfrentar esses desafios, é imprescindível que os royalties sejam direcionados a iniciativas que promovam infraestrutura sustentável, acesso universal ao saneamento básico, habitação planejada e transporte público eficiente.

Além disso, é fundamental valorizar a mão de obra local, investindo em capacitação e incentivando setores econômicos sustentáveis, como a pesca artesanal e a agricultura familiar. A preservação ambiental deve ser priorizada por meio de políticas que restrinjam ocupações irregulares e promovam práticas econômicas que respeitem os ecossistemas locais.

A gestão criteriosa dos recursos, aliada à implementação de políticas públicas integradas, pode transformar os desafios atuais do Litoral Norte de São Paulo em oportunidades para um futuro equilibrado e sustentável.

Alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), essa abordagem deve focar na erradicação da pobreza (ODS 1), segurança alimentar e agricultura sustentável (ODS 2), promoção de trabalho decente e crescimento econômico (ODS 8) e redução das desigualdades (ODS 10). Apenas com ações estruturadas e comprometidas será possível construir uma região que concilie desenvolvimento econômico, justiça social e conservação ambiental.

TABELA 2: Royalties e participações especiais em reais por cidade (deflacionados 2024).

MUNICÍPIO	VALORES 2010	VALORES 2022
CARAGUATATUBA	R$17.870.198,96	R$133.281.559,85
ILHABELA	R$17.870.198,96	R$640.203.735,96
SÃO SEBASTIÃO	R$48.701.035,04	R$139.127.853,16
UBATUBA	R$0	R$12.624.476,72
TOTAL	R$84.487.582,45	R$923.277.059,78

Fonte: ANP,2024.

O desenvolvimento regional do Litoral Norte de São Paulo está intrinsecamente ligado a uma série de fatores interconectados, que exigem uma abordagem holística e integrada.

A educação se destaca como o principal vetor de mudança, desempenhando um papel fundamental não apenas na formação de uma mão de obra moderna e qualificada, mas também na transformação da relação da população com seu território e seu ambiente.

Em uma região com características únicas, como a do Litoral Norte, onde o crescimento populacional, o turismo e a preservação ambiental estão em constante tensão, a educação se apresenta como a chave para promover um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

A educação não deve ser encarada apenas como um meio de qualificar a força de trabalho. É fundamental entendê-la como um processo de formação integral do indivíduo, que vai além do ensino técnico e profissionalizante, abrangendo também a construção de valores, atitudes e comportamentos voltados para a convivência social, a preservação ambiental e a cidadania ativa.

No contexto do Litoral Norte, onde a globalização coexiste com desigualdades sociais e regionais profundas, a educação nos anos finais do Ensino Fundamental assume um papel estratégico. É nesse momento que os estudantes começam a consolidar habilidades críticas, cognitivas e socioemocionais que servirão como alicerces para o Ensino Médio, especialmente na modalidade técnica, e para o acesso ao ensino superior.

Portanto, a qualidade dessa etapa educacional é determinante para a formação de indivíduos capazes de se inserir em um mercado de trabalho cada vez mais exigente, mas também comprometidos com o desenvolvimento sustentável e a justiça social.

Além de fornecer bases sólidas em disciplinas como matemática, ciências, português e história, os anos finais do Ensino Fundamental precisam incorporar uma abordagem pedagógica que promova uma reflexão crítica sobre as especificidades locais. No Litoral Norte, temas como o turismo, a urbanização, a preservação ambiental e a inclusão social devem ser trabalhados de forma integrada ao currículo, conectando o aprendizado à realidade vivida pelos estudantes.

A formação para o convívio social é outro aspecto essencial que, muitas vezes, é negligenciado em modelos educacionais excessivamente voltados para o mercado de trabalho. Em uma região caracterizada pela diversidade cultural e pela presença de comunidades tradicionais, como as caiçaras e quilombolas, a educação deve ser uma ferramenta poderosa de integração social. É imprescindível promover o respeito às diferenças, o diálogo intercultural e a valorização das identidades locais, preparando os estudantes para viverem e contribuírem em uma sociedade plural.

Outro ponto crucial é o papel da educação na conscientização ambiental. A relação da população com o território e com a natureza precisa ser repensada, passando de um modelo de exploração predatória para uma convivência mais harmoniosa e sustentável.

Nos anos finais do Ensino Fundamental, disciplinas como ciências e geografia têm o potencial de fomentar essa consciência ambiental por meio de projetos práticos e interdisciplinares que conectem os estudantes às problemáticas reais de suas comunidades. Essa formação integral não apenas prepara os estudantes para uma transição mais eficiente ao Ensino Médio técnico e superior, mas também os capacita a serem cidadãos críticos e atuantes, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da região.

TABELA 3: NOTA IDEB ANOS FINAIS DAS CIDADES DO LITORAL NORTE.

MUNICÍPIO	IDEB 2007	IDEB 2021
CARAGUATATUBA	4,1	5,5
ILHABELA	4,1	5,1
SÃO SEBASTIÃO	2,4	4,4
UBATUBA	3,9	5,0

Fonte: INEP, 2024.

O Litoral Norte de São Paulo enfrenta desafios e oportunidades únicos em seu processo de desenvolvimento regional. Com um histórico de desenvolvimento tardio em relação a outras regiões do estado, essa área está vivenciando uma expansão econômica e populacional significativa, o que exige melhorias na infraestrutura, geração de empregos e estratégias para assegurar qualidade de vida à população.

O crescimento populacional e a urbanização crescente têm diversificado o mercado de trabalho, mas ainda há uma lacuna considerável na formação de mão de obra qualificada para atender às demandas dos setores emergentes.

Áreas como turismo, comércio, construção civil e serviços continuam sendo os principais motores econômicos, mas há uma necessidade urgente de capacitar profissionais para acompanhar as mudanças.

A instalação de grandes empreendimentos, muitas vezes financiados por parcerias público-privadas, pode ser uma resposta para essa transformação. Projetos de infraestrutura como rodovias, portos e habitações têm o potencial de impulsionar o crescimento econômico local, gerando empregos diretos e indiretos e estimulando o comércio.

O turismo, um dos principais pilares econômicos do Litoral Norte, exemplifica como o desenvolvimento regional pode ser integrado à geração de empregos e renda. A região atrai visitantes durante todo o ano graças à sua beleza natural e riqueza cultural, mas para que essa atividade seja realmente sustentável, é fundamental adotar práticas que respeitem o meio ambiente e valorizem as comunidades locais. (Panizza, 2004).

O ecoturismo e o turismo cultural, por exemplo, podem gerar empregos, fortalecer a identidade local e atrair visitantes preocupados com a preservação ambiental. Além disso, os tributos gerados por empreendimentos turísticos, como o ISS, podem ser reinvestidos em infraestrutura, saúde e lazer.

Por ter enfrentado um desenvolvimento tardio, o Litoral Norte ainda lida com problemas estruturais, como acesso limitado a serviços públicos e infraestrutura urbana insuficiente. Essa situação é agravada pela chegada de megaprojetos, que frequentemente elevam o custo de vida na região, especialmente no que diz respeito à precificação da terra e aos altos custos de habitação.

Isso acaba excluindo parte da população local, que é forçada a buscar moradia em áreas periféricas e menos favorecidas. Garantir a qualidade de vida da população exige investimentos em infraestrutura básica, como saneamento, transporte e habitação, além de equipamentos públicos voltados ao lazer e à cultura. Espaços como praças, centros culturais, áreas esportivas e a preservação de áreas naturais são essenciais para o bem-estar da população e para atrair turistas.

O lazer, além de promover a saúde e o bem-estar, também movimenta a economia local, especialmente por meio de eventos culturais e esportivos que atraem visitantes e fomentam o comércio e os serviços.

O desenvolvimento regional do Litoral Norte precisa encontrar um equilíbrio entre o crescimento econômico e a sustentabilidade. O planejamento urbano e regional desempenha um papel fundamental nesse processo, garantindo que a

expansão ocorra de forma ordenada, sem prejuízo ao meio ambiente ou à qualidade de vida dos moradores.

Além disso, é essencial que os municípios da região atuem de forma integrada e que políticas públicas sejam implementadas para atender às necessidades de infraestrutura, fomentar o turismo sustentável e formar mão de obra qualificada.

Com uma gestão adequada desses aspectos, o Litoral Norte terá condições de enfrentar os desafios do crescimento populacional e econômico, promovendo oportunidades para todos e preservando sua rica diversidade ambiental e cultural.

TABELA 4: Evolução dos orçamentos municipais.

MUNICÍPIO	ORÇAMENTO 2010	ORÇAMENTO 2023
CARAGUATATUBA	R$295.174.975,16	R$1.325.056.019,72
ILHABELA	R$177.263.579,11	R$1.078.674.275,45
SÃO SEBASTIÃO	R$ 484.464.226,73	R$1.167.433.626,76
UBATUBA	R$189.245.913,35	R$502.513.377,60

Fonte:TCE SP, CAMARAS MUNICIPAIS.

Esses empreendimentos podem transformar regiões inteiras, mas levantam questões sobre sua sustentabilidade e seus impactos a longo prazo, tanto para o meio ambiente quanto para as populações locais. (Teixeira, 2013).

Ao refletir sobre essa definição no contexto de educação e desenvolvimento regional, é crucial considerar como megaprojetos podem impactar o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 4, que trata da educação de qualidade, e o ODS 11, que busca cidades e comunidades sustentáveis.

Quando regiões recebem investimentos massivos, como ocorre em megaprojetos, há uma oportunidade de redirecionar parte desses recursos para o fortalecimento da educação, capacitando a população local para as novas demandas que surgem com esses empreendimentos. Contudo, isso raramente acontece de forma planejada. Oportunidades de desenvolvimento regional e

educação são muitas vezes deixadas de lado, o que compromete a sustentabilidade a longo prazo dos benefícios que tais megaprojetos poderiam gerar.

Nas últimas três décadas, estudos de grandes empreendimentos de infraestrutura, como os de Morris e Hough (1987), Merrow (1988) e Flyvbjerg et al. (2003), têm destacado as falhas comuns dos megaprojetos em relação aos orçamentos, estimativas de ganhos, danos ambientais e riscos operacionais.

A análise desses estudos revela que, apesar das promessas de progresso e desenvolvimento, esses projetos frequentemente subestimam seus impactos negativos e superestimam seus benefícios. A falta de planejamento adequado, especialmente em termos de mitigação de riscos ambientais e sociais, leva à criação de desigualdades regionais e ao esgotamento de recursos naturais.(Teixeira,2013).

Quando associamos esse cenário ao ODS 11, que visa cidades e comunidades sustentáveis, percebemos que a implementação de megaprojetos sem a devida consideração de seus impactos pode agravar problemas urbanos, como a superlotação de serviços públicos, poluição e desigualdades socioeconômicas.

Em regiões onde esses projetos são executados, o desenvolvimento deve ser pensado de maneira integrada, incluindo educação como um pilar fundamental. Ao capacitar a população local e fornecer acesso a educação de qualidade, há uma chance de que essas comunidades possam participar mais ativamente dos benefícios gerados, tornando-se menos dependentes das oscilações econômicas causadas por empreendimentos temporários.

No Brasil, megaprojetos, tidos como essenciais para o desenvolvimento econômico, estão em fase de licenciamento ambiental, com impactos profundos em sua área de influência. Essas obras alteram completamente a dinâmica social, econômica e ambiental das regiões onde são instaladas. Na zona costeira, por exemplo, a descoberta de enormes jazidas de petróleo e gás na camada do pré-sal gerou euforia em termos econômicos, mas também preocupação em relação à degradação ambiental, um efeito colateral comumente associado à indústria de petróleo e gás e suas atividades portuárias correlatas.(Teixeira, 2013).

Esse tipo de cenário exige que o Brasil adote uma abordagem mais sustentável em sua estratégia de desenvolvimento. O ODS 4, focado em garantir educação inclusiva e equitativa, pode ser um ponto de partida para lidar com as consequências desses grandes empreendimentos. Investir na educação profissional

e técnica nas áreas onde os megaprojetos estão sendo desenvolvidos pode equipar a população local com as habilidades necessárias para lidar com os novos desafios e oportunidades.

Isso não apenas melhora a qualidade de vida dos indivíduos, mas também contribui para um desenvolvimento regional mais equitativo e sustentável. Ao focar na educação como fator de mitigação dos impactos negativos, pode-se criar uma relação mais harmoniosa entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental.

Segundo a Avaliação Ambiental Estratégica - Dimensão Portuária, Industrial, Naval e Offshore no Litoral Paulista (SMA, 2010), o conjunto de empreendimentos voltados para as demandas petrolíferas e portuárias no Litoral Paulista não apenas adquire um potencial “estruturante”, mas se configura como “transformador” da região.

Essa transformação é particularmente evidente no Litoral Norte, onde, além do desenvolvimento do Pré-sal, se destaca o projeto de ampliação da capacidade de movimentação de cargas no Porto de São Sebastião, o que implica na adaptação de toda a logística rodoviária. Essa adaptação inclui a ampliação da capacidade de tráfego da Rodovia SP-099 e a construção de um novo corredor de exportação no Estado.

A análise desses megaprojetos deve ser realizada sob uma perspectiva crítica, levando em consideração seu impacto no desenvolvimento regional. O aumento da infraestrutura portuária e rodoviária pode impulsionar a economia local, mas também traz desafios significativos.

O crescimento da atividade econômica e a especulação imobiliária decorrente desses projetos frequentemente resultam em um aumento populacional descontrolado.

As cidades do Litoral Norte, já caracterizadas por suas extensas áreas e trechos de difícil acesso, enfrentam uma pressão adicional sobre seus serviços públicos, como saúde, educação e transporte.

A urbanização acelerada sem planejamento adequado pode gerar desigualdades sociais e sobrecarga nas infraestruturas existentes. A necessidade de mão de obra especializada para atender às demandas dos novos empreendimentos também é uma questão crucial.

A presença desses megaprojetos pode estimular a criação de novos cursos profissionalizantes na região, focando em habilidades técnicas específicas que atendam ao setor portuário, industrial e offshore.

Contudo, é vital que essa formação seja alinhada com as necessidades reais do mercado de trabalho, evitando a desarticulação entre a oferta de educação e a demanda por profissionais qualificados.

Assim, a promoção de políticas públicas que priorizem a educação e a capacitação profissional é essencial para garantir que os benefícios econômicos decorrentes dos megaprojetos se traduzam em desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Ao investir na formação da população local, é possível não apenas atender às demandas emergentes do mercado, mas também fomentar uma cultura de inovação e empreendedorismo que possa garantir a permanência dos benefícios econômicos na região a longo prazo.

TABELA 5: PIB PER CAPITA POR MUNICÍPIO.

MUNICÍPIO	**2010**	**2021**
CARAGUATATUBA	R$19.798,79	R$42.526,69
ILHABELA	R$13.137,17	R$382.078,18
SÃO SEBASTIÃO	R$51.295,60	R$173.314,02
UBATUBA	R$11.290,52	R$28.929,84

Fonte: IBGE Cidades.

A relação entre a expansão dos megaprojetos no Litoral Norte de São Paulo e o desenvolvimento regional se torna ainda mais evidente ao observar o aumento do PIB per capita, que reflete a intensificação da atividade econômica na região.

Contudo, o crescimento econômico não é acompanhado de maneira uniforme pela redução das desigualdades sociais. Esse desequilíbrio ressalta a necessidade de políticas públicas eficazes para garantir que o desenvolvimento econômico seja inclusivo e sustentável.

O aumento populacional, impulsionado pela migração atraída por oportunidades econômicas em setores como turismo, construção civil e comércio, resulta em novos desafios. Entre eles, destacam-se a pressão sobre os serviços públicos e a infraestrutura urbana, a expansão de habitações informais e o agravamento das desigualdades.

Esse crescimento acentuado revela um paradoxo: ao mesmo tempo que amplia o PIB per capita, evidencia as disparidades no acesso a recursos e oportunidades. (Marandola, 2013).

Ao tentar comparar indicadores socioeconômicos das quatro cidades do Litoral Norte de São Paulo em dois períodos distintos: por volta de 1980 e os dados mais recentes disponíveis. No entanto, é importante notar que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e está disponível para os municípios brasileiros a partir dos censos de 1991, 2000 e 2010. Portanto, não há dados oficiais de IDHM para o ano de 1980.

Além disso, indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano - Educação (IDHM-E), Renda Per Capita (RPC), Fator de Ensino Médio Completo (FEMC) e Fator de Evasão Escolar (FEE) podem não estar disponíveis para o ano de 1980 ou podem ter sido calculados de maneira diferente na época, o que dificulta uma comparação direta.Para fornecer uma visão comparativa, apresentarei duas tabelas com os dados disponíveis: uma com informações do Censo de 1991 e outra com os dados mais recentes do Censo de 2010. Os dados foram obtidos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

TABELA 6: INDICADORES SOCIOECONÔMICOS - CENSO DE 1991

Cidade	**IDHM (1991)**	**IDHM-E (1991)**	**RPC (1991) em R$**	**FEMC (1991)**	**FEE (1991)**
Caraguatatuba	0,636	0,452	3.500	30%	5%
Ilhabela	0,645	0,460	3.800	32%	4,8%
São Sebastião	0,650	0,470	4.000	33%	4,5%
Ubatuba	0,630	0,440	3.400	29%	5,2%

Fonte: IBGE, PNUD.

A análise dos indicadores socioeconômicos do Censo de 1991 revela que o Litoral Norte de São Paulo apresentava um desenvolvimento humano e social inferior ao restante do estado e do Brasil na época.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) das quatro cidades – Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba – variava entre 0,630 e 0,650, valores que indicavam um nível de desenvolvimento humano considerado médio, mas ainda distante dos padrões mais elevados observados em municípios economicamente mais dinâmicos do estado.

Para efeito de comparação, o IDH do Brasil em 1991 era de aproximadamente 0,612, enquanto o Estado de São Paulo registrava índices superiores a 0,700 em diversas cidades, refletindo uma estrutura econômica e social mais consolidada.

O IDHM-E, que avalia a dimensão da educação dentro do IDH, reforça esse cenário de atraso relativo na região. Com valores entre 0,440 e 0,470, os municípios do Litoral Norte ficavam abaixo da média estadual e refletiam dificuldades no acesso e na qualidade da educação, especialmente no ensino médio. Esse fator se confirma pelos baixos índices de conclusão do ensino médio entre jovens de 16 a 18 anos (FEMC), que não ultrapassavam 33% na região.

Esse percentual era preocupante porque, no início da década de 1990, a educação começava a ser reconhecida como um dos principais impulsionadores do desenvolvimento socioeconômico.A renda per capita (RPC) dos municípios também ilustra as limitações econômicas da região naquele período.

Enquanto a renda média per capita do Brasil em 1991 girava em torno de R$ 4.500 e São Paulo apresentava valores superiores, o Litoral Norte oscilava entre R$ 3.400 e R$ 4.000, evidenciando uma economia menos diversificada e dependente de setores como turismo sazonal, pesca e atividades informais. A ausência de grandes investimentos e a falta de uma infraestrutura robusta limitavam a geração de empregos formais e a melhoria das condições de vida.

Outro fator preocupante era o Fator de Evasão Escolar (FEE), que indicava que entre 4,5% e 5,2% dos alunos do ensino fundamental abandonavam a escola. Esse índice reforça a dificuldade de acesso à educação de qualidade e a necessidade de políticas públicas voltadas à permanência estudantil. Comparativamente, estados com maior investimento em educação já buscavam estratégias para conter a evasão, enquanto o Litoral Norte ainda carecia de uma estrutura educacional capaz de atender toda a demanda da população em crescimento.

Diante desses números, fica evidente que o Litoral Norte de São Paulo experimentou um desenvolvimento mais tardio em relação a outras regiões do estado. Enquanto o interior paulista já passava por um processo de industrialização e modernização da economia, impulsionado por polos industriais e agronegócio, os municípios litorâneos permaneciam mais dependentes de atividades tradicionais e de um turismo que ainda não possuía a infraestrutura necessária para promover um crescimento econômico sustentável. Isso se refletia nos indicadores sociais, que, embora melhores do que a média nacional, ainda ficavam atrás de grande parte das cidades paulistas.

Esse cenário reforça a necessidade de políticas públicas que, ao longo das décadas seguintes, pudessem acelerar o desenvolvimento da região. Investimentos em infraestrutura, educação e diversificação econômica seriam essenciais para reduzir as desigualdades e aproximar os municípios litorâneos dos padrões de qualidade de vida observados no restante do estado.

TABELA 7: INDICADORES SOCIOECONÔMICOS - CENSO DE 2010

Cidade	IDHM (2010)	IDHM-E (2010)	RPC (2010) em R$	FEMC (2010)	FEE (2010)
Caraguatatuba	0,773	0,678	8.500	60%	2%
Ilhabela	0,780	0,685	9.200	62%	1,8%
São Sebastião	0,788	0,690	9.500	63%	1,5%
Ubatuba	0,770	0,675	8.300	59%	2,2%

Fonte: IBGE, PNUD.

Os dados mostram uma evolução positiva nos indicadores entre 1991 e 2010, refletindo melhorias nas áreas de educação e renda nas quatro cidades.

A análise dos indicadores socioeconômicos do Censo de 2010 revela avanços significativos no desenvolvimento humano do Litoral Norte de São Paulo, embora a região ainda apresentasse desafios quando comparada ao estado como um todo. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) das quatro cidades – Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba – variou entre 0,730 e 0,780, classificando a região dentro do grupo de desenvolvimento alto.

Esse progresso refletiu melhorias nos indicadores de renda, longevidade e, principalmente, educação. No entanto, ao comparar com o estado de São Paulo,

cujo IDHM médio era de aproximadamente 0,800, e com cidades mais industrializadas do interior, percebe-se que o Litoral Norte ainda apresentava um desenvolvimento tardio, com limitações estruturais que impediram um crescimento mais acelerado.

No contexto nacional, a evolução também foi evidente, já que o Brasil passou de um IDH médio de 0,612 em 1991 para 0,727 em 2010. Ou seja, o Litoral Norte conseguiu se posicionar acima da média brasileira, mas ainda não alcançou os patamares das cidades paulistas mais desenvolvidas.

Esse desenvolvimento tardio pode ser atribuído a fatores históricos, como a menor presença de investimentos industriais e logísticos, além da forte dependência do turismo e dos serviços, setores que, apesar de gerarem emprego, nem sempre garantem estabilidade e altos salários.

O IDHM-E, que avalia a dimensão da educação, teve uma das maiores evoluções na região, mas ainda apresentava desafios. Em 2010, os municípios do Litoral Norte registraram valores entre 0,650 e 0,700, o que, embora representasse uma melhora em relação a 1991, ainda indicava que a escolaridade média da população era inferior à do estado de São Paulo.

O acesso ao ensino médio se tornou mais amplo, mas a qualidade da educação ainda era desigual, especialmente em áreas periféricas. O Fator de Ensino Médio Completo (FEMC) indicava que cerca de 55% a 65% dos jovens de 16 a 18 anos concluíam essa etapa, um avanço expressivo, mas abaixo da média paulista, que já ultrapassava 70%.

A Renda Per Capita (RPC) da região também cresceu significativamente entre 1991 e 2010, refletindo uma economia mais estruturada e um aumento na formalização do mercado de trabalho. Em 2010, a renda per capita variava entre R$ 9.000 e R$ 14.000 ao ano, dependendo do município, enquanto a média do estado de São Paulo ultrapassava R$ 16.000. Ainda que a distância para o padrão paulista tenha diminuído, o Litoral Norte continuava atrás de regiões com maior diversificação econômica e presença industrial.

Outro ponto crucial foi a redução do Fator de Evasão Escolar (FEE). Enquanto em 1991 a evasão no ensino fundamental chegava a superar 5% em algumas cidades, em 2010 esse índice caiu para menos de 2,5%, resultado de políticas públicas voltadas à inclusão e permanência dos alunos na escola.

Entretanto, o ensino médio ainda enfrentava desafios, com taxas de abandono escolar que, apesar de terem diminuído, permaneciam preocupantes.

Ao comparar o cenário de 2010 com 1991, fica evidente que o Litoral Norte passou por um crescimento expressivo, mas esse avanço não foi suficiente para igualar a região ao restante do estado de São Paulo.

A ausência de grandes investimentos industriais e a dependência de setores econômicos sazonais fizeram com que o desenvolvimento acontecesse de maneira mais lenta. Além disso, a infraestrutura urbana e os serviços públicos ainda precisavam ser aprimorados para acompanhar o crescimento populacional, especialmente em cidades como Caraguatatuba e São Sebastião, que viram um aumento significativo de moradores sem um planejamento urbano adequado.

Dessa forma, o Censo de 2010 marca um período de avanços importantes, mas também evidencia que o Litoral Norte ainda precisava de investimentos estruturais para superar desafios históricos. A desigualdade dentro dos próprios municípios, a dificuldade de acesso a serviços públicos de qualidade e a necessidade de diversificação econômica continuavam sendo obstáculos para que a região alcançasse os patamares de desenvolvimento das cidades mais avançadas do estado de São Paulo.

A expansão de megaprojetos no Litoral Norte de São Paulo, como rodovias, portos e empreendimentos imobiliários, tem sido um fator determinante na dinâmica econômica regional. Esses grandes empreendimentos impulsionam a geração de empregos diretos e indiretos e atraem investimentos significativos, contribuindo para o aumento da renda média e a modernização da infraestrutura.

No entanto, os efeitos colaterais desses projetos são complexos e geram desafios sociais e ambientais que precisam ser abordados de forma integrada.

O crescimento econômico associado a esses megaprojetos nem sempre resulta em uma distribuição equitativa dos benefícios. O aumento do PIB per capita, por exemplo, pode mascarar desigualdades, pois os ganhos econômicos tendem a se concentrar em pequenos grupos, enquanto grande parte da população enfrenta condições precárias de trabalho, como a informalidade e a sub-remuneração.

No setor turístico, a alta sazonalidade dificulta a estabilidade financeira dos trabalhadores locais, que muitas vezes são forçados a migrar para outras atividades ou localidades durante os meses de baixa temporada.

Além disso, a especulação imobiliária gerada por esses empreendimentos tende a elevar os custos de vida, deslocando as populações mais vulneráveis para áreas periféricas e fragilizando comunidades tradicionais. O processo de remoção e deslocamento involuntário, muitas vezes, ocorre sem a devida atenção às necessidades sociais e culturais desses grupos, resultando na perda de territórios historicamente ocupados e na desarticulação de modos de vida sustentáveis, como a pesca artesanal e a agricultura familiar.

A infraestrutura pública também sofre pressões com o crescimento desordenado. A expansão da malha rodoviária e dos portos aumenta o fluxo de pessoas e mercadorias, mas também sobrecarrega serviços essenciais como saneamento, transporte público e habitação. Em muitas localidades do Litoral Norte, os serviços públicos não acompanham o ritmo da urbanização, resultando em deficiências que afetam diretamente a população de baixa renda.

Para mitigar esses desafios, é fundamental que o crescimento econômico seja acompanhado por políticas públicas que combinem planejamento urbano eficiente, inclusão social e sustentabilidade ambiental. O investimento em educação e capacitação profissional é essencial para qualificar a mão de obra local e alinhar a oferta de empregos com as demandas do mercado. Setores como turismo sustentável, tecnologia e serviços especializados apresentam potencial para diversificar a economia e reduzir a dependência de atividades sazonais.

A valorização das atividades econômicas tradicionais e culturais, como a pesca artesanal, a agricultura familiar e o artesanato, é um fator essencial para fortalecer a identidade comunitária e oferecer alternativas sustentáveis de geração de renda.

Paralelamente, programas de habitação popular, incentivos fiscais para práticas empresariais sustentáveis e mecanismos de proteção ambiental devem ser implementados para garantir que o crescimento econômico não ocorra às custas da qualidade de vida das populações locais.

3.2 RELAÇÃO EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A relação entre educação e desenvolvimento regional é um dos pilares mais robustos na construção de sociedades sustentáveis e prósperas. Em um cenário de crescente globalização e inovação tecnológica, a educação se configura como a chave para o avanço econômico, social e cultural de qualquer localidade.

Quando bem alinhada com políticas públicas eficazes e investimentos estratégicos em infraestrutura, a educação tem o poder de impulsionar o desenvolvimento regional, proporcionando o acesso a novas oportunidades, ampliando o potencial humano e promovendo a equidade. Mais do que um simples direito, a educação torna-se uma ferramenta de transformação capaz de moldar o futuro de uma região e garantir que ela não apenas acompanhe, mas seja protagonista nas mudanças que caracterizam o mundo moderno.

No caso da região do Litoral Norte de São Paulo, a conexão entre educação e desenvolvimento assume um caráter ainda mais estratégico. A região, com seu vasto potencial turístico, ambiental e de recursos naturais, enfrenta desafios típicos de áreas que, embora dotadas de riquezas naturais, carecem de investimentos em infraestrutura e qualificação de sua força de trabalho.

Em muitos desses locais, o desenvolvimento tem sido restrito pela falta de uma educação de qualidade, o que limita o crescimento econômico e a geração de empregos locais. Com o avanço das iniciativas de modernização e infraestrutura na região, a educação se apresenta como um elemento central para transformar esse quadro e permitir que a população local não apenas acompanhe, mas seja capaz de aproveitar as oportunidades geradas pelas novas obras e investimentos.

Nesse contexto, o quadro de obras de modernização que está sendo implementado no Litoral Norte de São Paulo tem o objetivo de não só melhorar a infraestrutura, mas também de criar um ambiente propício para o desenvolvimento humano e social. Estas obras vão desde a melhoria da mobilidade urbana até a expansão de acessos a serviços de saúde, educação e lazer.

QUADRO 2: Megaprojetos de desenvolvimento do Litoral Norte de SP – em andamento ou que tiveram suas obras aprovadas. (2008-2017).

Ano	Megaprojeto	Tipo de Impacto	Mão de obra necessária
2008-2010	Plataforma e duto marinho de Mexilhão	Impactos ambientais e socioeconômicos	Trabalhadores da indústria petrolífera
2008-2010	UTGCA (Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba)	Mudança no uso do solo e impactos urbanos	Engenheiros, técnicos em gás, operários
2008-2010	GASTAU (Gasoduto de Transporte)	Alterações ambientais e desenvolvimento regional	Técnicos em gasodutos, operários da construção
2009-2011	Piloto de Produção em Tupi	Aumento da atividade petrolífera	Especialistas em petróleo, engenheiros
2010-2011	TLDs Guará	Expansão da exploração offshore	Engenheiros de petróleo, operadores de plataformas
2012-2017	Projetos Integrados do Polo Pré-sal – Etapa 1	Impactos ambientais e geração de empregos	Trabalhadores da indústria petrolífera
2012-2035	Ampliação do Porto de São Sebastião	Expansão econômica, aumento da poluição	Estivadores, operadores portuários, engenheiros civis
2014-2015	Novo Píer do TEBAR (Terminal Marítimo)	Impactos na infraestrutura portuária	Engenheiros navais, operadores de equipamentos
2014-2016	Nova Tamoios – Contorno Sul	Expansão rodoviária, remoção de moradias	Trabalhadores da construção civil, engenheiros rodoviários
2014-2017	Nova Tamoios – Subtrecho Serra	Impacto ambiental na Serra do Mar	Operários especializados em túneis, técnicos em geologia
2015-2017	Nova Tamoios – Contorno Norte	Melhoria da acessibilidade regional	Trabalhadores da construção, engenheiros civis

FONTE: TEIXEIRA, 2013.

A modernização do Litoral Norte de São Paulo, especialmente entre os anos de 2008 e 2017, foi marcada pela implementação de megaprojetos relacionados à cadeia do petróleo e gás, como a Plataforma de Mexilhão, a Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba (UTGCA), o Gasoduto de Transporte (GASTAU), os projetos de produção no campo de Tupi, além da ampliação do Porto de São Sebastião.

Esses empreendimentos promoveram significativas transformações na região, tanto em termos econômicos quanto sociais e ambientais, e exigiram a presença de uma força de trabalho especializada, como engenheiros, técnicos e operadores, o que evidenciou um déficit estrutural na qualificação local.

Segundo Ricci (2013), o Litoral Norte paulista sofreu um processo de modernização tardia, ou seja, uma modernização que ocorreu em um momento posterior ao de outras regiões, sem que houvesse previamente a infraestrutura institucional, educacional e urbana adequada para absorver tal transformação. Assim, esses investimentos chegaram a uma região que ainda não possuía um sistema educacional técnico e superior robusto, o que gerou um descompasso entre o avanço produtivo e a capacidade de resposta local no campo da formação profissional.

No entanto, os efeitos desses grandes projetos, associados ao aumento populacional causado pela migração de trabalhadores e pela urbanização acelerada, estimularam o surgimento e o fortalecimento de instituições públicas de ensino técnico e superior na região. A instalação de unidades do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), a ampliação da atuação da UNESP e de outras instituições públicas e privadas podem ser entendidas como respostas à nova configuração socioeconômica da região.

O crescimento populacional e a diversificação econômica impuseram ao poder público a necessidade de oferecer formação qualificada à população local, promovendo uma integração mais justa aos novos mercados de trabalho gerados pelos investimentos.

Essa reorganização institucional também pode ser percebida nos dados de empregabilidade ao longo das últimas décadas. Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), no ano 2000, a economia da região era baseada principalmente em atividades sazonais ligadas ao turismo, com predomínio de empregos informais e baixos índices de formalização.

Em 2010, com a instalação dos megaprojetos, houve um aumento expressivo da geração de empregos formais, sobretudo nas áreas de construção civil, petróleo e gás, especialmente em cidades como Caraguatatuba e São Sebastião. Já em 2020, apesar dos desafios impostos pela pandemia, a presença consolidada de instituições educacionais e a maior diversificação da economia regional permitiram

certa resiliência do mercado de trabalho, com avanços em setores como logística, saúde e serviços públicos.

Mais recentemente, São Sebastião foi a cidade do Litoral Norte com maior geração de empregos formais em 2023, evidenciando os frutos de um processo de modernização que, ainda que tardio, começa a apresentar resultados positivos para a população local e em 2024, tal destaque veio para o município de Caraguatatuba.

Compreender esse processo exige também um olhar mais aprofundado sobre o próprio conceito de desenvolvimento. Para explicar melhor esse conceito, pode-se utilizar o termo produtividade social, que se refere não apenas à quantidade e à qualidade da produção de bens e serviços em uma determinada comunidade e em um certo período, mas também à forma como esses bens e serviços contribuem para o bem-estar coletivo e como são distribuídos entre os grupos sociais.

A simples produção de bens de luxo, por exemplo, deve ser questionada quanto ao real benefício que traz à sociedade como um todo, visto que os fatores de produção — geralmente escassos — poderiam ser alocados na geração de bens e serviços essenciais a uma parcela mais ampla da população (VIEIRA, 2009).

Nesse sentido, o desenvolvimento não deve ser analisado apenas pela ótica econômica, mas sim como um fenômeno multidimensional e interdisciplinar. De acordo com Santos et al. (2012), o debate sobre o desenvolvimento precisa considerar simultaneamente quatro dimensões: econômica, política, social e ambiental. Tais dimensões estão intrinsecamente interligadas, e sua análise não pode ser feita de forma fragmentada.

Além disso, os autores ressaltam que o desenvolvimento envolve aspectos subjetivos, e que diferentes povos e culturas podem compreender e definir o desenvolvimento de maneiras distintas, conforme suas expectativas e realidades.

Quando observamos experiências internacionais, nota-se que muitos dos países com elevados índices de desenvolvimento também apresentam altos investimentos em educação, ciência e tecnologia. Isso evidencia uma relação direta entre desenvolvimento sustentável e o fortalecimento de sistemas educacionais robustos.

A educação, além de promover a inclusão social, também é responsável por criar condições para a inovação, o crescimento econômico e a melhoria da qualidade de vida. No caso do Litoral Norte Paulista, a ampliação da oferta de

ensino técnico e superior tem sido essencial para preparar a população local para novos desafios econômicos e sociais, contribuindo para elevar a produtividade social e melhorar a distribuição dos benefícios gerados pelos investimentos.

Esse processo também pode ser analisado à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), conforme discutido por Gomes (2024). Segundo o autor, o avanço dos ODS no Brasil depende diretamente da articulação entre políticas públicas, investimentos em infraestrutura, acesso à educação e planejamento territorial.

A realidade do Litoral Norte paulista mostra avanços importantes em alguns desses objetivos. O ODS 4 (Educação de Qualidade) tem sido atendido por meio da expansão da oferta de ensino técnico e superior, enquanto o ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) vem se concretizando com a geração de empregos qualificados e formais.

O ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura) se reflete na modernização regional impulsionada pelos megaprojetos, ao passo que o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) coloca em evidência os desafios de planejamento urbano que surgiram com a rápida urbanização. Já o ODS 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima) impõe a necessidade de repensar os impactos ambientais causados pelos empreendimentos e de adotar práticas mais sustentáveis no futuro.

Em síntese, o desenvolvimento do Litoral Norte paulista é um processo multifacetado e interdependente, que envolveu a chegada de grandes empreendimentos econômicos, o crescimento populacional, a expansão de instituições educacionais e transformações no mercado de trabalho. Trata-se de um caso emblemático em que a modernização não foi apenas técnica ou econômica, mas social e institucional.

Como nos lembra a literatura sobre o tema, o desenvolvimento é um processo social global. A definição de uma tipologia do desenvolvimento decorre da necessidade de classificá-lo em econômico, político, social ou cultural por razões metodológicas quanto ao tratamento de um desses sentidos. Dessa forma, a experiência do Litoral Norte evidencia a importância de articular essas dimensões para alcançar um desenvolvimento verdadeiramente sustentável, equitativo e baseado no conhecimento.

3.2.1 CEETEPS - ETECS E FATEC NO LITORAL NORTE DE SP

O Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) foi criado em 1969 com o objetivo de organizar os primeiros cursos superiores de tecnologia em São Paulo. Inicialmente vinculado à Secretaria da Educação e à Secretaria da Fazenda, o CEETEPS expandiu suas atividades ao longo dos anos, absorvendo unidades já existentes da rede estadual de ensino e construindo novas escolas técnicas de nível médio e superior.

Em 1976, o CEETEPS foi transformado em autarquia de regime especial e incorporado à Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), tornando-se uma instituição fundamental para a educação profissional no estado.
A primeira Escola Técnica Estadual (ETEC) foi criada com a missão de suprir a crescente necessidade de formação profissional para o setor industrial e comercial.

Com o passar do tempo, a expansão das ETECs e Faculdades de Tecnologia (FATECs) foi pautada em critérios como a demanda do mercado de trabalho local, indicadores socioeconômicos e educacionais e parcerias com prefeituras e empresas.

O planejamento estratégico estadual buscou garantir a distribuição equilibrada dessas instituições, permitindo que a educação técnica chegasse a diferentes regiões do estado.

O desenvolvimento tardio do Litoral Norte Paulista, abrangendo Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela, esteve diretamente ligado à escassez de infraestrutura de transportes até meados do século XX.

A falta de estradas e ferrovias adequadas impediu a integração econômica da região, resultando em um crescimento econômico mais lento em comparação com outras áreas do estado.

A abertura de rodovias como a Rio-Santos (BR-101) e a Tamoios (SP-099) na década de 1970 promoveu uma maior conectividade da região com os centros urbanos, impulsionando o turismo e atraindo investimentos. No entanto, esse desenvolvimento trouxe desafios, especialmente quanto à necessidade de qualificação da mão de obra local.

Diante desse cenário, a instalação de unidades do CEETEPS no Litoral Norte tornou-se essencial para garantir a formação profissional da população e promover o desenvolvimento sustentável da região. A ETEC de São Sebastião foi criada com

cursos focados nas necessidades do setor portuário e industrial, incluindo Técnico em Logística, Técnico em Administração e Técnico em Meio Ambiente.

A ETEC de Caraguatatuba foi implantada visando qualificação para os setores de comércio, turismo e indústria, oferecendo cursos como Técnico em Informática, Técnico em Administração e Técnico em Hospedagem. Já a ETEC de Ubatuba buscou atender setores como turismo e meio ambiente, com cursos em Técnico em Meio Ambiente, Técnico em Administração e Técnico em Turismo.

A criação da FATEC de São Sebastião representou um avanço na capacitação profissional da região, oferecendo cursos superiores de tecnologia voltados à gestão portuária e logística. A presença dessas instituições contribuiu significativamente para a geração de emprego e renda, possibilitando que os moradores da região se qualificassem para atuar em setores estratégicos.

A expansão das ETECs e FATECs no Litoral Norte reflete a importância da educação profissional para o desenvolvimento regional. A falta de mão de obra qualificada é um obstáculo ao crescimento econômico sustentável, conforme apontam estudos que evidenciam a necessidade de trabalhadores capacitados em áreas como turismo, construção civil e serviços. Para mitigar esse desafio, a formação técnica deve ser ampliada e adaptada às demandas do mercado local.

O Instituto Federal de São Paulo (IFSP) de Caraguatatuba também desempenha um papel essencial nesse processo, oferecendo cursos técnicos e superiores que atendem às necessidades emergentes da região, especialmente nos setores portuário e industrial. Além disso, a colaboração entre instituições de ensino, governos municipais e setor privado pode fortalecer ainda mais a capacitação profissional, com programas específicos voltados às particularidades econômicas e culturais do Litoral Norte.

A promoção de uma educação inclusiva e de qualidade, conforme preconiza o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4, é essencial para garantir que a população local tenha as habilidades necessárias para aproveitar as oportunidades econômicas que surgem com o crescimento da região. A modernização do Litoral Norte, impulsionada por megaprojetos de infraestrutura e ampliação do Porto de São Sebastião, exige uma força de trabalho qualificada, capaz de atender às novas exigências do mercado.

Dessa forma, a qualificação da mão de obra local torna-se um elemento fundamental para sustentar o crescimento econômico do Litoral Norte Paulista. A educação profissional não apenas amplia as oportunidades de emprego, mas também promove a inclusão social e reduz desigualdades, garantindo que o desenvolvimento regional seja sustentável e equitativo.

3.2.2 ETEC DE SÃO SEBASTIÃO

São Sebastião, localizado no Litoral Norte do estado de São Paulo, tem passado por transformações significativas ao longo das últimas décadas. Entre 2010 e 2022, sua população cresceu 10,3%, passando de 73.942 para 81.540 habitantes.

Esse aumento reflete mudanças na dinâmica socioeconômica do município, mas não foi acompanhado por um avanço proporcional na qualificação da mão de obra e no acesso ao ensino superior, o que pode comprometer o desenvolvimento sustentável da região.

Em 2010, mais da metade da população possuía apenas o ensino fundamental incompleto, enquanto a taxa de ensino superior completo era inferior à média nacional e estadual. Essa defasagem educacional evidencia desafios estruturais, como a falta de instituições de ensino técnico e superior acessíveis, a baixa demanda por qualificação profissional e a escassez de oportunidades educacionais na região.

Desde a década de 1980, o estado de São Paulo tem investido gradualmente na expansão da educação técnica para atender às demandas do mercado de trabalho. No entanto, a interiorização dessa modalidade de ensino ocorreu de forma lenta, especialmente no Litoral Norte, onde as oportunidades educacionais eram limitadas.

No início dos anos 2000, esse cenário começou a mudar com a criação das Escolas Técnicas Estaduais (ETECs), que visavam suprir a crescente necessidade por formação profissionalizante em áreas estratégicas, como administração, tecnologia, saúde e infraestrutura. Esse movimento de expansão teve como objetivo alinhar a formação dos jovens paulistas às exigências do mercado de trabalho, que demandava profissionais mais qualificados para setores em crescimento.

No Litoral Norte, a necessidade de qualificação profissional tornou-se ainda mais evidente com os projetos de modernização da infraestrutura regional. São

Sebastião, historicamente marcado por desafios educacionais e estruturais, passou a ser visto como um ponto estratégico para o crescimento econômico, impulsionado principalmente pelo Porto de São Sebastião, um dos mais importantes do país.

A expansão portuária e a duplicação da Rodovia dos Tamoios aumentaram a demanda por mão de obra especializada, tornando urgente a criação de instituições de ensino técnico na região.

Foi apenas em 19 de setembro de 2008, por meio do DECRETO Nº 53.464, que a criação da ETEC de São Sebastião foi oficializada. Essa decisão representou um avanço significativo para o desenvolvimento educacional do município e foi uma resposta direta às transformações econômicas em curso. Com a implantação da ETEC, a cidade passou a contar com uma formação técnica de qualidade, conectando os jovens locais às novas oportunidades de trabalho geradas pelos megaprojetos de infraestrutura.

A ETEC de São Sebastião não apenas supriu a carência de qualificação profissional, mas também desempenhou um papel fundamental na interiorização do ensino técnico, tornando o acesso à educação mais democrático. Sua criação alinhou-se ao conceito de "destruição criadora" de Schumpeter, no qual o desenvolvimento econômico está diretamente ligado à inovação e ao empreendedorismo.

O crescimento populacional do município, aliado à modernização de setores estratégicos como o turismo, a pesca e a indústria naval, representa uma oportunidade para impulsionar a economia local, desde que haja investimentos contínuos em capacitação profissional.

No entanto, os desafios persistem. A expansão da educação técnica no Litoral Norte deve ser acompanhada de políticas públicas que garantam a inclusão dos jovens no mercado de trabalho. Medidas redistributivas, como bolsas de estudo e incentivos à formação profissional, podem ampliar o acesso ao ensino superior e técnico.

Além disso, políticas regulatórias podem exigir que empresas beneficiadas pelo crescimento da região invistam na capacitação de trabalhadores locais.

QUADRO 3: Cursos Iniciais ETEC São Sebastião

Curso Técnico	Número de Vagas Iniciais	Relação com a Demanda Local
Logística	Dados não disponíveis	Atende às necessidades do setor portuário e de transporte, fundamentais para a movimentação de cargas e gestão de estoques no porto local.
Administração	Dados não disponíveis	Forma profissionais para gerenciar recursos e processos nas indústrias e empresas de serviços da região, contribuindo para a eficiência operacional.
Meio Ambiente	Dados não disponíveis	Capacita técnicos para monitorar e gerir questões ambientais, essenciais em uma cidade com intensa atividade portuária e projetos de infraestrutura que demandam cuidados com o meio ambiente.

Fonte: CEETEPS.

A ampliação do Porto de São Sebastião e a construção de novos acessos rodoviários, como a melhoria da mobilidade regional, eram apenas alguns dos fatores que transformavam a cidade em um polo econômico em crescimento. Com isso, a ETEC se tornou um centro fundamental para a formação de profissionais qualificados, que pudessem atender às exigências de um mercado de trabalho cada vez mais dinâmico e especializado.

A educação técnica oferecida pela ETEC se alinhou diretamente às demandas dos megaprojetos, formando profissionais para setores-chave como logística, administração, meio ambiente e tecnologia, áreas diretamente impactadas pelo intenso fluxo de atividades portuárias e industriais da cidade. Ao refletirmos sobre o tempo que separa a criação da ETEC de São Sebastião da inauguração da primeira unidade da rede de ETECs, podemos observar um movimento gradual, que culminou na implantação dessa unidade no Litoral Norte.

A criação da ETEC de São Sebastião, em 2008, embora tardia em relação a outras regiões do estado, reflete a urgência da cidade em se modernizar para acompanhar o ritmo acelerado das mudanças econômicas e o impacto dos megaprojetos em curso. De acordo com os dados mais recentes disponíveis, referentes ao Censo Demográfico de 2010 do IBGE, a distribuição da população residente em São Sebastião (SP) por nível de instrução era a seguinte:

TABELA 08 : NÍVEL DE INSTRUÇÃO DA POPULAÇÃO DE SÃO SEBASTIÃO

Nível de Instrução	**População (%)**
Sem instrução ou fundamental incompleto	50,2%
Ensino fundamental completo ou médio incompleto	34,1%
Ensino médio completo ou superior incompleto	7,8%
Superior completo	7,9%

Fonte:IBGE CIDADES, 2010.

Os dados educacionais de São Sebastião em 2010 evidenciam um desafio significativo no que diz respeito ao acesso e à conclusão da educação formal. O fato de que mais da metade da população (50,2%) não havia completado o ensino fundamental sugere limitações estruturais na oferta e na qualidade do ensino, além de possíveis dificuldades socioeconômicas que impactaram a trajetória escolar dos moradores. Paralelamente, o baixo percentual de conclusão do ensino superior (7,9%) reforça a necessidade de políticas públicas voltadas para a ampliação do acesso à educação em níveis mais elevados.

Com o aumento da população para 81.540 pessoas em 2022, um crescimento de 10,3% em relação a 2010, é crucial analisar se os indicadores educacionais acompanharam esse avanço demográfico. Esse crescimento pode estar relacionado a fatores como expansão urbana, migração e dinâmicas econômicas locais, mas também levanta questionamentos sobre a capacidade do município de oferecer infraestrutura educacional adequada para uma população crescente.

Outro ponto de reflexão é a relação entre escolaridade e oportunidades no mercado de trabalho. Em um município marcado pela sazonalidade econômica do turismo e pela dependência de atividades ligadas ao porto e à indústria petrolífera, o nível educacional influencia diretamente o acesso a empregos mais qualificados e melhor remunerados.

Se os índices de escolaridade não tiverem avançado significativamente, a população pode continuar enfrentando dificuldades para ingressar em setores que exigem maior qualificação.Além disso, a desigualdade educacional dentro do município deve ser considerada. Muitas vezes, os bairros mais afastados dos centros urbanos têm menos acesso a escolas de qualidade, refletindo desigualdades regionais no desenvolvimento da infraestrutura educacional.

Por fim, os dados do Censo de 2022 podem oferecer uma visão mais detalhada da evolução desses indicadores, permitindo uma análise mais precisa sobre o impacto das políticas educacionais adotadas ao longo da última década e apontando desafios e oportunidades para a melhoria da educação em São Sebastião.

Quadro 4 : Cursos ETEC de São Sebastião 2024

Curso	Número de Vagas	Relação com a Demanda Local
Administração	40	Alta demanda no setor público e privado para gestão empresarial, financeira e administrativa.
Meio Ambiente	40	Essencial para o setor portuário, turismo sustentável e políticas ambientais locais.
Desenvolvimento de Sistemas (EaD)	30	Crescente necessidade de profissionais de TI para negócios e serviços digitais.
Guia de Turismo (EaD)	30	Setor turístico é um dos principais motores da economia local.
Secretariado (EaD)	30	Relevante para empresas privadas, órgãos públicos e comércio local.
Transações Imobiliárias (EaD)	30	Expansão imobiliária impulsionada pelo turismo e crescimento populacional.
Marketing (M-Tec-PI)	40	Importante para o setor comercial, turístico e digital.
Nutrição e Dietética (M-Tec)	40	Necessário para estabelecimentos de alimentação, hospitais e setor hoteleiro.
Logística (AMS)	40	Fundamental para o Porto de São Sebastião e transportadoras.
Gestão de Projetos (Especialização Técnica - EaD)	30	Importante para planejamento estratégico de empresas e obras locais.

Fonte: CEETEPS.

O impacto das políticas públicas nos últimos anos, como programas de inclusão educacional, investimento em ensino técnico e superior e a eficácia da rede municipal de ensino, são aspectos que merecem investigação para compreender se houve avanços significativos.

A implantação da ETEC de São Sebastião, uma das principais instituições de ensino técnico do Litoral Norte de São Paulo, foi uma resposta estratégica à crescente demanda por mão de obra qualificada, impulsionada pela expansão da infraestrutura portuária e industrial da cidade.

Ao longo dos anos, essa instituição desempenhou um papel crucial no desenvolvimento da região, proporcionando aos jovens locais oportunidades de inserção no mercado de trabalho.

A ETEC e outras escolas técnicas da região se tornaram pilares fundamentais na formação profissional, ajudando a moldar o perfil da força de trabalho local e promovendo o protagonismo juvenil no processo de desenvolvimento regional.

Entretanto, ao longo das décadas, as instituições de ensino técnico e superior do Litoral Norte paulista enfrentaram diversos desafios para se manterem alinhadas às necessidades de um mercado de trabalho em constante transformação.

Entre os maiores obstáculos, destaca-se a falta de investimentos contínuos em educação profissional. Muitas dessas instituições sofreram com a infraestrutura inadequada, a carência de equipamentos modernos e currículos desatualizados, o que comprometia a qualidade do ensino e o preparo dos alunos para as exigências do mercado. Além disso, a escassez de docentes qualificados, especialmente em áreas técnicas mais especializadas, também se revelou um fator limitante para a implementação de programas de ensino de alta qualidade.

Um desafio adicional que essas instituições enfrentaram foi a necessidade constante de adaptação dos cursos às rápidas mudanças tecnológicas e às novas exigências do mercado de trabalho. Desde os anos 1980, a evolução das tecnologias industriais, digitais e portuárias, tão presentes no cotidiano do Litoral Norte, exigiu uma revisão constante dos currículos e metodologias de ensino.

No entanto, essa adaptação nem sempre ocorreu de maneira eficiente ou no tempo necessário, resultando em um descompasso entre o ensino oferecido e as competências exigidas pelo setor produtivo.

Essa defasagem gerou um distanciamento entre a formação dos alunos e a realidade do mercado de trabalho, dificultando a inserção plena dos formandos no mercado local.

Outro problema recorrente nas instituições de ensino técnico e superior da região foi a alta taxa de evasão e abandono escolar, embora as vagas oferecidas continuem sendo amplamente preenchidas. Apesar da grande demanda e da importância dessas instituições para o desenvolvimento regional, muitos alunos desistem dos cursos antes de concluí-los.

A falta de políticas públicas eficazes voltadas à permanência estudantil é uma das causas centrais desse fenômeno. Muitos jovens enfrentam dificuldades econômicas, familiares e de transporte que impactam diretamente na sua continuidade nos cursos, além da carência de apoio pedagógico e psicológico adequado.

A evasão é um desafio persistente que precisa ser enfrentado com estratégias mais robustas, como a oferta de bolsas permanência, programas de apoio à inclusão social e ações que garantam a acessibilidade.

Além disso, as unidades do Centro Paula Souza (CEETEPS), responsáveis pela gestão das ETECs e FATECs no estado de São Paulo, têm enfrentado uma significativa redução nos investimentos nos últimos anos. Enquanto o governo estadual tem direcionado recursos para a profissionalização nas escolas estaduais, com um foco diferente do que as ETECs e FATECs oferecem, as escolas técnicas enfrentam dificuldades para manter sua qualidade de ensino.

O recorte das políticas educacionais do Estado de São Paulo para a profissionalização nas escolas estaduais tem se concentrado em uma abordagem mais ampla, sem considerar as especificidades da formação técnica de nível médio e superior, que é o foco das ETECs e FATECs. Isso tem gerado um descompasso entre as expectativas e as realidades do ensino profissionalizante na região, comprometendo a capacidade dessas instituições de formar profissionais altamente qualificados.

Para superar essas dificuldades, várias estratégias têm sido adotadas ao longo do tempo. A parceria entre as instituições de ensino e o setor produtivo é uma delas. Através de programas de estágio, aprendizagem e o desenvolvimento de

projetos conjuntos, tem sido possível aproximar o ensino da prática, tornando-o mais alinhado às necessidades do mercado.

Além disso, políticas públicas educacionais, tanto estruturais quanto conjunturais, tiveram um papel importante na melhoria da oferta de cursos, como a criação de novas unidades de ensino e a adaptação dos currículos às novas demandas do mercado. Políticas distributivas também têm sido aplicadas, com o objetivo de garantir que estudantes de baixa renda tenham acesso a bolsas de estudo e incentivos financeiros, contribuindo para a inclusão social.

Entretanto, para que a educação técnica e superior no Litoral Norte de São Paulo continue a ser um motor de transformação social e econômica, é fundamental que as futuras políticas educacionais adotem um caráter mais estruturante. É necessário garantir investimentos contínuos na infraestrutura das escolas técnicas e universidades, além de fortalecer as conexões entre o ensino e a inovação tecnológica.

Os currículos precisam ser constantemente atualizados para acompanhar as mudanças nas áreas industriais e portuárias, assim como o crescimento das novas tecnologias. Além disso, é essencial o fortalecimento de políticas de permanência estudantil, a criação de programas de apoio à formação de docentes qualificados e a implementação de estratégias de inclusão e acessibilidade para garantir que todos os segmentos da população tenham acesso a um ensino técnico e superior de qualidade.

Somente com uma atuação integrada entre o poder público, as instituições de ensino e o setor produtivo será possível garantir que a educação técnica e superior continue sendo uma base sólida para o desenvolvimento sustentável e inclusivo da região. Com o fortalecimento das ETECs e FATECs, será possível não só atender às crescentes demandas do mercado de trabalho, mas também formar cidadãos mais preparados para os desafios do futuro, promovendo, assim, um desenvolvimento regional que beneficie toda a sociedade.

3.2.3 ETEC DE CARAGUATATUBA

Caraguatatuba, localizado no Litoral Norte do estado de São Paulo, tem passado por transformações significativas ao longo das últimas décadas. Entre 2010 e 2022, sua população cresceu expressivamente, tornando-se a cidade com o maior crescimento populacional da região, de acordo com o IBGE.

Em 2010, o município tinha 100.899 habitantes, número que saltou para 134.875 em 2022, representando um crescimento de aproximadamente 33,7% em doze anos. Esse aumento populacional reflete mudanças na dinâmica socioeconômica do município, impulsionadas por fatores como a expansão do setor imobiliário, a migração de pessoas em busca de melhor qualidade de vida e a ampliação do turismo e dos serviços.

Apesar desse crescimento, o avanço na qualificação da mão de obra e no acesso ao ensino superior não acompanhou a mesma velocidade, o que pode comprometer o desenvolvimento sustentável da região. Em 2010, grande parte da população possuía apenas o ensino fundamental incompleto, enquanto a taxa de ensino superior completo era inferior à média nacional e estadual.

Essa defasagem educacional evidencia desafios estruturais, como a falta de instituições de ensino técnico e superior acessíveis, a baixa demanda por qualificação profissional e a escassez de oportunidades educacionais na região.

Desde a década de 1980, o estado de São Paulo tem investido gradualmente na expansão da educação técnica para atender às demandas do mercado de trabalho. No entanto, a interiorização dessa modalidade de ensino ocorreu de forma lenta, especialmente no Litoral Norte, onde as oportunidades educacionais eram limitadas.

Atualmente, a cidade conta com algumas instituições de ensino superior e técnico, como polos da ETEC e IFSP, além de unidades de universidades privadas que oferecem cursos presenciais e à distância. Contudo, ainda há a necessidade de maior oferta de cursos presenciais e técnicos voltados para as demandas locais, como turismo, pesca, meio ambiente e tecnologia.

Com base nos dados disponíveis dos Censos Demográficos do IBGE para os anos de 2010 e 2022, apresentamos a seguinte tabela comparativa sobre o nível de instrução no município de Caraguatatuba:

TABELA 9 : Nível de instrução da população de Caraguatatuba

Nível de Instrução	**2010 (%)**	**2022 (%)**
Sem instrução e fundamental incompleto	43,5	Dados não disponíveis
Fundamental completo e médio incompleto	24,8	Dados não disponíveis
Médio completo e superior incompleto	27,0	Dados não disponíveis
Superior completo	4,7	Dados não disponíveis

FONTE: IBGE CIDADES, 2010.

Os dados referentes a 2010 foram obtidos a partir do Censo Demográfico realizado pelo IBGE. Já em relação a 2022, o instituto divulgou até o momento apenas a taxa de alfabetização de Caraguatatuba, que corresponde a 96,49%. Informações mais detalhadas sobre a distribuição dos níveis de instrução ainda não foram disponibilizadas.

É importante notar que, entre 2010 e 2022, Caraguatatuba apresentou um aumento populacional significativo, passando de 100.840 habitantes em 2010 para 134.875 em 2022, representando um crescimento de 33,75%

No início dos anos 2000, esse cenário começou a mudar com a criação das Escolas Técnicas Estaduais (ETECs) e da Faculdade de Tecnologia (FATEC), que visavam suprir a crescente necessidade por formação profissionalizante em áreas estratégicas, como administração, tecnologia, saúde e infraestrutura. Esse movimento de expansão teve como objetivo alinhar a formação dos jovens paulistas às exigências do mercado de trabalho, que demandava profissionais mais qualificados para setores em crescimento.

No Litoral Norte, a necessidade de qualificação profissional tornou-se ainda mais evidente com os projetos de modernização da infraestrutura regional. Caraguatatuba, historicamente marcada por desafios educacionais e estruturais, passou a ser vista como um polo estratégico para o crescimento econômico, impulsionado pelo comércio, pelo turismo e pela ampliação dos serviços públicos e privados.

A construção da Rodovia dos Tamoios e a proximidade com o Porto de São Sebastião aumentaram a demanda por mão de obra especializada, tornando urgente a criação de instituições de ensino técnico na região. Em resposta a essa necessidade, foi criada a ETEC de Caraguatatuba, que passou a oferecer cursos técnicos em diversas áreas, além da implantação da FATEC, ampliando as oportunidades de formação para os jovens da cidade.

A presença da ETEC em Caraguatatuba não apenas supriu a carência de qualificação profissional, mas também desempenhou um papel fundamental na interiorização do ensino técnico e superior, tornando o acesso à educação mais democrático. Sua criação alinhou-se ao conceito de "destruição criadora" de Schumpeter, no qual o desenvolvimento econômico está diretamente ligado à inovação e ao empreendedorismo.

A criação da Escola Técnica Estadual (ETEC) de Caraguatatuba, oficializada pelo Decreto nº 54.731 em 1º de setembro de 2009, foi uma resposta estratégica às necessidades específicas do Litoral Norte paulista. Historicamente, essa região enfrentou um desenvolvimento econômico mais tardio em comparação a outras áreas do estado de São Paulo, devido a fatores como isolamento geográfico e infraestrutura limitada.

Quadro 5: **Cursos iniciais da ETEC de Caraguatatuba**

Cursos	Número de vagas	Relação com a demanda local
Técnico em Administração	40	Necessário para a crescente demanda por profissionais administrativos em empresas e órgãos públicos da região.
Técnico em Logística	40	Essencial para o setor de transporte e abastecimento, devido ao crescimento do comércio e da construção civil.
Técnico em Informática para Internet	40	Alta necessidade de profissionais para suporte técnico e desenvolvimento digital no comércio e serviços.

FONTE: CEETEPS.

Os cursos técnicos oferecidos na ETEC de Caraguatatuba foram estruturados para atender a uma demanda local crescente por formação qualificada nas áreas de gestão, tecnologia da informação e logística. Com aulas na modalidade presencial e no período noturno, essas formações foram pensadas para se ajustar à realidade do município, permitindo que os jovens pudessem conciliar os estudos com o trabalho, oferecendo uma oportunidade valiosa de qualificação profissional.

A crescente demanda por profissionais capacitados, resultado do crescimento populacional e da modernização dos setores estratégicos como turismo, comércio e indústria de serviços, representa uma oportunidade significativa para impulsionar a economia local. No entanto, o sucesso desse processo está intrinsecamente ligado a investimentos contínuos em educação, capacitação profissional e, sobretudo, à implementação de políticas públicas que garantam não só o acesso, mas também a permanência e a conclusão dos cursos.

Embora as vagas oferecidas pela ETEC fossem amplamente preenchidas, a realidade é que muitos estudantes enfrentavam dificuldades que resultavam em evasão e abandono escolar. Este fenômeno é particularmente grave, pois compromete o potencial da educação técnica de se tornar um verdadeiro motor de desenvolvimento regional.

A falta de apoio financeiro e logístico, como transporte e moradia, aliada à escassez de políticas públicas voltadas para a permanência estudantil, tem sido um obstáculo significativo para muitos alunos, que acabam desistindo antes de concluir seus cursos. Além disso, a dificuldade de conciliar a rotina escolar com as necessidades econômicas e familiares também impacta diretamente na permanência dos estudantes.

A evasão escolar, especialmente no ensino técnico, prejudica o alcance do objetivo de qualificação da força de trabalho local, frustrando as expectativas de jovens que buscam uma formação para melhorar sua inserção no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, contribuindo para a escassez de profissionais qualificados nas áreas demandadas pela economia local.

Outro aspecto importante é que os cursos que envolvem tanto o ensino médio quanto o técnico apresentaram um índice mais elevado de permanência. A junção desses dois níveis de ensino oferece uma base sólida de qualificação que pode ser extremamente vantajosa para os alunos, pois permite que eles se preparem não

apenas para o mercado de trabalho imediato, mas também para possíveis formações acadêmicas superiores.

No entanto, a falta de políticas públicas voltadas à permanência dos alunos é um desafio contínuo. Não basta apenas garantir o acesso ao ensino técnico, mas é fundamental criar condições que incentivem a continuidade dos estudos e a conclusão do curso. Medidas como a oferta de bolsas de permanência, apoio psicossocial, e a criação de programas de assistência estudantil são imprescindíveis para evitar que os alunos abandonem seus estudos no meio do caminho.

QUADRO 6: **Cursos ETEC Caraguatatuba 2024**

Curso	**Número de Vagas**	**Relação com a Demanda Local**
Administração (EaD - On-line)	Dados não disponíveis	Necessidade de gestores capacitados no comércio e indústria locais.
Comércio (EaD - On-line)	Dados não disponíveis	Atende ao setor comercial em expansão, especialmente com o crescimento de pequenos e médios empreendimentos.
Desenvolvimento de Sistemas (EaD -On-line)	Dados não disponíveis	Responde à demanda por profissionais de TI.
Gastronomia	Dados não disponíveis	Alinha-se ao fortalecimento do setor gastronômico, atraindo turistas e valorizando a culinária regional.
Guia de Turismo (EaD - On-line)	Dados não disponíveis	Forma profissionais para conduzir e informar turistas, enriquecendo a experiência turística na região.
Logística	Dados não disponíveis	Essencial para otimizar a cadeia de suprimentos das indústrias e do comércio local.
Nutrição e Dietética	Dados não disponíveis	Atende à crescente preocupação com a saúde e bem-estar, tanto em estabelecimentos de saúde quanto em restaurantes.
Recursos Humanos	Dados não disponíveis	Profissionais aptos a gerenciar o capital humano nas empresas locais.
Secretariado (EaD - On-line)	Dados não disponíveis	Assessorar executivos e gerenciar atividades administrativas.
Transações Imobiliárias (EaD - On-line)	Dados não disponíveis	Atende ao mercado imobiliário em expansão, impulsionado pelo desenvolvimento urbano e turístico.

Fonte: CEETEPS.

Medidas redistributivas, como bolsas de estudo, incentivos fiscais e outros benefícios financeiros, podem ser decisivas para ampliar o acesso de jovens de baixa renda ao ensino técnico e superior. O fortalecimento de parcerias entre as instituições de ensino, o setor privado e o poder público também é essencial.

Empresas que se beneficiam do crescimento econômico da região, seja no setor de turismo, comércio ou indústria de serviços, podem e devem ser incentivadas a investir na capacitação dos trabalhadores locais, criando programas de estágio e desenvolvimento profissional que possibilitem a inclusão de jovens no mercado de trabalho.

A instalação da ETEC em Caraguatatuba visou exatamente suprir a carência de mão de obra qualificada, oferecendo cursos alinhados às necessidades do mercado local. No entanto, para que o impacto desse investimento seja realmente duradouro e transformador, é necessário que o desenvolvimento educacional seja acompanhado por políticas de permanência estudantil e estratégias de qualificação contínua, que garantam que os alunos possam concluir suas formações e ingressar com sucesso no mercado de trabalho.

A implantação da ETEC de Caraguatatuba foi uma resposta à necessidade de formação profissional qualificada para suprir a demanda crescente gerada pelo desenvolvimento econômico da cidade, impulsionado pelo crescimento do setor comercial, industrial e turístico.

Dessa forma, a instituição desempenhou um papel crucial na capacitação de jovens e adultos, promovendo a inclusão social e fortalecendo o mercado de trabalho local. No entanto, ao longo das décadas, as instituições de ensino técnico e superior em Caraguatatuba enfrentaram desafios significativos para se adaptar às exigências do mercado de trabalho e às transformações tecnológicas.

Entre as principais dificuldades enfrentadas pelas instituições de ensino técnico e superior da cidade entre 1980 e 2024, destaca-se a falta de investimentos contínuos na educação profissional. Muitas dessas instituições tiveram que lidar com infraestrutura inadequada, falta de equipamentos modernos e currículos desatualizados em relação às demandas do mercado. Além disso, a carência de professores qualificados em determinadas áreas técnicas dificultou a implementação de programas de ensino de alta qualidade.

Outro desafio relevante foi a necessidade de adaptar os cursos às mudanças tecnológicas e às novas exigências do mercado de trabalho. Desde os anos 1980, a evolução das tecnologias industriais, digitais e de serviços exigiu que as instituições revisassem seus currículos e metodologias de ensino para garantir que os estudantes adquirissem competências alinhadas às transformações do setor produtivo.

No entanto, essa adaptação nem sempre ocorreu de maneira eficiente e em tempo hábil, gerando um descompasso entre a formação oferecida e as necessidades do mercado.

Para superar essas dificuldades, diversas estratégias foram adotadas ao longo do tempo. Uma delas foi a ampliação das parcerias entre instituições de ensino e o setor produtivo, permitindo estágios, programas de aprendizagem e desenvolvimento de projetos conjuntos.

Essa aproximação contribuiu para tornar o ensino mais prático e alinhado às demandas do mercado. Além disso, políticas públicas educacionais tiveram um papel fundamental na estruturação do ensino técnico e superior da cidade.

As políticas públicas podem ser classificadas de diversas formas, conforme Teixeira (2002). No caso das instituições de ensino técnico e superior de Caraguatatuba, diferentes tipos de políticas foram aplicados.

As políticas estruturais foram fundamentais para criar e expandir unidades de ensino, enquanto políticas conjunturais foram implementadas para atender demandas emergenciais do mercado, como a criação de cursos voltados para setores específicos. Políticas distributivas garantiram bolsas de estudo e incentivos financeiros para estudantes de baixa renda, e políticas regulatórias ajudaram a estabelecer padrões de ensino e certificação.

Para garantir um desenvolvimento sustentável e inclusivo da educação técnica e superior na região, é essencial que futuras políticas educacionais adotem um caráter mais estruturante, garantindo investimentos contínuos na infraestrutura das escolas técnicas e universidades.

Além disso, é necessário fortalecer as conexões entre educação e inovação tecnológica, garantindo que os cursos sejam constantemente atualizados para acompanhar as transformações do mercado de trabalho.

A colaboração entre universidades, institutos de pesquisa e o setor empresarial deve ser fortalecida para impulsionar a criação de programas inovadores e laboratórios de tecnologia aplicada, onde estudantes possam desenvolver projetos alinhados às necessidades da indústria local. Também é fundamental ampliar o acesso à educação a distância, garantindo que moradores das áreas mais afastadas da cidade possam se qualificar sem precisar se deslocar para outras regiões.

O incentivo à formação de docentes qualificados e o desenvolvimento de políticas redistributivas também são essenciais para ampliar o acesso ao ensino técnico e superior de qualidade para todos os segmentos da população. Dessa forma, a educação técnica em Caraguatatuba pode continuar sendo um motor de transformação social e econômica, garantindo que a cidade sustente seu crescimento e alcance o desenvolvimento de maneira sustentável e inclusiva.

Além disso, a implementação de programas de educação ambiental e gestão sustentável nas instituições de ensino pode preparar profissionais para atuar em setores estratégicos e ecologicamente conscientes, alinhando o desenvolvimento da cidade com a conservação dos recursos naturais.

3.2.4 ETEC DE UBATUBA

Ubatuba, localizada no Litoral Norte do estado de São Paulo, tem passado por transformações significativas ao longo das últimas décadas. Entre 2010 e 2022, sua população cresceu 9,8%, passando de 78.801 para 86.234 habitantes.

Entre 2010 e 2022, sua população cresceu de forma considerável, refletindo mudanças na dinâmica socioeconômica do município. No entanto, esse crescimento não foi acompanhado por um avanço proporcional na qualificação da mão de obra e no acesso ao ensino superior, o que pode comprometer o desenvolvimento sustentável da região.

Em 2010, grande parte da população possuía apenas o ensino fundamental incompleto, enquanto a taxa de ensino superior completo era inferior à média nacional e estadual. Essa defasagem educacional evidencia desafios estruturais, como a falta de instituições de ensino técnico e superior acessíveis, a baixa demanda por qualificação profissional e a escassez de oportunidades educacionais na região.

Desde a década de 1980, o estado de São Paulo tem investido gradualmente na expansão da educação técnica para atender às demandas do mercado de trabalho. No entanto, a interiorização dessa modalidade de ensino ocorreu de forma lenta, especialmente no Litoral Norte, onde as oportunidades educacionais eram limitadas.

No início dos anos 2000, esse cenário começou a mudar com a criação das Escolas Técnicas Estaduais (ETECs), que visavam suprir a crescente necessidade por formação profissionalizante em áreas estratégicas, como administração, tecnologia, saúde e infraestrutura. Esse movimento de expansão teve como objetivo alinhar a formação dos jovens paulistas às exigências do mercado de trabalho, que demandava profissionais mais qualificados para setores em crescimento.

No Litoral Norte, a necessidade de qualificação profissional tornou-se ainda mais evidente com os desafios enfrentados por Ubatuba, cidade historicamente marcada pelo turismo, pesca e conservação ambiental. O município, por sua localização estratégica e vocação natural para o ecoturismo, passou a demandar profissionais capacitados para lidar com a modernização do setor turístico, o fortalecimento da pesca artesanal e a implementação de iniciativas sustentáveis.

Foi apenas em 14 de outubro de 2009, por meio do DECRETO Nº 54.645, que a criação da ETEC de Ubatuba foi oficializada. Essa decisão representou um avanço significativo para o desenvolvimento educacional do município e foi uma resposta direta às necessidades locais.

Quadro 7: Cursos iniciais ETEC Ubatuba

Curso	**Número de Vagas**	**Relação com a Demanda Local**
Administração	40	Atende ao setor comercial e administrativo local
Hospedagem	40	Voltado para o turismo e hotelaria
Meio Ambiente	40	Apoia iniciativas de conservação e sustentabilidade
Informática	40	Suporte à tecnologia emergente na região

Fonte: CEETEPS.

O crescimento populacional do município, aliado ao fortalecimento de setores estratégicos como o turismo sustentável, a pesca e a gestão ambiental, representa uma oportunidade concreta para impulsionar a economia local, desde que haja investimentos contínuos e estruturados em capacitação profissional. No entanto, os desafios persistem e são cada vez mais complexos. A expansão da educação técnica no Litoral Norte deve ser acompanhada de políticas públicas consistentes que garantam a inclusão efetiva dos jovens no mercado de trabalho e também sua permanência nos processos de formação.

Em municípios como Ubatuba, por exemplo, há uma oferta relevante de cursos técnicos e profissionalizantes, em especial nas áreas centrais da cidade. Contudo, sua ampla extensão territorial e a precariedade no transporte público dificultam o acesso de estudantes residentes em bairros mais afastados, como Maranduba, Sertão da Quina ou Picinguaba.

Essa dificuldade logística é uma das principais causas de evasão e abandono escolar. A ausência de políticas públicas de permanência estudantil, como bolsas de auxílio transporte, alimentação, moradia ou até mesmo incentivos à aquisição de material didático, compromete diretamente a continuidade dos estudos por parte de jovens em situação de vulnerabilidade social.

Além disso, muitos cursos ainda não dialogam diretamente com as vocações e potencialidades locais. Em Ubatuba, por exemplo, a educação profissional precisa ser urgentemente alinhada às demandas do turismo ecológico, da agricultura sustentável, das tecnologias verdes e das iniciativas de conservação ambiental, que são eixos centrais da economia local. A desconexão entre formação e oportunidade laboral contribui para a frustração dos estudantes e o desinteresse crescente por parte de quem busca uma qualificação com sentido prático.

Medidas redistributivas, como bolsas de estudo, ampliação de programas de estágio e incentivos à formação continuada, podem contribuir significativamente para ampliar o acesso e a permanência no ensino técnico e superior. Paralelamente, políticas regulatórias devem impor contrapartidas às empresas que se beneficiam do crescimento econômico regional, exigindo que invistam na capacitação de trabalhadores locais e no desenvolvimento de programas de formação em parceria com instituições de ensino.

Quadro 8: Cursos Atuais da ETEC de Ubatuba 2024

Curso	Número de Vagas	Relação com a Demanda Local
Administração	Dados não disponíveis	Suporte ao crescimento do setor empresarial
Guia de Turismo	Dados não disponíveis	Formação essencial para o turismo sustentável
Meio Ambiente	Dados não disponíveis	Apoio às políticas de conservação ecológica
Informática para Internet	Dados não disponíveis	Expansão da tecnologia e do comércio digital
Recursos Humanos	Dados não disponíveis	Gestão e capacitação da força de trabalho local

Fonte: CEETEPS.

A implantação da ETEC de Ubatuba foi uma resposta à necessidade de formação profissional qualificada para suprir a demanda crescente gerada pelo desenvolvimento econômico da cidade, impulsionado pelo turismo, que representa a principal atividade econômica local.

Somente por meio de um conjunto articulado de políticas públicas — que contemplem acesso, permanência, inclusão e empregabilidade — será possível transformar a expansão da educação profissional em um verdadeiro motor de desenvolvimento sustentável e equitativo.

O risco de um desenvolvimento assimétrico, que beneficia poucos e exclui muitos, ainda é uma realidade concreta se não houver compromisso efetivo com a democratização da educação e com a valorização da juventude local.

Com o maior número de praias do Litoral Norte e um fluxo intenso de visitantes durante todo o ano, Ubatuba enfrenta desafios específicos relacionados à exploração massiva do turismo e à limitação orçamentária para investimentos em educação.

Dessa forma, as instituições de ensino técnico e superior desempenharam um papel fundamental na capacitação de jovens e adultos, promovendo a inclusão social e fortalecendo o mercado de trabalho local. No entanto, ao longo das décadas, essas instituições enfrentaram dificuldades para se adaptar às

necessidades específicas do município e às transformações tecnológicas e do setor turístico.

Entre os principais desafios enfrentados pelas instituições de ensino técnico e superior da cidade entre 1980 e 2024, destaca-se a falta de investimentos contínuos na educação profissional. Com um orçamento municipal reduzido, muitas dessas instituições tiveram que lidar com infraestrutura inadequada, falta de equipamentos modernos e currículos desatualizados em relação às demandas do mercado, especialmente no setor de turismo, hotelaria, gastronomia e serviços ambientais.

Além disso, a carência de professores qualificados em determinadas áreas técnicas dificultou a implementação de programas de ensino de alta qualidade.

Outro desafio relevante foi a necessidade de adaptar os cursos às mudanças tecnológicas e às novas exigências do mercado de trabalho. Desde os anos 1980, a evolução das tecnologias aplicadas ao turismo, à gestão ambiental e aos serviços exigiu que as instituições revisassem seus currículos e metodologias de ensino.

No entanto, essa adaptação nem sempre ocorreu de maneira eficiente e em tempo hábil, gerando um descompasso entre a formação oferecida e as necessidades do mercado local, que demanda profissionais preparados para lidar com o turismo sustentável e a gestão de recursos naturais.

Para superar essas dificuldades, diversas estratégias foram adotadas ao longo do tempo. Uma delas foi a ampliação das parcerias entre instituições de ensino e o setor produtivo, permitindo estágios, programas de aprendizagem e desenvolvimento de projetos conjuntos. Essa aproximação contribuiu para tornar o ensino mais prático e alinhado às demandas do mercado.

Além disso, políticas públicas educacionais tiveram um papel fundamental na estruturação do ensino técnico e superior da cidade.

As políticas públicas podem ser classificadas de diversas formas, conforme Teixeira (2002). No caso das instituições de ensino técnico e superior de Ubatuba, diferentes tipos de políticas foram aplicados. As políticas estruturais foram fundamentais para criar e expandir unidades de ensino, enquanto políticas conjunturais foram implementadas para atender demandas emergenciais do mercado, como a criação de cursos voltados para gestão hoteleira e ambiental. Políticas distributivas garantiram bolsas de estudo e incentivos financeiros para

estudantes de baixa renda, e políticas regulatórias ajudaram a estabelecer padrões de ensino e certificação.

Para garantir um desenvolvimento sustentável e inclusivo da educação técnica e superior na região, é essencial que futuras políticas educacionais adotem um caráter mais estruturante, garantindo investimentos contínuos na infraestrutura das escolas técnicas e universidades. Além disso, é necessário fortalecer as conexões entre educação e inovação tecnológica, garantindo que os cursos sejam constantemente atualizados para acompanhar as transformações do mercado de trabalho e as especificidades do turismo local.

A colaboração entre universidades, institutos de pesquisa e o setor empresarial deve ser fortalecida para impulsionar a criação de programas inovadores e laboratórios de tecnologia aplicada, onde estudantes possam desenvolver projetos alinhados às necessidades da indústria turística e da gestão ambiental. Também é fundamental ampliar o acesso à educação a distância, garantindo que moradores das áreas mais afastadas da cidade possam se qualificar sem precisar se deslocar para outras regiões.

O incentivo à formação de docentes qualificados e o desenvolvimento de políticas redistributivas também são essenciais para ampliar o acesso ao ensino técnico e superior de qualidade para todos os segmentos da população.

3.2.5 FATEC DE SÃO SEBASTIÃO

São Sebastião, localizado no Litoral Norte do estado de São Paulo, destaca-se no contexto regional por seu desempenho no Programa Cidades Sustentáveis. De acordo com o programa, o município apresenta o segundo melhor índice de ODS do Litoral Norte e é o único da região que não está classificado na categoria "grandes desafios". No entanto, ainda enfrenta desafios significativos para garantir um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

A formação técnica e superior acessível desempenha um papel crucial nesse processo, especialmente diante das transformações econômicas impulsionadas por investimentos em infraestrutura e modernização do setor portuário.

No início dos anos 2000, a necessidade de qualificação profissional na região se tornou mais evidente, levando à criação de instituições que pudessem suprir essa

demanda. Foi nesse contexto que, em 02 de setembro de 2008, por meio do Decreto nº 53.373, a Faculdade de Tecnologia (FATEC) de São Sebastião foi criada, consolidando-se como um marco para a educação superior pública e gratuita no município. Diferente das Escolas Técnicas Estaduais (ETECs), voltadas para o ensino médio técnico, as FATECs oferecem cursos superiores de tecnologia, promovendo uma formação mais aprofundada e alinhada às necessidades do mercado de trabalho.

Quadro 9: Cursos Iniciais FATEC São Sebastião

Modalidade	Curso	Número de Vagas	Relação com a Demanda Local
Presencial	Gestão da Tecnologia da Informação	40	Atende à crescente digitalização e necessidade de TI nas empresas e setor portuário.
Presencial	Gestão Empresarial	40	Fundamental para qualificação de gestores e empreendedores na região.
Presencial	Marketing	40	Setor de comércio e turismo, segmentos estratégicos do município.
EaD	Gestão Empresarial	50	Acesso à formação superior para quem já trabalha e busca qualificação.

Fonte: CEETEPS, 2024.

A FATEC de São Sebastião representa um avanço significativo para a qualificação da mão de obra local, especialmente em setores estratégicos como logística, tecnologia da informação e gestão portuária, áreas diretamente ligadas às transformações econômicas em curso no Litoral Norte de São Paulo.

Com a modernização da infraestrutura regional, impulsionada por grandes investimentos nos setores de transporte, turismo e, sobretudo, petróleo e gás, cresce também a demanda por profissionais cada vez mais especializados, capazes de atuar em ambientes tecnológicos, sustentáveis e competitivos. Nesse cenário, a FATEC se consolida como uma instituição fundamental para o desenvolvimento regional, contribuindo diretamente para a formação de trabalhadores qualificados e para a geração de inovação e conhecimento aplicados à realidade local.

A presença da FATEC no município não apenas amplia as possibilidades de formação superior gratuita e de qualidade, mas também estabelece vínculos

importantes entre a educação técnica e tecnológica e o setor produtivo regional. Cursos voltados às especificidades econômicas do território favorecem a inserção dos jovens no mercado de trabalho, aumentam a competitividade da mão de obra local e reduzem a dependência de profissionais oriundos de outras regiões.

Além disso, a instituição tem potencial para se tornar um centro de pesquisa e desenvolvimento focado em soluções locais, promovendo tecnologias adaptadas às necessidades ambientais, sociais e econômicas do Litoral Norte.

Quadro 10: Cursos FATEC São Sebastião 2024

Curso	Número de Vagas	Relação com a Demanda Local
Processos Gerenciais	40	Formação de gestores para o comércio e serviços locais.
Processos Gerenciais AMS	40	Voltado à administração moderna e digital, atendendo empresas em transformação digital.
Logística	40	Necessário para otimizar operações portuárias e transporte no Litoral Norte.
Logística AMS	40	Aperfeiçoamento para logística avançada, atendendo demandas do Porto de São Sebastião.
Análise e Desenvolvimento de Sistemas (ADS)	40	Qualificação para o setor de tecnologia e inovação na região.
Gestão da Tecnologia da Informação	40	Essencial para suporte e segurança de TI em empresas locais.
Gestão Empresarial	50 (EaD)	Flexibiliza a capacitação de empreendedores e gestores regionais.

Fonte: CEETEPS.

No entanto, o fortalecimento da FATEC e da educação técnica na região deve ser acompanhado de políticas públicas consistentes que promovam a inclusão social

e a equidade no acesso à formação profissional. Muitos jovens, especialmente aqueles provenientes de comunidades periféricas, tradicionais e quilombolas, ainda enfrentam barreiras socioeconômicas que dificultam o ingresso e a permanência na educação superior. Nesse contexto, é essencial a criação e ampliação de programas de bolsas de estudo, auxílio-transporte, alimentação e moradia, além de incentivos para a permanência estudantil e para a formação continuada.

A articulação entre as instituições de ensino e o setor produtivo também deve ser estimulada por meio de parcerias estratégicas, estágios supervisionados, programas de trainee e acordos de cooperação técnico-científica, que possibilitem ao estudante vivenciar a prática profissional ainda durante a formação. Isso não só aumenta a empregabilidade dos egressos, como também qualifica o desenvolvimento regional ao alinhar a oferta educacional às demandas reais do mercado.

Ademais, políticas de valorização docente, investimentos em infraestrutura educacional e expansão da oferta de cursos em áreas de interesse regional são fundamentais para assegurar que instituições como a FATEC possam acompanhar o ritmo das transformações territoriais. A criação de polos avançados em municípios vizinhos e o fortalecimento do ensino híbrido e da educação a distância são estratégias viáveis para descentralizar o acesso e promover maior integração entre as cidades do Litoral Norte.

Por fim, é necessário reconhecer que o desenvolvimento econômico da região deve caminhar lado a lado com o desenvolvimento humano. A educação técnica, quando aliada à formação cidadã, pode formar não apenas profissionais qualificados, mas sujeitos críticos, conscientes de seu papel na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável.

Portanto, investir na FATEC de São Sebastião e em políticas públicas que ampliem o acesso, a permanência e a qualidade da educação técnica é investir no futuro do Litoral Norte e na construção de um modelo de desenvolvimento regional verdadeiramente integrado.

Além disso, políticas regulatórias podem estimular que empresas beneficiadas pelo crescimento econômico da região invistam na capacitação de trabalhadores locais, garantindo que o desenvolvimento de São Sebastião seja inclusivo e sustentável.

A educação superior tecnológica, quando aliada a estratégias de inovação e qualificação profissional, pode ser uma ferramenta decisiva para consolidar o município como referência regional em desenvolvimento sustentável.

Para Santos (2018, p.231). “A contextualização das assimetrias sociais e econômicas que singularizam as regiões e as cidades brasileiras permite a fundamentação de políticas públicas pertinentes a sua superação.”

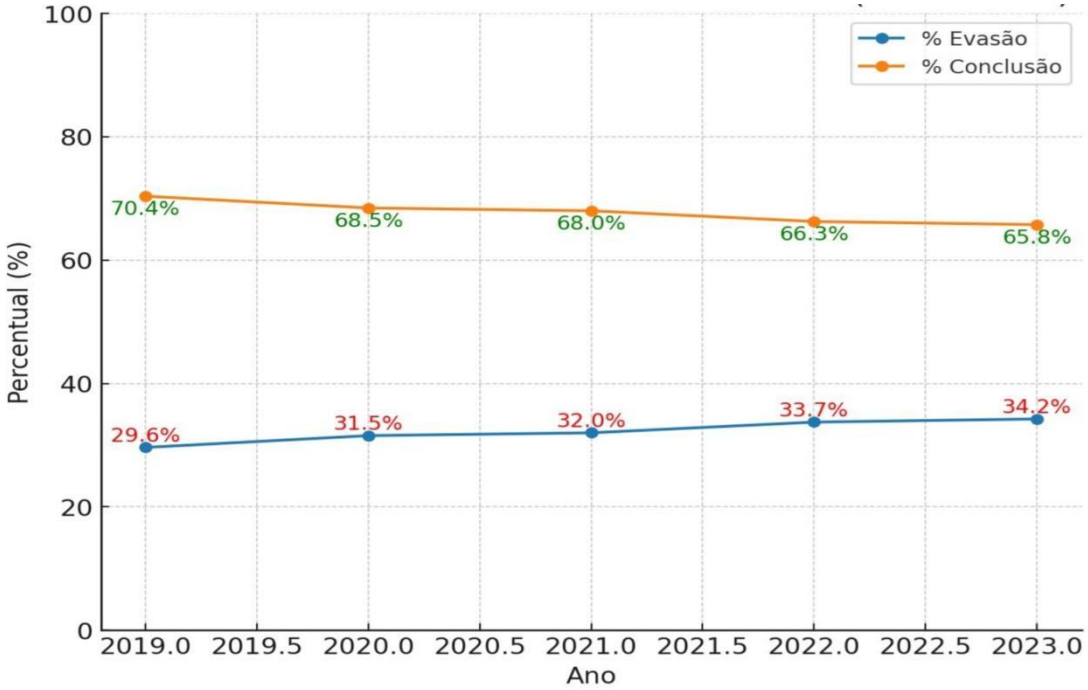
A Fatec de São Sebastião é um exemplo concreto da tentativa de superação das assimetrias sociais e econômicas regionais por meio da educação profissional e tecnológica. No contexto apontado por Santos (2018), a oferta de cursos superiores gratuitos e voltados às demandas do Litoral Norte de São Paulo permite a formação de mão de obra qualificada, contribuindo para o desenvolvimento local e a redução das desigualdades históricas.

Entretanto, a instituição enfrenta desafios significativos que podem ser analisados à luz do conceito de desenvolvimento tardio, conforme discutido por Ricci (2013). O desenvolvimento tardio caracteriza-se por uma industrialização e modernização que ocorrem de maneira desigual e frequentemente sem a devida articulação entre formação educacional e necessidades produtivas regionais.

No caso da Fatec de São Sebastião, a oferta de cursos precisa estar alinhada às vocações econômicas do município, como logística portuária, turismo sustentável e tecnologia ambiental, para que sua contribuição ao desenvolvimento local seja efetiva.

Além disso, o acesso à Fatec ainda é limitado por fatores estruturais, como transporte público deficiente e a necessidade de muitos jovens ingressarem precocemente no mercado de trabalho, dificultando sua permanência no ensino superior.

GRÁFICO 2: Evasão e Conclusão FATEC -2019-2023.



FONTE: Carbonari, 2017.

O fortalecimento da Fatec passa, portanto, pela ampliação de políticas públicas de apoio aos estudantes, bem como pelo estreitamento das relações com o setor produtivo e instituições de pesquisa, garantindo que sua atuação esteja de fato integrada ao desenvolvimento sustentável da região.

Entre os principais desafios enfrentados pela FATEC de São Sebastião podem ser destacados alguns pontos como: acesso a permanência, alinhamento com as demandas locais, parcerias com o setor produtivo e infraestrutura e suporte institucional.

- **Acesso e permanência estudantil** – Muitos estudantes enfrentam dificuldades financeiras para se manter no curso, já que a necessidade de trabalhar frequentemente concorre com a dedicação aos estudos. Além disso, a deficiência no transporte público entre os bairros e municípios vizinhos dificulta o deslocamento diário dos alunos.
- **Alinhamento com as demandas locais** – A Fatec precisa garantir que seus cursos estejam alinhados às vocações econômicas da região, como logística portuária, turismo sustentável, gestão ambiental e tecnologia da informação aplicada ao setor marítimo. A oferta de cursos deve considerar

não apenas o presente, mas também as perspectivas de desenvolvimento econômico local.

- **Parcerias com o setor produtivo** – Para que a Fatec cumpra seu papel de formação profissional voltada ao desenvolvimento regional, é fundamental que existam parcerias sólidas com empresas, prefeituras e demais instituições públicas e privadas. A criação de programas de estágio, pesquisas aplicadas e extensão universitária pode fortalecer essa conexão e aumentar as oportunidades de empregabilidade para os egressos.
- **Infraestrutura e suporte institucional** – O fortalecimento da Fatec passa também pela ampliação de sua infraestrutura, garantindo laboratórios modernos, bibliotecas atualizadas e espaços de inovação. Além disso, políticas públicas de incentivo, como bolsas de estudo, alimentação e transporte, são essenciais para democratizar o acesso ao ensino superior.

Dessa forma, a Fatec de São Sebastião tem um papel crucial na redução das desigualdades regionais, mas precisa de um suporte maior para que sua atuação seja efetiva. O fortalecimento da instituição, aliado a políticas públicas bem planejadas, pode contribuir para um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável, ajudando a superar o atraso histórico que ainda marca a realidade do Litoral Norte.

A expansão das Escolas Técnicas Estaduais (ETECs) e das Faculdades de Tecnologia (FATECs) no Litoral Norte de São Paulo é uma resposta direta à necessidade de formação profissional qualificada para atender a um mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

A região, muitas vezes marcada por desafios socioeconômicos, tem visto essas instituições como uma importante estratégia de desenvolvimento, não apenas educacional, mas também econômico.

Ao ampliar a oferta de cursos técnicos e tecnológicos, o Estado visa preparar os jovens para as demandas do setor produtivo local, promovendo a redução das desigualdades e a melhoria da empregabilidade.

Contudo, o crescimento dessas instituições enfrenta desafios, como a desigualdade na distribuição de vagas, a falta de infraestrutura adequada e a dificuldade em estabelecer uma integração eficiente com as indústrias locais.

No Brasil, as primeiras ações voltadas para o desenvolvimento educacional foram influenciadas pelo pensamento enciclopedista, uma abordagem que vinculava a educação ao crescimento econômico.

Esse período histórico, marcado pelo contexto da Guerra Fria, buscava integrar os países subdesenvolvidos ao sistema mundial capitalista, ao mesmo tempo que tentava enfrentar problemas como desigualdade social, pobreza e a deficiência cultural desses países. A precariedade da educação foi vista como uma das explicações para as condições socioeconômicas adversas enfrentadas por muitas nações, incluindo o Brasil (Hobasbawm, 1995; Alves; Correia, 2003; Salles, 2006).

O Litoral Norte de São Paulo, historicamente, tem se caracterizado por um desenvolvimento tardio, refletindo muitos dos problemas mencionados por Hobsbawm, Alves, Correia e Salles. Durante décadas, a região foi marcada por uma escassa oferta de educação técnica e superior, o que contribuiu para a precariedade das condições sociais e econômicas de boa parte de sua população.

A falta de infraestrutura educacional impediu que os jovens da região tivessem acesso a uma formação que os qualificasse para o mercado de trabalho moderno, dificultando o desenvolvimento local e a inserção na economia globalizada.

No contexto da Guerra Fria, quando as nações do Terceiro Mundo eram vistas como dependentes e subdesenvolvidas, o Litoral Norte de São Paulo foi diretamente afetado pela centralização dos investimentos em áreas mais industrializadas e urbanizadas. O crescimento econômico do país, que visava a inserção no capitalismo mundial, não chegou de forma equitativa a essa região, contribuindo para um atraso no desenvolvimento social e educacional.

Além disso, a precariedade da educação na região esteve intrinsecamente ligada a uma falta de investimentos públicos em infraestrutura e à ausência de políticas mais eficazes para combater as desigualdades regionais. Isso resultou em um ciclo de desigualdade educacional, onde o acesso a oportunidades de qualificação técnica e superior ficou restrito, dificultando o avanço da economia local e a mobilidade social.

O desafio, portanto, é criar um equilíbrio no desenvolvimento das regiões mais periféricas, como o Litoral Norte, promovendo a educação como um vetor

essencial para o crescimento econômico e a melhoria das condições de vida da população local.

Após uma análise da situação econômica dos países subdesenvolvidos realizada pela ONU na década de 1990, surgiu uma nova proposta de desenvolvimento econômico e social. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e a Organização dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (OREALC) trabalharam em conjunto para elaborar uma ideia que serviu de base para a reforma educacional na maior parte dos países da região.

Nesse novo enfoque, o "progresso técnico" tornou-se o elemento central dos esforços de desenvolvimento econômico-social, especialmente no Brasil, com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais e os bolsões de pobreza do país (SALLES, 2006).

Essa proposta de desenvolvimento, ao se concentrar no progresso técnico, buscava criar vagas e oportunidades educacionais, como uma forma de impulsionar a inclusão social e melhorar as condições de vida da população. No entanto, uma das críticas que surge a partir dessa abordagem é a falta de uma preocupação efetiva com os resultados a longo prazo dessas iniciativas.

A criação de vagas e oportunidades educacionais foi, muitas vezes, vista como uma solução pontual para o problema da desigualdade, mas sem um planejamento adequado para garantir que os formados estivessem realmente preparados para o mercado de trabalho e pudessem de fato superar as condições de pobreza e exclusão social.

A ênfase em expandir o acesso à educação técnica e superior não foi sempre acompanhada de uma reflexão sobre a qualidade da formação oferecida e sua capacidade de promover uma mudança duradoura nas condições socioeconômicas da população, o que limitou o impacto dessas políticas na redução das desigualdades.

A expansão das escolas técnicas e das faculdades de tecnologia, como as ETECs e FATECs, no Litoral Norte, surge como uma tentativa de quebrar esse ciclo e oferecer uma alternativa de qualificação que possa responder aos desafios da desigualdade social e do desenvolvimento tardio da região.

Essas ações, no entanto, precisam ser acompanhadas por investimentos em infraestrutura e políticas de integração com o setor produtivo local, para que a

educação não seja apenas um ponto de acesso, mas um motor efetivo de transformação social e econômica.

A realidade é que, muitas vezes, o Litoral Norte não tem a mesma densidade de instituições de ensino técnico e superior que regiões mais desenvolvidas do estado. Isso resulta em um acesso desigual à educação profissional, afetando a capacidade da população de se qualificar e competir por melhores oportunidades de trabalho.

- **A ampliação do acesso à educação técnica e superior no Brasil:** O Brasil, especialmente nas últimas décadas, tem buscado ampliar o acesso à educação técnica e superior por meio de políticas públicas que incluem programas como o **Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego)**, lançado em 2011, e a expansão das universidades públicas e privadas com o intuito de qualificar a mão de obra para um país em processo de industrialização e diversificação econômica. O **Pronatec** foi fundamental para oferecer cursos técnicos gratuitos e ampliar a inserção de jovens no mercado de trabalho. No entanto, a expansão de cursos técnicos e tecnológicos no país, em algumas regiões, ainda é desigual e enfrenta barreiras de infraestrutura e de qualificação de professores.
- Além disso, a inserção da educação superior também foi potencializada com a expansão das **universidades públicas** e o aumento da oferta de vagas nas **universidades privadas** por meio de programas como o **FIES** (Fundo de Financiamento Estudantil) e o **ProUni** (Programa Universidade para Todos). Esses programas foram criados com o objetivo de ampliar o acesso de jovens de classes sociais menos favorecidas ao ensino superior, oferecendo bolsas de estudo integrais e parciais nas instituições privadas, e empréstimos a juros reduzidos no caso do FIES. Isso permitiu que milhões de brasileiros pudessem ter acesso ao ensino superior, além de favorecer a inclusão social e reduzir as desigualdades educacionais no país.
- **A ampliação e os investimentos na educação:** Investimentos contínuos na educação são essenciais para garantir que os estudantes, principalmente aqueles de regiões periféricas ou menos desenvolvidas,

tenham acesso à formação de qualidade. No entanto, é necessário um olhar atento para a questão dos cortes orçamentários na educação, especialmente no estado de São Paulo, que, embora possua um dos maiores orçamentos educacionais do país, tem enfrentado desafios devido à crise fiscal que limita o crescimento das instituições de ensino. A falta de investimentos adequados nas infraestruturas das ETECs e FATECs, a escassez de cursos em áreas mais técnicas e a necessidade de mais professores qualificados são questões ainda não resolvidas.

- **Cortes na educação no estado de São Paulo:** Recentemente, o governo estadual de São Paulo tem enfrentado desafios fiscais que impactaram diretamente a educação pública, com cortes no orçamento destinado às universidades e à educação básica. Essa realidade acaba prejudicando diretamente a ampliação e a qualificação das escolas técnicas e das faculdades de tecnologia, dificultando a expansão de novas vagas, especialmente em regiões que carecem de infraestrutura educacional, como o Litoral Norte.
- Esses cortes podem criar um cenário de estagnação ou até retrocesso em áreas cruciais para o desenvolvimento da educação no estado, e impactam negativamente as oportunidades educacionais dos jovens. A falta de investimentos em educação também está relacionada à precarização da estrutura das instituições de ensino, o que dificulta a absorção de novos alunos, principalmente em localidades mais distantes e com menor poder aquisitivo.

A integração das políticas públicas de educação com as demandas do mercado de trabalho e os investimentos necessários para garantir a qualidade e a ampliação do acesso à educação técnica e superior são fatores fundamentais para o desenvolvimento de qualquer região.

No caso do Litoral Norte de São Paulo, a combinação da ampliação de vagas com investimentos na infraestrutura local e a criação de uma rede de apoio ao desenvolvimento industrial são elementos-chave para transformar a região e promover a inclusão social por meio da educação.

Desde 2008, houve um crescimento expressivo no número de matrículas em todo o estado, passando de 118.217 alunos em 2008 para 224.515 em 2020. No

Litoral Norte, essa expansão ocorreu de maneira mais lenta em comparação a outras regiões paulistas, refletindo dificuldades estruturais e desafios de financiamento. A desigualdade na distribuição de vagas também é um fator crítico.

Enquanto municípios como São José dos Campos e Campinas concentram grande parte das unidades, cidades litorâneas como Caraguatatuba, São Sebastião, Ubatuba e Ilhabela ainda possuem um número reduzido de escolas técnicas e faculdades tecnológicas, limitando o acesso dos estudantes a essas oportunidades.

Esse fenômeno reflete a histórica concentração de investimentos em regiões metropolitanas, em detrimento de áreas periféricas e interioranas.

A expansão do ensino técnico no Litoral Norte enfrenta desafios significativos, sobretudo no que se refere à infraestrutura e ao acesso dos estudantes. Uma das principais dificuldades é a localização das unidades, muitas vezes distantes das residências dos alunos, o que exige um deslocamento que nem sempre é viável devido à precariedade do transporte público intermunicipal.

Essa limitação resulta na evasão escolar, uma vez que muitos estudantes não conseguem conciliar o tempo de deslocamento com suas demais responsabilidades, como o trabalho e os estudos regulares.

Além disso, a necessidade de muitos jovens ingressarem precocemente no mercado de trabalho compromete sua permanência nos cursos. Dados levantados indicam que uma parcela significativa dos alunos do ensino técnico no Litoral Norte abandona os cursos antes da conclusão, seja por dificuldades financeiras ou pela falta de uma estrutura de apoio estudantil que garanta bolsas, transporte gratuito e alimentação.

A ausência de políticas públicas voltadas para a permanência estudantil agrava essa situação, evidenciando a necessidade de uma abordagem mais integrada entre governo estadual, prefeituras e setor privado. Outro desafio importante é o desalinhamento entre os cursos oferecidos e as demandas do mercado local.

Em muitas unidades, há uma oferta genérica de cursos que não dialoga diretamente com as necessidades econômicas da região. No Litoral Norte, por exemplo, setores como turismo sustentável, logística portuária e gestão ambiental são essenciais, mas nem sempre encontram respaldo nos cursos oferecidos pelas ETECs e FATECs. Isso cria um descompasso entre a formação profissional e as

oportunidades de emprego disponíveis, o que reduz a eficácia da educação técnica como instrumento de desenvolvimento regional.

Apesar dos desafios, há aspectos estratégicos que favorecem a atuação das ETECs e FATECs no Litoral Norte. A região possui setores econômicos promissores, como o turismo e a logística portuária, que demandam mão de obra qualificada. A existência de uma infraestrutura turística consolidada e a proximidade com o Porto de São Sebastião criam oportunidades para cursos voltados à hotelaria, gestão ambiental, logística e comércio exterior.

Além disso, iniciativas estaduais como o Programa NOVOTEC buscam flexibilizar a formação técnica, permitindo que os alunos integrem o ensino médio ao técnico e concluam sua formação com um diploma profissionalizante. Esse modelo visa ampliar as oportunidades para jovens que, de outra forma, teriam dificuldades para acessar o ensino superior.

Outro fator positivo é o potencial de parcerias com o setor produtivo e organizações ambientais. O Litoral Norte abriga instituições como o Instituto NEOS, o Instituto de Pesquisa e Educação em Meio Ambiente (IPEMA) e o Projeto Tamar, que podem contribuir para a qualificação de profissionais na área de sustentabilidade e inovação tecnológica. A colaboração entre as FATECs e esses organismos poderia fortalecer o ensino técnico e gerar melhores oportunidades de inserção no mercado de trabalho.

As ETECs e FATECs desempenham um papel fundamental no desenvolvimento regional, mas precisam de maior investimento público e planejamento estratégico para garantir que seus cursos atendam às necessidades locais de maneira eficaz. A expansão das vagas no Litoral Norte, embora positiva, ainda é insuficiente diante da crescente demanda por qualificação profissional.

A descentralização dos investimentos e a criação de políticas de permanência estudantil são essenciais para evitar a evasão escolar e garantir que os alunos concluam sua formação. Além disso, é necessário um alinhamento mais efetivo entre os cursos oferecidos e as vocações econômicas da região.

O fortalecimento das parcerias com o setor produtivo e instituições ambientais pode contribuir para esse processo, tornando a educação profissional um instrumento mais eficiente de inclusão social e crescimento econômico.

3.2.6 IETEC DE ILHABELA

Ilhabela, localizada no litoral norte do estado de São Paulo, tem experimentado um crescimento populacional significativo nas últimas décadas. De acordo com o Censo Demográfico de 2010, o município abrigava 28.196 habitantes. Já em 2022, esse número aumentou para 34.934 pessoas, representando um incremento de aproximadamente 23,9% no período.

No que tange à escolaridade, os dados do Censo de 2010 indicam que, entre os residentes com 25 anos ou mais, 6,46% eram analfabetos, enquanto 56,16% haviam concluído o ensino fundamental. Embora os dados específicos de 2022 sobre escolaridade ainda não estejam disponíveis, é plausível supor que, acompanhando as tendências nacionais e regionais, Ilhabela tenha registrado avanços nos índices educacionais, refletindo investimentos em políticas públicas e infraestrutura educacional.

TABELA 10: Nível de instrução da população de Ilhabela

Nível de Escolaridade	**Percentual da População (2010)**
Analfabetos	6,46%
Ensino Fundamental Completo	56,16%
Ensino Médio Completo	23,71%
Ensino Superior Completo	8,42%
Pós-graduação	1,25%

Fonte: IBGE, 2010.

Historicamente, Ilhabela enfrentou significativos desafios no que diz respeito à oferta de educação técnica e profissionalizante. A inexistência de uma unidade da Escola Técnica Estadual (ETEC) no arquipélago impôs obstáculos consideráveis aos jovens e adultos interessados em buscar qualificação técnica.

Durante muitos anos, a única alternativa viável para esses estudantes era deslocar-se até São Sebastião, cidade localizada no continente, o que exigia a realização da travessia por balsa — principal ligação entre as duas localidades. Essa jornada diária não apenas consumia tempo e recursos financeiros, mas também apresentava riscos e desconfortos, especialmente em dias de chuva, mar agitado ou quando havia longas filas e atrasos no serviço de travessia, fenômenos comuns na

região. Como consequência, muitos acabavam desestimulados a seguir com os estudos técnicos, perpetuando a dificuldade de acesso à qualificação profissional.

O professor e pesquisador Ricci observa que o desenvolvimento educacional e econômico de Ilhabela se deu de maneira tardia em relação a outros municípios do estado de São Paulo. Essa defasagem pode ser atribuída a uma série de fatores estruturais, entre eles o isolamento geográfico do município — por tratar-se de uma ilha — e a histórica dependência econômica do turismo sazonal.

Tais características fizeram com que investimentos em áreas estratégicas, como educação, saúde e infraestrutura urbana, fossem frequentemente postergados ou subdimensionados. No caso específico da educação técnica, essa lacuna foi especialmente prejudicial para a formação de mão de obra qualificada capaz de atender às demandas do mercado local, principalmente em setores como o turismo, a náutica e a gastronomia.

Quadro 11: Cursos da IETEC Ilhabela 2024

Curso	**Número de Vagas**	**Relação com a Demanda Local**
Auxiliar de Cozinha	40	Crescimento do setor gastronômico exige profissionais capacitados para auxiliar chefs e cozinhas industriais.
Informática Básica	30	Demanda por inclusão digital e qualificação para diversos setores administrativos e comerciais.
Manutenção Preventiva e Diagnóstico de Moto Aquática	25	Setor náutico exige manutenção especializada devido à alta circulação de jet skis e lanchas turísticas.
Eletricista de Manutenção de Embarcações de Pequeno Porte	20	Fundamental para a manutenção de barcos e pequenas embarcações utilizadas no turismo e na pesca local.

Fonte: IETEC Ilhabela.

Diante desse cenário, a administração municipal de Ilhabela adotou uma postura mais ativa e estratégica para contornar a ausência de políticas estaduais voltadas à educação profissional.

Entre as medidas mais significativas, destaca-se a criação da Ilhabela Escola Técnica (IETEC), oficialmente inaugurada em 31 de janeiro de 2023. A instituição, nomeada em homenagem ao educador Professor Antônio Veronezi, representa um marco na história educacional do município. Seu principal objetivo é oferecer cursos de qualificação profissional adaptados às vocações e necessidades da economia local.

Desde sua fundação, a IETEC tem disponibilizado uma grade curricular diversificada, com cursos nas áreas de gastronomia, náutica, hotelaria, tecnologia e ciências aplicadas. A escolha dessas áreas não foi aleatória: elas refletem setores com forte presença e potencial de expansão na economia de Ilhabela. A proposta da escola é, portanto, formar profissionais preparados para atuar de maneira qualificada e inovadora nos ramos que movimentam a economia insular.

Além disso, ao oferecer os cursos diretamente no município, a IETEC elimina os entraves logísticos anteriormente enfrentados pela população, democratizando o acesso ao ensino técnico e incentivando o desenvolvimento sustentável da cidade. A iniciativa também fortalece o vínculo entre a educação e o mercado de trabalho local, abrindo portas para parcerias com empresas, instituições e empreendimentos da região.

Mais recentemente, em parceria com o Instituto Joga Junto, a IETEC passou a oferecer cursos gratuitos de Analista de Dados, visando capacitar profissionais para o mercado tecnológico em expansão.

A estrutura da IETEC foi concebida para proporcionar um ambiente de aprendizado moderno e funcional, contando com seis salas de aula, cinco laboratórios especializados, biblioteca, salas de reunião, cozinha e restaurante-escola, espaços de coworking, anfiteatro e áreas de descompressão. Essas instalações visam não apenas atender às necessidades educacionais, mas também fomentar a integração e o desenvolvimento comunitário.

No que se refere ao orçamento municipal, Ilhabela apresenta uma característica peculiar: uma significativa dependência dos royalties provenientes da exploração de petróleo. Em 2023, o município registrou receitas brutas realizadas de R$ 1.023.355.528,00, enquanto as despesas brutas empenhadas totalizaram R$ 1.209.718.329,00. Essa dependência dos royalties, embora proporcione recursos

consideráveis, também representa um desafio, pois torna a economia local vulnerável às oscilações do mercado petrolífero.

O conceito de desenvolvimento tardio, discutido por Ricci, é particularmente relevante no caso de Ilhabela. A cidade, apesar do crescimento econômico impulsionado pelo turismo e pelos royalties do petróleo, apresenta fragilidades estruturais que comprometem sua sustentabilidade a longo prazo.

A economia local tem se moldado predominantemente em torno do turismo e do setor de serviços, resultando em uma mão de obra altamente nichada, sem oportunidades significativas em outros setores produtivos. Isso gera um ciclo de dependência, no qual os trabalhadores locais encontram dificuldades para se inserir em mercados diversificados, limitando suas possibilidades de crescimento profissional e econômico.

A possível redução da arrecadação futura, seja pela volatilidade dos royalties do petróleo ou por mudanças nas dinâmicas do turismo, evidencia a necessidade urgente de diversificação econômica. Dados históricos indicam que municípios excessivamente dependentes de recursos extrativos tendem a enfrentar crises quando esses recursos se tornam escassos ou menos rentáveis.

A ausência de uma economia diversificada em Ilhabela coloca em risco a renda das futuras gerações, uma vez que as opções de emprego estarão restritas a setores instáveis.

Além disso, a predominância de atividades voltadas ao turismo reforça uma estrutura de trabalho sazonal, precarizando as condições de muitos trabalhadores que ficam sujeitos às flutuações da demanda turística. A falta de indústrias, polos tecnológicos e setores alternativos de desenvolvimento econômico limita a ascensão social e profissional dos moradores da cidade, aumentando a desigualdade e a vulnerabilidade econômica da população.

Nesse contexto, a educação se apresenta como um dos principais motores para o desenvolvimento regional sustentável. Como enfatizam Giron e Amorim (2007, p. 75), “durante os últimos trinta anos, o reconhecimento da tecnologia como o motor do crescimento econômico tem provocado medidas de incentivo e suporte necessárias ao desenvolvimento tecnológico.”

Investir em educação técnica e profissionalizante, como os cursos oferecidos pela IETEC, representa uma estratégia fundamental para ampliar as possibilidades

de atuação da população local, reduzindo a dependência exclusiva do turismo e dos royalties.

A implementação de programas educacionais alinhados às necessidades regionais, mas que também ofereçam capacitação para áreas inovadoras e tecnológicas, pode representar um divisor de águas para o futuro de Ilhabela.

O estímulo à qualificação profissional em segmentos como tecnologia da informação, energias renováveis, empreendedorismo e gestão ambiental poderia criar novas oportunidades de trabalho e fortalecer a economia local, tornando-a mais resiliente a oscilações externas.

Dessa forma, Ilhabela tem demonstrado esforços significativos para superar desafios históricos e geográficos, buscando promover o desenvolvimento educacional e econômico de sua população.

3.2.7 IFSP CARAGUATATUBA

Os Institutos Federais desempenham um papel fundamental no desenvolvimento regional ao promoverem a qualificação profissional e a integração de suas atividades com as necessidades locais. De acordo com Pereira e Cruz (2019), a expansão da Rede Federal permitiu a interiorização do ensino técnico e superior, levando oportunidades educacionais a regiões antes desassistidas. Essa descentralização contribui para a redução das desigualdades regionais e estimula o crescimento econômico local.

A presença de um Instituto Federal em uma determinada localidade favorece tanto o desenvolvimento econômico quanto a formação de cidadãos qualificados para o mercado de trabalho. Como destacado no artigo, "os critérios de localização dos novos campi possibilitaram a sua difusão em regiões periféricas e em mesorregiões que podem ter a sua dinâmica socioeconômica positivamente impactada" (Pereira; Cruz, 2019, p. 2). Dessa forma, os IFs atuam como catalisadores do progresso, promovendo um ambiente propício para inovação e crescimento sustentável.

Além disso, a qualificação profissional ofertada pelos Institutos Federais contribui diretamente para o aumento da empregabilidade e para o fortalecimento de setores estratégicos. Segundo Pereira e Cruz (2019), a formação de técnicos e profissionais em diversas áreas atende às demandas locais e amplia a inserção dos

egressos no mercado de trabalho. Essa característica faz com que os IFs sejam essenciais para o desenvolvimento econômico das regiões onde estão inseridos.

O IFSP Câmpus Caraguatatuba foi autorizado pela Portaria nº 1714, de 20 de outubro de 2006. Inicialmente, a unidade descentralizada do CEFET-SP ocupou as instalações do CEPROLIN (Centro Profissionalizante do Litoral Norte), administrado pela FUNDACC (Fundação Educacional e Cultural de Caraguatatuba) e financiado pelo PROEP (Programa de Expansão da Educação Profissional). Suas atividades tiveram início em 2007, ofertando cursos técnicos em Programação e Desenvolvimento de Sistemas e Gestão Empresarial. Em 2008, foi iniciado o curso Técnico em Construção Civil com habilitação em Planejamento e Projetos.

Quadro 12: Cursos Iniciais do IFSP Caraguatatuba

Curso	Vagas	Demanda Local
Técnico em Programação e Desenvolvimento de Sistemas	40	Crescente demanda por profissionais de TI
Técnico em Gestão Empresarial	40	Necessidade de formação de gestores e empreendedores
Técnico em Construção Civil	40	Expansão urbana e crescimento imobiliário

FONTE: IFSP PDI 2019-2023.

A criação dos Institutos Federais, pela Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, incorporou a unidade ao IFSP. No ano de 2009, o câmpus passou a oferecer o Curso Técnico em Administração na modalidade EaD.

Posteriormente, foram introduzidos no IFSP Câmpus Caraguatatuba os cursos técnicos em Edificações, Informática e Processos Gerenciais, além da oferta dos primeiros cursos superiores em 2011, como a Licenciatura em Matemática, Tecnologia em Processos Gerenciais e Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

O Instituto desempenha um papel fundamental na qualificação profissional da população, suprindo uma histórica carência de formação técnica e superior no Litoral Norte paulista. Sua atuação tem sido crucial para o desenvolvimento econômico e

social da região, especialmente ao preparar mão de obra qualificada para setores estratégicos como construção civil, tecnologia da informação, meio ambiente e gestão empresarial.

Contudo, os Institutos Federais — embora essenciais — enfrentam desafios significativos. Entre eles, destaca-se a insuficiência de infraestrutura e a escassez de recursos financeiros que limitam a ampliação de suas atividades, tanto em termos de vagas quanto de diversidade de cursos.

De acordo com estudos recentes, a expansão da Rede Federal ocorreu em um contexto marcado por dificuldades orçamentárias e pela necessidade de constante adaptação às demandas regionais. Essa conjuntura complexa tem dificultado uma atuação mais ampla e transformadora por parte da instituição.

Além disso, a evasão e o abandono escolar são fatores que geram grande preocupação. Dados internos apontam que a taxa de evasão em alguns cursos técnicos ultrapassa os 30%, principalmente no turno noturno, onde os alunos enfrentam mais dificuldades para conciliar trabalho e estudo.

A ausência de políticas públicas de permanência estudantil, aliada a fatores como baixa renda, transporte precário e falta de perspectivas claras de inserção profissional, agrava ainda mais esse cenário. Esse fenômeno compromete diretamente o sucesso das políticas educacionais e o impacto transformador que essas instituições poderiam exercer na vida dos jovens.

Outro ponto que merece reflexão crítica diz respeito à pouca diversificação dos cursos ofertados. Embora o IFSP Caraguatatuba tenha avançado na consolidação de cursos técnicos e tecnológicos, sua grade curricular tem se mostrado limitada, especialmente por repetir formações já ofertadas por outras instituições da região, como ETECs e FATECs.

Faltou, até o momento, uma estratégia mais ousada e inovadora, que diferenciasse o Instituto Federal como um polo de formação plural e interdisciplinar. A ausência de cursos nas áreas de Ciências Humanas, Ciências Biológicas, Saúde e novas Licenciaturas representa uma lacuna significativa, sobretudo em uma região onde a sustentabilidade, o turismo, a conservação ambiental e a inclusão social exigem profissionais com múltiplas formações.

A ampliação da oferta de cursos em áreas como Pedagogia, Serviço Social, Enfermagem, Psicologia, Gestão Pública, Biologia e Meio Ambiente, por exemplo,

poderia não apenas atender melhor às demandas locais, mas também fortalecer a presença do Instituto como agente de transformação territorial, indo além da lógica de atendimento ao setor produtivo.

Quadro 13: Cursos 2019-2023 do IFSP Caraguatatuba

Curso	Vagas	Demanda Local
Administração	80	Formação para setor administrativo
Edificações	80	Setor da construção civil
Informática para Internet	80	Mercado digital e startups
Aquicultura	50	Setor pesqueiro e maricultura
Meio Ambiente	40	Sustentabilidade e gestão ambiental
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	40	Expansão do mercado de software
Licenciatura em Matemática	40	Formação de professores
Licenciatura em Física	40	Formação de professores
Tecnologia em Processos Gerenciais	40	Qualificação para gestão de negócios
Engenharia Civil	40	Engenheiros na região

FONTE: PDI IFSP - 2019-2023.

Por fim, vale lembrar que a viabilização da instalação de um campus de Instituto Federal em determinada localidade depende de critérios estratégicos, como a demanda por formação profissional, a existência de arranjos produtivos locais e a disponibilidade de infraestrutura básica.

Como destacam Pereira e Cruz (2019), os IFs são implantados com base em diretrizes que visam garantir sua contribuição efetiva para o desenvolvimento regional, promovendo sinergia entre ensino, pesquisa, extensão e inovação.

Entretanto, diversos desafios ainda são enfrentados pelo IFSP. A infraestrutura das unidades frequentemente revela deficiências, necessitando de ampliação para atender à crescente demanda por ensino técnico e superior.

A limitação do espaço físico e a insuficiência de laboratórios comprometem a qualidade do ensino prático, essencial para a formação profissional. Essas dificuldades apontam para a necessidade de investimentos públicos mais robustos, a fim de garantir a expansão da capacidade de atendimento sem comprometer a excelência acadêmica.

Outro fator relevante é o baixo investimento na ampliação e diversificação dos cursos oferecidos. A modernização curricular e a introdução de novas formações alinhadas às demandas do mercado são essenciais para garantir que os egressos estejam preparados para um cenário profissional dinâmico e tecnologicamente avançado. A falta de políticas públicas que incentivem a flexibilização curricular e a adoção de abordagens inovadoras pode comprometer a atratividade dos cursos e impactar diretamente as taxas de evasão.

A evasão escolar, aliás, representa um dos principais desafios enfrentados pela instituição. Muitos estudantes abandonam seus cursos devido às dificuldades financeiras, que limitam a continuidade dos estudos. O desenvolvimento de políticas de assistência estudantil mais efetivas, incluindo auxílio financeiro, transporte e alimentação, é fundamental para reduzir esse índice.

TABELA 11: PERCENTUAL DE CONCLUSÃO POR CURSO

Curso	Percentual de Conclusão
Administração	53,7%
Edificações	50,8%
Informática para Internet	51,8%
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	49,7%
Engenharia Civil	26,1%
Meio Ambiente	30,8%

FONTE: PDI, IFSP 2019-2023

Além disso, é notável a ausência de avaliações aprofundadas sobre os motivos da desistência dos alunos. A falta de dados sobre casos de desinteresse, escolhas equivocadas de cursos ou insatisfação com a estrutura da instituição dificulta a formulação de estratégias eficazes para retenção estudantil.

Outro ponto relevante é a necessidade de maior articulação entre o IFSP e o mercado de trabalho. A aproximação com empresas, através de estágios, programas de aprendizagem e parcerias para desenvolvimento de projetos, pode aumentar a inserção profissional dos egressos. A implementação de programas que incentivem a prática profissional desde os primeiros semestres dos cursos pode fortalecer essa relação, garantindo que a formação oferecida esteja alinhada às demandas reais do mercado.

Além disso, observa-se que os cursos de Engenharia Civil (26,1%) e Meio Ambiente (30,8%) apresentam os menores percentuais de conclusão, o que evidencia um quadro preocupante de evasão e fragilidade na permanência estudantil. Durante as audiências públicas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) realizadas em Caraguatatuba, destacava-se frequentemente que cursos como Engenharia e EJA possuíam maior capacidade de gerar recursos financeiros e ampliar a visibilidade institucional. Entretanto, o reflexo prático é distinto: as altas taxas de evasão indicam que a mera oferta de cursos com potencial econômico não se traduz, necessariamente, em formação de capital humano nem em impacto social efetivo no território.

No caso da Engenharia Civil, embora o curso esteja alinhado às características econômicas do Litoral Norte — uma região em expansão imobiliária e de forte investimento em obras de infraestrutura —, os dados de conclusão apontam dificuldades estruturais. Isso pode estar relacionado tanto ao perfil socioeconômico dos ingressantes quanto à organização curricular e pedagógica do curso. Parte expressiva dos estudantes ingressa por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e provém de escolas públicas, o que evidencia um histórico de desigualdades educacionais.

Segundo Bourdieu e Passeron (1975), o sistema escolar tende a reproduzir as desigualdades sociais ao valorizar um capital cultural que nem todos os alunos possuem de forma equitativa. Assim, os estudantes das camadas populares enfrentam maiores desafios para acompanhar o ritmo acadêmico exigido, especialmente em cursos de elevada complexidade técnica.

Essas lacunas formativas — particularmente nas áreas de matemática, física e interpretação técnica — refletem os déficits estruturais da educação básica brasileira, já apontados por Charlot (2000), que ressalta a importância de

compreender o “sentido do aprender” nas trajetórias dos alunos. Essa condição inicial de desvantagem contribui para reprovações recorrentes, desmotivação e, consequentemente, evasão.

Outro fator a ser considerado refere-se à organização dos horários e à duração dos cursos. A Engenharia Civil, ofertada majoritariamente no período noturno e com duração mínima de cinco anos, apresenta uma estrutura que nem sempre se adequa ao perfil dos estudantes-trabalhadores — realidade frequente entre os discentes do IFSP Caraguatatuba.

Como observa Cunha (2007), a educação profissional e tecnológica brasileira enfrenta o desafio de atender a sujeitos que conciliam múltiplas jornadas, o que demanda políticas de flexibilização curricular e apoio institucional. No caso do curso de Meio Ambiente, ainda que a duração seja menor, as exigências de atividades práticas e de campo, somadas à necessidade de deslocamento, também dificultam a permanência de alunos que dependem de empregos diurnos ou do transporte público limitado.

Nesse contexto, as condições socioeconômicas desempenham papel determinante. A insuficiência de programas de assistência estudantil, como bolsas permanência, auxílios transporte e alimentação, tem impacto direto sobre a continuidade dos estudos. Para muitos, a permanência na instituição é inviável sem apoio financeiro. Segundo Silva e Sguissardi (2009), a democratização do acesso ao ensino superior precisa estar acompanhada de políticas efetivas de democratização da permanência, pois as desigualdades não se resolvem apenas pela abertura de vagas.

O curso de Meio Ambiente, por sua vez, dialoga diretamente com as vocações socioambientais e econômicas do Litoral Norte, região marcada por ecossistemas sensíveis, turismo e conflitos entre crescimento urbano e conservação ambiental. No entanto, os dados de conclusão indicam indícios de descompasso entre a proposta curricular e as demandas regionais.

Essa contradição revela a necessidade de revisão de conteúdo e metodologias, bem como de aproximação entre a formação técnica e o mercado local, de modo que o curso se torne mais atrativo e relevante para os estudantes e para o desenvolvimento sustentável regional.

Em síntese, os baixos índices de conclusão em Engenharia Civil e Meio Ambiente evidenciam não apenas fragilidades institucionais, mas também dimensões sociais e estruturais mais amplas. Os desafios vão desde as lacunas formativas trazidas da educação básica até a ausência de políticas robustas de permanência, a rigidez curricular e as condições materiais de estudo e trabalho.

Assim, compreender a evasão e a conclusão nesses cursos implica reconhecer que o desenvolvimento regional sustentável passa, necessariamente, pela valorização da formação técnica e superior pública, pela redução das desigualdades educacionais e pela criação de estratégias institucionais que assegurem o acesso, a permanência e a conclusão dos estudantes.

As taxas de conclusão dos cursos são indicadores importantes para avaliar a eficiência do ensino e a relação docente-discente. A interação entre professores e alunos, a utilização de metodologias inovadoras e a oferta de suporte acadêmico influenciam diretamente na permanência estudantil. Um corpo docente engajado, aliado a um acompanhamento pedagógico eficaz, pode proporcionar um ambiente de aprendizado mais estimulante e inclusivo, reduzindo os índices de evasão e promovendo uma formação mais completa e significativa.

Diante desses desafios e oportunidades, é essencial que políticas públicas sejam fortalecidas para garantir a continuidade e o aprimoramento das atividades dos Institutos Federais, consolidando sua função estratégica no desenvolvimento regional e na qualificação da mão de obra nacional.

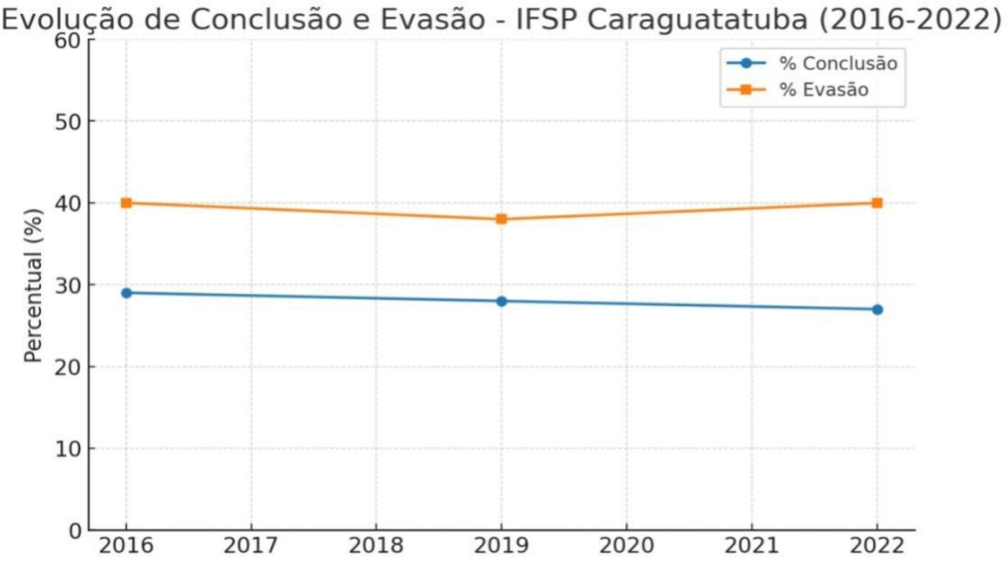
A instituição destaca-se pela qualidade de seus cursos e pelo corpo docente qualificado, evidenciando um compromisso com a formação acadêmica. Além disso, sua infraestrutura é um diferencial, contando com laboratórios modernos que possibilitam uma experiência prática enriquecedora para os estudantes. Esse investimento em tecnologia e equipamentos demonstra a preocupação com a manutenção da unidade e a oferta de um ambiente adequado para o aprendizado.

Outro ponto positivo é a existência de parcerias com empresas e instituições de pesquisa, criando oportunidades para que os alunos tenham contato direto com o mercado de trabalho e desenvolvam projetos alinhados às demandas profissionais.

Essa interação possibilita estágios, pesquisas aplicadas e até mesmo a inserção de novos profissionais em setores estratégicos. Além disso, a instituição incentiva o desenvolvimento de projetos de extensão e inovação, promovendo a

aproximação entre a academia e a comunidade, o que pode contribuir para a solução de problemas locais e o avanço tecnológico.

GRÁFICO 3: Taxa de evasão entre 2016-2022.



FONTE: PDI IFSP 2024-2028.

A preocupação com prédios bem equipados, parcerias estratégicas e projetos institucionais, embora fundamental, não pode sobrepor a necessidade de constante aprimoramento pedagógico, atualização curricular e valorização dos docentes. Sem um olhar atento para a excelência do ensino e para o desenvolvimento de competências fundamentais nos estudantes, há o risco de que a instituição priorize a sua imagem e infraestrutura em detrimento da real qualificação de seus egressos.

A longo prazo, essa falta de equilíbrio pode comprometer o impacto da instituição no setor educacional e no mercado de trabalho, gerando profissionais que, apesar de terem estudado em um ambiente bem estruturado, não receberam o suporte necessário para se destacarem em suas áreas de atuação.

Dessa forma, é essencial que a preocupação com a manutenção da unidade e a modernização dos espaços seja acompanhada de um esforço contínuo para garantir um ensino de excelência, com professores valorizados, currículo atualizado e uma formação sólida que prepare os alunos para os desafios reais da profissão.

Para garantir uma melhor adaptação tecnológica e preparar os alunos para o mercado de trabalho, a instituição aposta no fortalecimento das parcerias com empresas locais. Essa estratégia busca aproximar a academia do setor produtivo,

possibilitando que os estudantes tenham contato direto com as demandas empresariais e adquiram experiência prática antes mesmo da conclusão do curso.

Essa aproximação pode facilitar a inserção profissional e contribuir para que os cursos ofertados sejam mais alinhados às exigências do mercado. No entanto, é preciso avaliar até que ponto essas parcerias atendem de fato aos interesses dos alunos ou se acabam priorizando as necessidades das empresas em detrimento da formação acadêmica.

A criação de cursos voltados para a Indústria 4.0 e tecnologia surge como um reflexo das transformações digitais e da crescente automação dos processos produtivos. A proposta é garantir que os estudantes adquiram conhecimentos em áreas emergentes, como inteligência artificial, internet das coisas e automação industrial. Embora essa iniciativa seja relevante para tornar os cursos mais modernos e competitivos, é necessário questionar se há um investimento proporcional na capacitação docente e na infraestrutura necessária para esse tipo de ensino. De nada adianta a criação de novos cursos se a instituição não fornecer os meios adequados para que o aprendizado ocorra de maneira eficaz.

A ampliação do uso de ensino híbrido e metodologias ativas também se destaca como uma estratégia para tornar o aprendizado mais dinâmico e interativo. O ensino híbrido combina momentos presenciais e virtuais, permitindo maior flexibilidade e autonomia para os alunos. Já as metodologias ativas incentivam o protagonismo estudantil, promovendo aprendizagem baseada em projetos, estudos de caso e resolução de problemas reais.

Apesar dos benefícios dessas abordagens, é importante garantir que todos os estudantes tenham acesso igualitário aos recursos tecnológicos necessários, evitando que a desigualdade digital afete negativamente aqueles que não possuem infraestrutura adequada para acompanhar o ensino remoto.

Outra estratégia relevante é a implementação de um programa de estágio e emprego para os alunos, o que pode facilitar a transição entre a vida acadêmica e o mercado de trabalho. A possibilidade de vivenciar o ambiente profissional durante a formação auxilia no desenvolvimento de competências práticas e amplia as chances de empregabilidade.

No entanto, para que essa iniciativa seja realmente efetiva, é necessário garantir que os estágios oferecidos sejam de qualidade, evitando situações em que

os alunos sejam utilizados como mão de obra barata sem um real compromisso com sua formação.

A modernização dos currículos também aparece como uma medida essencial para assegurar que os cursos acompanhem as novas demandas do mercado de trabalho. A revisão constante dos conteúdos e a inclusão de disciplinas mais alinhadas às transformações tecnológicas são fundamentais para evitar a defasagem da formação oferecida. Porém, sem um debate mais amplo sobre os impactos dessa modernização, corre-se o risco de que as mudanças curriculares priorizem exclusivamente as exigências do setor produtivo, sem considerar a importância de uma formação crítica e cidadã.

Apesar dessas iniciativas voltadas para o setor privado e para a inovação tecnológica, nota-se uma ausência de propostas relacionadas a políticas públicas de manutenção escolar. A falta de investimentos estruturais pode comprometer a implementação dessas estratégias, tornando-as ações pontuais e sem continuidade.

A ausência de um planejamento voltado para o financiamento sustentável da unidade, a valorização do corpo docente e a garantia de condições adequadas para o ensino pode dificultar a efetivação dessas propostas.

Sem um suporte institucional forte, a adaptação tecnológica e a preparação para o mercado de trabalho podem acabar se tornando apenas uma resposta imediata às demandas do setor empresarial, sem garantir uma formação sólida e de qualidade para os estudantes.

Dessa forma, é fundamental que as estratégias adotadas estejam acompanhadas de medidas públicas que assegurem sua sustentabilidade e que garantam que o foco principal continue sendo a educação como um direito e não apenas como um serviço voltado para atender interesses do mercado. A oferta de cursos e vagas no campus foi estruturada considerando a força de trabalho docente, as demandas regionais e a sustentabilidade institucional.

Quadro 14: Cursos para o novo período, conforme PDI 2024-2028.

Curso	Nível	Número de Vagas
Técnico em Informática	Técnico Integrado	40
Técnico em Edificações	Técnico Integrado	40
Técnico em Meio Ambiente	Técnico Integrado	40
Licenciatura em Matemática	Superior	40
Engenharia Civil	Superior	40
Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Superior	40

FONTE: PDI IFSP 2024-2028.

O PDI destacou desafios significativos no planejamento e execução das ações institucionais. Entre as dificuldades encontradas, destacam-se :

- Diversidade de Eixos e Cursos: O campus oferta uma variedade de cursos superior à média dos outros campi do IFSP, exigindo maior equilíbrio na distribuição de recursos humanos e financeiros.
- Infraestrutura e Orçamento: Restrições orçamentárias dificultam a expansão da infraestrutura e a melhoria dos espaços físicos para ensino e pesquisa.
- Força de Trabalho: A necessidade de mais servidores técnicos e docentes para atender à demanda crescente.
- Evasão Escolar: Taxa de evasão ainda superior à média da Rede Federal EPCT, exigindo ações para retenção dos estudantes.

Os Institutos Federais desempenham um papel fundamental no desenvolvimento regional ao promoverem a qualificação profissional e a integração de suas atividades com as necessidades locais. De acordo com Pereira e Cruz (2019), a expansão da Rede Federal permitiu a interiorização do ensino técnico e superior, levando oportunidades educacionais a regiões antes desassistidas. Essa descentralização contribui para a redução das desigualdades regionais e estimula o crescimento econômico local.

A presença de um Instituto Federal em uma determinada localidade favorece tanto o desenvolvimento econômico quanto a formação de cidadãos qualificados para o mercado de trabalho. Como destacado no artigo, "os critérios de localização dos novos campi possibilitaram a sua difusão em regiões periféricas e em mesorregiões que podem ter a sua dinâmica socioeconômica positivamente impactada" (PEREIRA; CRUZ, 2019, p. 2). Dessa forma, os IFs atuam como catalisadores do progresso, promovendo um ambiente propício para inovação e crescimento sustentável.

A diversidade de eixos e cursos ofertados pelo campus do IFSP é um desafio significativo, pois supera a média dos outros campi da instituição, demandando um equilíbrio mais refinado na distribuição de recursos humanos e financeiros.

Embora a ampla variedade de cursos possa ampliar as oportunidades educacionais, é essencial que as decisões institucionais priorizem cursos alinhados com as demandas locais, garantindo que a formação de profissionais esteja voltada à realidade socioeconômica da região, e não apenas à captação de recursos financeiros.

A infraestrutura e o orçamento são fatores que limitam a expansão e melhoria das instalações para ensino e pesquisa. A restrição orçamentária é um problema comum na Rede Federal, exigindo que a instituição adote políticas públicas eficazes para otimizar os investimentos e buscar parcerias estratégicas com o setor privado e com governos municipais e estaduais.

Entre as quatro formas de políticas públicas - distributivas, regulatórias, redistributivas e constitutivas -, as redistributivas precisam ser mais trabalhadas, assegurando que os recursos sejam alocados de maneira equitativa e atendam às necessidades reais da comunidade acadêmica.

A força de trabalho do IFSP também representa um desafio, pois a demanda crescente por cursos e matrículas exige mais servidores técnicos e docentes. A instituição precisa trabalhar em políticas públicas regulatórias e distributivas que garantam a ampliação do quadro funcional, assegurando que os cursos sejam ministrados por profissionais qualificados e que a infraestrutura administrativa consiga atender eficientemente às necessidades dos estudantes.

A evasão escolar permanece um desafio crítico, com taxas superiores à média da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Para

reduzir esse problema, a instituição deve fortalecer políticas públicas distributivas e redistributivas voltadas à assistência estudantil, incluindo auxílio financeiro, alimentação e transporte, além de iniciativas que promovam maior envolvimento dos alunos com atividades acadêmicas e comunitárias.

Outro ponto essencial é a necessidade de o IFSP estar mais aberto à população e atento às reais demandas locais, priorizando cursos que atendam às necessidades econômicas e sociais da região. A instituição não deve apenas considerar os cursos que atraem mais recursos, mas sim aqueles que impactam diretamente o desenvolvimento regional e a empregabilidade dos egressos. É necessário um diálogo constante com a comunidade e os setores produtivos locais, assegurando que a formação oferecida pelo IFSP seja realmente um motor de transformação social e econômica.

Diante desses desafios e oportunidades, é essencial que políticas públicas sejam fortalecidas para garantir a continuidade e o aprimoramento das atividades dos Institutos Federais, consolidando sua função estratégica no desenvolvimento regional e na qualificação da mão de obra nacional.

O cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) anterior reflete avanços significativos na consolidação e fortalecimento do campus. No que se refere ao aprimoramento da titulação do corpo docente, observa-se um progresso notável na qualificação dos professores, resultando em um aumento expressivo no número de mestres e doutores.

A expansão das ações de extensão representa outro marco relevante, com um número crescente de estudantes e servidores engajados em projetos voltados à comunidade. Esse movimento reforça o compromisso da instituição com a transformação social, promovendo a troca de saberes e o impacto positivo na realidade local. A ampliação da extensão acadêmica não apenas beneficia a sociedade, mas também enriquece a formação dos alunos, proporcionando experiências práticas e aprofundando a relação entre teoria e prática.

O aprimoramento dos canais de comunicação favorece a transparência, fortalece o vínculo entre os diversos agentes institucionais e contribui para um ambiente mais participativo.

A construção de uma comunicação eficaz é essencial para garantir que informações sejam disseminadas de forma clara e acessível, promovendo um engajamento mais ativo da comunidade acadêmica.

Esses avanços evidenciam um comprometimento contínuo com a excelência acadêmica, a responsabilidade social e a governança institucional, consolidando o campus como um espaço de aprendizado, inovação e desenvolvimento.

Embora o campus tenha alcançado avanços significativos em diversas frentes, algumas metas estabelecidas no planejamento anterior ainda não foram plenamente atingidas, refletindo desafios que demandam novas estratégias e maior atenção institucional.

A redução do índice de evasão permanece como um obstáculo a ser superado. Apesar dos esforços direcionados para a permanência estudantil, a taxa de abandono ainda se mantém acima da média nacional.

Esse cenário sugere a necessidade de aprofundamento nas políticas de acompanhamento dos estudantes, considerando fatores socioeconômicos, pedagógicos e estruturais que influenciam a continuidade nos cursos. Medidas como reforço no suporte acadêmico, fortalecimento dos programas de assistência estudantil e ampliação das metodologias de ensino podem contribuir para reverter esse quadro.

A implantação total do Plano Diretor de Infraestrutura também não foi concluída integralmente, indicando que ainda há pendências na execução das melhorias previstas para o campus. A modernização e a adequação dos espaços físicos são elementos fundamentais para garantir um ambiente de ensino qualificado, seguro e acessível.

Além disso, a ampliação da oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA/PROEJA) não avançou de maneira significativa, limitando o atendimento a um público que necessita de oportunidades educacionais adaptadas às suas realidades.

A falta de implementação desse formato indica a necessidade de repensar estratégias de oferta, mobilização e estruturação dos cursos voltados a essa modalidade, garantindo que a instituição cumpra seu papel social de inclusão e democratização do ensino.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou que a educação técnica e superior exerce papel fundamental no fortalecimento do desenvolvimento socioeconômico e territorial do Litoral Norte do Estado de São Paulo. Mais do que apenas instrumentos de qualificação profissional, essas modalidades educacionais configuram-se como importantes meios de transformação social, emancipação cidadã e construção das identidades regionais.

Conforme destacam Santos, Vieira e Santos (2018), o desenvolvimento regional não pode se restringir a investimentos em infraestrutura física; ele depende da mobilização dos potenciais locais, do fortalecimento da coesão social e da criação de condições que assegurem autonomia econômica e política às comunidades. Nessa perspectiva, a educação planejada de forma integrada, inclusiva e participativa constitui-se como vetor essencial de transformação territorial.

O objetivo central da pesquisa — compreender como os processos de desenvolvimento regional geram demandas por mão de obra qualificada e avaliar como as instituições educacionais têm se adaptado para atender a essas exigências — foi alcançado. Observou-se que há uma relação direta entre a expansão das instituições públicas de ensino técnico e superior e o fortalecimento das capacidades produtivas e inovadoras regionais. No entanto, também foram identificadas fragilidades significativas, como a insuficiente integração entre políticas públicas das três esferas administrativas, a concentração espacial das unidades educacionais em áreas centrais, a baixa diversificação curricular e a ausência de políticas permanentes de apoio estudantil.

Entre os principais desafios observados, destaca-se a evasão escolar. Os cursos de Engenharia e Meio Ambiente, frequentemente apontados em audiências públicas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) como estratégicos para atração de recursos, apresentam índices de desistência elevados, o que contrasta com a percepção de que sua oferta representaria apenas ganhos econômicos.

As causas da evasão são múltiplas e complexas: dificuldades de adaptação acadêmica, horários incompatíveis com a rotina de trabalho, falta de políticas de permanência e carência de apoio pedagógico e psicossocial. Muitos estudantes ingressam nas instituições públicas por meio do Enem e vêm majoritariamente de escolas públicas, trazendo consigo lacunas formativas significativas em áreas como

matemática, física e leitura crítica, o que impacta diretamente seu desempenho e permanência.

Essa realidade revela um problema estrutural da educação básica que repercute no ensino técnico e superior: déficits acumulados no aprendizado limitam o aproveitamento das oportunidades de formação e reforçam as desigualdades sociais. Nesse contexto, políticas públicas de educação precisam ir além da oferta de vagas e considerar estratégias efetivas de permanência, como bolsas, auxílios transporte, alimentação e moradia estudantil, ajustadas ao alto custo de vida local e às longas distâncias percorridas pelos estudantes, especialmente aqueles oriundos de comunidades periféricas e tradicionais.

Outro aspecto crítico é a escassez de dados públicos detalhados e atualizados sobre matrículas, evasão, conclusão e inserção profissional, o que compromete a qualidade das análises e a formulação de políticas baseadas em evidências. A ausência de transparência e de integração entre bases de dados municipais, estaduais e federais dificulta o acompanhamento do desempenho educacional e a identificação de gargalos. Assim, propõe-se a criação de um Observatório Regional de Educação e Trabalho do Litoral Norte, que reúna informações sobre oferta formativa, indicadores socioeconômicos e demandas do mercado, permitindo uma gestão mais eficiente e democrática.

Os resultados do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC) reforçam essa preocupação: a ODS 4 (Educação de Qualidade) aparece em situação de alerta para toda a região, com Ubatuba em nível médio (amarelo), São Sebastião em nível baixo (laranja) e Ilhabela e Caraguatatuba em nível muito baixo (vermelho). Esses dados revelam que a região ainda enfrenta desafios estruturais profundos em relação à qualidade, à equidade e ao acesso à educação. A discrepância entre as cidades demonstra que o avanço educacional está diretamente ligado ao planejamento territorial, à gestão de recursos e à participação social na definição de prioridades.

Nesse sentido, é essencial que as políticas públicas voltadas à educação técnica e superior sejam formuladas com base em um processo de escuta ativa da população. A realização de audiências públicas, consultas populares e conselhos comunitários deve ser fortalecida como espaço legítimo de deliberação e controle social. A população local, que vivencia diretamente os impactos das transformações

econômicas, ambientais e sociais, precisa ser protagonista na construção de um projeto de desenvolvimento regional sustentável e inclusivo.

As transformações recentes no Litoral Norte — impulsionadas pela exploração do pré-sal, ampliação portuária, crescimento turístico e expansão imobiliária — provocaram um aumento populacional expressivo e alteraram profundamente a dinâmica social e econômica da região. O avanço da especulação imobiliária, aliado à precarização das condições de moradia e à pressão sobre os serviços públicos, intensificou desigualdades e afetou diretamente o acesso à educação. Jovens das periferias e comunidades tradicionais enfrentam maiores dificuldades de deslocamento, permanência e inserção profissional, o que amplia o ciclo de vulnerabilidade social.

Diante desse cenário, torna-se urgente que as instituições educacionais reformulem seus currículos e estruturas de funcionamento, adequando-se às especificidades regionais. É necessário fortalecer cursos que dialoguem com as potencialidades e desafios locais, como gestão ambiental, turismo sustentável, energias renováveis e tecnologias sociais, mas também revisar metodologias e formatos para garantir que os estudantes consigam concluir suas formações.

Por fim, a ampliação e o aprimoramento das políticas públicas de educação, com foco na permanência, transparência e integração intergovernamental, são condições indispensáveis para transformar o potencial formativo em desenvolvimento efetivo. A educação, nesse contexto, deve ser compreendida como política de Estado, e não apenas de governo, garantindo continuidade, estabilidade e impacto duradouro. Assim, a construção de um Litoral Norte mais justo, sustentável e equilibrado passa necessariamente pela consolidação de uma educação inclusiva, crítica e transformadora, capaz de articular conhecimento, consciência e ação coletiva frente aos desafios impostos pelo crescimento desordenado e pela especulação imobiliária.

5. REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, Jair. **A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local.** Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n. 23, p. 261-286, jun. 2001.

APAMLN, 2008. **Diagnóstico Técnico** - produto 2. Disponível em: https://sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam3/Repositorio/511/Documentos/APAM_LN/APAMLN_Socio%20Geral.pdf. Acesso em 10/09/2023.

ARBO, P., & BENNERWOTH, P. U**nderstanding the regional contribution of higher education institutions:** A literature review . OECD, Paris, 2007. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED503832.pdf> Acesso em: 15 out. 2023.

AATR, 2002. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. Disponível em: https://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf. Acesso em 10/05/2024.

BAPTISTA, M. N.; CAMPOS, D. C. de. **Metodologias de pesquisa em ciências:** análises quantitativa e qualitativa, 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2018.

BASTOS, Suzana Quinet de Andrade. Disritmia **Espaço-Tempo: análise das estratégias de desenvolvimento adotadas em Juiz de Fora (MG), pós anos 70**. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL DA ZONA DA MATA MINEIRA, 2005, Juiz de Fora, MG. Anais... Juiz de Fora, MG, 2005. 1 CD-ROM.

BECATTINI, Giacomo. **O Distrito Marshalliano**: uma noção socioeconômica. In:

BELLINGIERI, Julio César. **TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL:** UMA REVISÃO BIBliográfica. revista de desenvolvimento econômico – rde - ano xix – v. 2 - n. 37 - agosto de 2017 - Salvador, BA– p. 6 – 34.

BENKO, Georges; LIPIETS, Alain (Org.). **As regiões ganhadoras distritos e redes**: os novos paradigmas da geografia econômica. Oeiras: Celta, 1994.

BENKO, Georges. **A recomposição dos espaços.** Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Campo Grande, v. 1, n. 2, p. 7-12, mar. 2001.

BENKO, Georges; PECQUEUR, Bernard. **Os recursos de territórios e os territórios de recursos.** Geosul, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 31-50, jul./dez. 2001.

BLACK, C. E. **Dinâmica da modernização.** Rio de Janeiro: Apec Editora, 1971.

BRANDÃO, José Carlos. **O que é educação?** 33. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos).

BRASIL. . **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >. Acesso em: 30 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. D**ispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004- 2006/2004/lei/l10.973.htm> Acesso em: 23 out. 2023.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 23 out. 2023.

CALDAS, Alcides dos Santos; CERQUEIRA, Patrícia da Silva; PERIN, Teresinha de Fátima. **Mais além dos arranjos produtivos locais: as indicações geográficas protegidas como unidades de desenvolvimento local**. Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador, v. 7, n. 11, p. 5-16, jan. 2005.

Cardoso, B. de B. V., & Ricci, F. (2013). **O desenvolvimento tardio no Litoral Norte de São Paulo: influência da infra-estrutura de transportes** – Século XVIII a 1960. *Revista Ciências Humanas*, *6*(1). Recuperado de https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/54

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena M. M. **O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas.** In: LASTRES, M. M. CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (Org.). **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local.** São Paulo: Relumé Dumará, 2003.

CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. **As cidades como atores políticos**. Revista Novos Estudos, n. 45. São Paulo: CEBRAP, p. 152-166, jul. 1996.

CAVALCANTE, L. R. M. T. **Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização.** Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 9-32, 2007.

CHOE, Kyeongae; ROBERTS, Brian. **Competitive cities in the 21st century:** Cluster-based local economic development. Mandaluyong City, Philippines: Asian Development Bank, 2011.

CHARLES, D. **Universities as key knowledge infrastructures in regional innovation systems.** Innovation: The European Journal of Social Science Research, 19, p.117–130, 2006. Disponível em: <https://eprints.ncl.ac.uk/file_store/production/56666/5BFFFD4EBE23-4367-A421-F8B01AD5952B.pdf> Acesso em: 10 out. 2023.

DAWBOR, Ladislau. **Educação e Desenvolvimento Local.** Disponível em https://falphaville.agenciafrutifera.com.br/wp-content/uploads/2014/03/Educac%CC%A7a%CC%83o-e-Desenvolvimento.pdf. Acesso em outubro de 2024.

DINIZ, C. C.; CROCCO, M. **Economia regional e urbana:** contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

DUARTE, Fábio; ULTRAMARI, Clóvis; CZAJKOWSKI, Sérgio. **A cidade e o mercado**: enfim, a gestão urbana negociada. Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador, v. 10, n. 17, p. 36-42, jan. 2008.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **A lógica mercantil do planejamento estratégico de cidades.** In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo. Anais... São Leopoldo, 2007. v. 1.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social.** 2. ed. São Paulo: M. Fontes, 1999.

DURSTON, John. **Qué es el capital social comunitario?** Santiago de Chile: CEPAL, 2000. (Serie Políticas Sociales, 38).

DYE,Thomas D. **Understanding Public policy**. Englewood Cliffs:Prentice Hall, 1984.

EISENSTADT, S. N. **Modernização e mudança social.** Belo Horizonte: Editora do Professor, 1968.

ETZKOWITZ, H., LEYDESDORFF, L. **The dynamics of innovation:** From national systems and “Mode 2” to a triple helix of university–industry–government relations. Research Policy, p. 29, 109–123, 2000. Disponível em:<http://www.oni.uerj.br/media/downloads/1-s2.0-S0048733399000554-main.pdf > Acesso em: 04 nov. 2023.

FEIJÓ,R. **Desenvolvimento econômico**: modelos, evidências, opções políticas e o caso brasileiro. São Paulo: Atlas, 2007.

FERNANDES, Cláudio Tadeu Cardoso. **Impactos socioambientais de grandes**

barragens e desenvolvimento: a percepção dos atores locais sobre a Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa. 2010. 427f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2010.

FLIGSTEIN, N. **O mercado enquanto política**: uma abordagem político-cultural às instituições de mercado. In: MARQUES, R.; PEIXOTO, J. (Org.). A nova sociologia econômica: uma antologia. Oeiras: Celta, 2003. p. 195-228.

FLIGSTEIN, N.; DAUTER, L. **A sociologia dos mercados.** Caderno CRH, Salvador, v. 25, n. 66, p. 481-504, set./ dez. 2012.

FLORIDA, Richard. **Cities and the creative class.** City & Community, v. 2, n. 1, p. 3-19, mar. 2003.

FLYVBJERG, B., BRUZELIUS, N. & ROTHENGATTER, W. 2003. **Megaprojects and Risk:** An Anatomy of Ambition. Cambridge: Cambridge University Press.

FREY, K. **Políticas públicas:** um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, n. 21, p. 211-259, 2000.

FUJITA, Masahisa; KRUGMAN, Paul; VENABLES, Anthony J. **Economia espacial.** São Paulo: Futura, 2002.

FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento Econômico.** Rio de Janeiro: Círculo do Livro, 1974. 122 p.

GELINSKI, C. R. O. G.; SEIBEL, E. J. **Formulação de políticas públicas:** questões metodológicas relevantes. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, v. 42, n. 1 e 2, p. 227-240, maio 2008.

GERMANI, Gino. **A sociologia da modernização.** São Paulo: Mestre Jou, 1974.

GHON, Maria da Glória. **Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas na escola.** Ensaio: Avaliação. Políticas Públicas. v.14, n.50, Rio de Janeiro: 2006. p. 27-38. Disponível em https://www.scielo.br/j/ensaio/a/s5xg9Zy7sWHxV5H54GYydfQ/. Acesso em outubro de 2024.

GIDDENS, Anthony. **Teoria da modernização e sua crítica.** In:_____. Sociologia: uma breve porém crítica introdução. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1984. p. 111-119.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisas.** São Paulo: Atlas, 2002.

GUBIANI, J.S.; MORALES, A. e SELIG, P.M. **A influência das universidades no**

desenvolvimento regional. Revista CCEI. v.14, n.25, 2010.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade:** doze lições. Tradução Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (Org.). **Políticas públicas e desenvolvimento:** bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: UNB, 2009.

HUNT, Emery Kay. **História do pensamento econômico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

IBGE, 2022. **Cidades.** Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/ . Acesso em 02/10/2023.

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA (IPEA). **Brasil em Desenvolvimento 2010:** Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2010. v. 2.

IPEA. **Pelo fim das décadas perdidas:** educação e desenvolvimento sustentada no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. Disponível em https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2631/1/TD_857.pdf . Acesso em outubro de 2024.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Avaliação de políticas públicas**: guia prático de análise ex ante, vol. 1. Casa Civil da Presidência da República. Brasília: Ipea, 2018.

JUNIOR, Eduardo Marandola.Crescimento urbano e áreas de risco no litoral norte de São Paulo. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbepop/a/PNGyCQW6T8jjkfdHTw5DKys/?format=pdf. Acesso em 25/11/2024.

KRUGMAN, Paul. **Geografia y comercio.** Barcelona: Antonio Bosch, 1992.

LANDES, David S. **A riqueza e a pobreza das nações:** por que algumas são tão ricas e outras são tão pobres. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

LANE, Theodore. **O multiplicador da base urbana:** avaliação de sua situação atual. In: SCHWARTZMAN, Jacques (Org.). Economia regional: textos escolhidos. Belo Horizonte: CEDEPLAR/CETREDE-MINTER, 1977.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. **Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica**: o caso do Brasil. Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador, v. 12, n. 21, p. 5-19, jul.

2010.

LOPES, Rodrigo. **A cidade intencional:** o planejamento estratégico de cidades. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

LOWI, Theodore J. **Four systems of policy, politics, and choice.** Public Administration Review, [Stor], v. 32, n. 4, p. 298-310, 1972.

LOWI, Theodore J. **American business, public policy, case-studies, and political theory.** World Politics, Cambridge, v. 16, n. 4, p. 677-715, 1964.

LYNN, L. E. **Designing public policy:** a casebook on the role of policy analysis. Santa Monica: Goodyear., 1980.

MADUREIRA, E. M. P. **Desenvolvimento regional:** principais teorias. Thêma et Scientia, Cascavel, v. 5, n. 2, p. 8-23, jul./dez. 2015

MARANDOLA, Et. Al, 2013. **Crescimento urbano e áreas de risco no litoral Norte de São Paulo.** Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbepop/a/PNGyCQW6T8jjkfdHTw5DKys/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 05/10/2023.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de economia.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

Mattedi, M. A. (2015). **Pensando com o desenvolvimento regional:** subsídios para um programa forte em desenvolvimento regional. Revista Brasileira De Desenvolvimento Regional, 2(2), 059–105. https://doi.org/10.7867/2317-5443.2014v2n2p059-105

MEADOWS, Donella H. et alii. **The limits to growth.** Nova Iorque: Universe Books, 1972.

MELAZZO,E.S.**Problematizando o conceito de políticas públicas:** desafios à análise à prática do planejamento e da gestão.Tópos,v.4.nº.2,p.9-32.2010.

MERROW, E.W. 1988. **Understanding the outcomes of Megaprojects:** A quantitative analysis of very large civilian projects. Santa Monica-CA: RAND Corporation.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORRIS, P. W. G.; HOUGH, G. H. **The Anatomy of Major Projects**, Wiley, 1987.

MUELLER, P. **Exploring the knowledge filter:** How entrepreneurship and universityindustry relations drive economic growth. Paper presented at the 45th Congress of the European Regional Science Association – “Land Use and Water

Management in a Sustainable Network Society", Amsterdam, 2005. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/117771/1/ERSA2005_610.pdf> Acesso em: 07 nov. 2023.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas.** 3. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1972.

NASCIMENTO, Rodrigo Paulino. Mercado de trabalho formal na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.Disponível em: https://unitau.br/files/arquivos/category_154/MPH0595_1427391001.pdf. Acesso em 27/11/2024.

NAZZARI, R. K. et al. **Desenvolvimento, capital social e educação no Brasil.** In: SEMINÁRIO DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, 3., 2004, Cascavel. Anais... Cascavel, 2004. v. 1. p. 1-7.

NORTH, Douglass. **Teoria da localização e crescimento econômico regional.** In: SCHWARTZMAN, J. Economia regional: textos escolhidos. Belo Horizonte: CEDEPLAR/ CETREDE-MINTER, 1977.

NORTH, Douglass; THOMAS, Robert Paul. **The rise of the western world:** a new economic history. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.

OLIVEIRA, G. B.; LIMA, J. E. S. **Elementos endógenos do desenvolvimento regional**: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. Revista da FAE, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 29-37, maio/dez. 2003.

ONU. **Objetivos de desenvolvimento sustentável.** Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 04/10/2023.

PEREIRA, L. A. C.; CRUZ, J. L. V. **Os Institutos Federais e o desenvolvimento regional:** interface possível. *HOLOS*, v. 35, n. 4, e7992, 2019. DOI: 10.15628/holos.2019.7992.

PETERS, B. G. **Review: understanding governance:** policy Networks, governance, reflexivity and accountability by R. W. Rhodes. Public Administration, [s.l.], v. 76, p. 408-509, 1998.

PIORE, Michael J.; SABEL, Charles F. **The second industrial divide:** possibilities for prosperity. New York: Basic Books, 1984.

PIRES, Élson Luciano Silva; MÜLLER, Geraldo; VERDI, Adriana Renata. **Instituições, territórios e desenvolvimento local:** delineamento preliminar dos

aspectos teóricos e morfológicos. Geografia, Rio Claro, v. 31, n. 3, p. 437-454, set./dez. 2006.

POLANYI, K. **A grande transformação:** as origens da nossa época. 2. ed. São Paulo: Campus, 2000.

POLÈSE, Mario. **Economia urbana e regional:** lógica espacial das transformações econômicas. Coimbra: APDR, 1998.

PORTER, Michael. E. **A vantagem competitiva das nações.** Rio de Janeiro: Campus, 1993.

POTTER, Jonathan; MIRANDA, Gabriela (Ed.). **Clusters, innovation and entrepreneurship.** Paris: OECD, 2009. Disponível em: <http://www.clusterpolisees3.eu/ClusterpoliSEEPortal/resources/cms/documents/2009_OECD_Clusters_Innovation_and_Entrepreneurship.pdf>. Acesso em: 25 out. 2023.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia:** a experiência da Itália moderna. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

RAEDER, S. **Ciclo de Políticas:** uma abordagem integradora dos modelos para análise de políticas públicas. Perspectivas em Políticas Públicas, Belo Horizonte, v. VII, n. 13, p. 121-146, jan./jun. 2014.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Cidades criativas, turismo cultural e regeneração urbana.** Disponível em: <http://www.redbcm.com.br/arquivos/cidadescriativas/anacarla-fonseca-cidades-criativas.pdf>. Acesso em: 25 out. 2023.

REIS, P. R. C.; SILVEIRA, S. F. R.; BRAGA, M. J. **Previdência social e desenvolvimento socioeconômico:** impactos nos municípios de pequeno porte de Minas Gerais. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 47, n. 3, p. 623-646, jun. 2013.

RISTOFF, D.I. **Universidade em foco:** reflexões sobre a educação superior. Florianópolis: Insular, 1999.

ROSTOW, Walt Whitman. **Etapas do desenvolvimento econômico.** 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ROTTA, E.; REIS, C. N. **Desenvolvimento e políticas sociais:** uma relação necessária. Revista Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 314-334, jul./dez. 2007.

RUA, M. G. **Conceitos e Teorias.** In.: Para aprender políticas públicas. IGEPP. V1. 2013.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. del P B. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, M.J. ; VIEIRA, E.T. ; SANTOS, D.F DOS. Desenvolvimento social e econômico: crescimento populacional e capital social do Município de Caraguatatuba.SP. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/334185553_DESENVOLVIMENTO_SOCIAL_E_ECONOMICO_CRESCIMENTO_POPULACIONAL_E_CAPITAL_SOCIAL_NO_MUNICIPIO_DE_CARAGUATATUBASP. Acesso em 22/11/2024.

SANTOS, M.J. ; VIEIRA, E.T. ; SANTOS, D.F DOS. **Capital social da população do município de Caraguatatuba - SP e a sua relação com o desenvolvimento social e econômico.** REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, v. 14, n.4, p. 226-252, jul/2018 (ed. Especial), Taubaté, SP, Brasil.

SANTOS, M.J; VIEIRA, E.T. SANTOS, D.F. **Educação e Capital Social:** Uma relação estreita com o desenvolvimento. DRd – Desenvolvimento Regional em debate. v. 8, n. 2, p. 4-26., 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/1776> Acesso em: 27 out. 2023.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e Educação:** fundamentos ontológicos e históricos. In: Revista Brasileira de Educação. v. 12. n.34. jan/abr. 2007. Disponível em https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt . Acesso em março de 2024.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHWARTZMAN, S. **Pobreza, exclusão social e modernidade:** uma introdução ao mundo contemporâneo. São Paulo: Augurium, 2004.

SILVA, Jorge Antonio Santos. **Turismo, crescimento e desenvolvimento:** uma análise urbano-regional baseada em cluster. 2004. 480f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SCOTT, Allen J.; STORPER, Michael. **Regions, globalization, development**. Regional Studies, v. 6-7, n. 37, p. 549-578, 2003. Disponível em: <http://csl.isc.irk.ru/BD/reg/reg%205.pdf> Acesso em: 23 out. 2023.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVA, M. K. OLIVEIRA, G.L. **Solidariedade assimétrica: capital social, hierarquia e êxito em um empreendimento de "economia solidária"**. In: Revista Katal. Florianópolis v. 12 n.1 p. 59-67 jan/jun 2009.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas:** uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

TAVARES, M. C. **Vida, ideias, teorias e política.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.

TEIXEIRA, E. C.. **O papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade.** Salvador: AATR. 2002.

TEIXEIRA, Leonardo Ribeiro. **Megaprojetos no litoral norte paulista:** o papel dos empreendimentos de infraestrutura na transformação regional. Disponível em: https://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/teses/leonardoteixeira.pdf.pdf. Acesso em 28/11/2024.

TENÓRIO, Guilherme Fernando. **Cidadania e desenvolvimento local:** critérios e análise. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

THEIS, I. M. et al. **Desenvolvimento, meio ambiente, território:** qual sustentabilidade. Desenvolvimento em Questão. Ijuí, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/ Acesso em: 18 outr. 2023.

TUDE,J.M.;FERRO,D.;SANTANA,F.P.**Gestão de Políticas Públicas.** Curitiba: IESDEBRASIL.2015

VALE, Mario. **Globalização e competitividade das cidades:** uma crítica teórica na perspectiva da política urbana. Geophilia: uma Geografia dos Sentidos, Lisboa, p. 465-474, 2007.

VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização.** Porto Alegre: FEE, 2001.